



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LEONOR SOARES COSTA

**As rosas da resistência nascem do asfalto: o legado de Marielle Franco para
mulheres negras na política institucional**

Brasília – DF
Junho de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LEONOR SOARES COSTA

**As rosas da resistência nascem do asfalto: o legado de Marielle Franco para
mulheres negras na política institucional**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Brasília – DF
Junho de 2021

Leonor Soares Costa

As rosas da resistência nascem do asfalto: o legado de Marielle Franco para mulheres negras na política institucional

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade de Brasília, como requisito obrigatório para obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Aprovada em 10 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento (orientador)

Profa. Dra. Ana Flávia Magalhães Pinto (examinadora interna)

Profa. Dra. Thula Rafaela de Oliveira Pires (examinadora externa)

Profa. Dra. Vanessa Maria de Castro (examinadora suplente)

AGREDECIMENTOS

Realizar esta pesquisa foi uma das tarefas mais desafiadoras e também enriquecedoras da minha vida, tanto no campo educacional, como no pessoal e profissional. Este mestrado acadêmico vem quase 21 anos depois da minha graduação em Jornalismo. Por várias vezes me perguntei e me cobrei porque demorei tanto a retornar à vida acadêmica, uma vez que a pós-graduação sempre esteve no meu horizonte. Mas faltava tempo, vontade real, tema e disposição. Após uma tentativa frustrada na Faculdade de Comunicação, encarei a oportunidade de me ingressar no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH). Foi emocionante retornar à universidade quase duas décadas depois.

Vários foram os desafios. No meio do curso, antes mesmo do exame de qualificação, num susto me vi grávida, aos 42 anos, da minha primeira e única filha. Tiveram medo, insegurança, receio de não dar conta, licença maternidade de 6 meses e uma pandemia que deixou o país num dos piores momentos de nossa história. Concluir essa jornada acadêmica neste momento, com uma bebê de menos de 2 anos, teletrabalho e isolamento social transformou esta dissertação num dos maiores projetos da minha vida. Por isso, são várias pessoas as quais quero agradecer.

Em primeiro lugar, peço licença às mais velhas, que vieram antes abrir as janelas e as portas para que hoje eu possa finalizar mais esse grande passo da minha vida. Os passos que vieram de muito longe me ajudaram a trilhar o meu caminho. Agradeço também nossa ancestralidade e à minha família. Devo toda caminhada até aqui aos meus pais, Seu João Albino e Dona Benedita. Não foi fácil, para eles, criar cinco filhos de uma família negra e simples, no interior de Minas Gerais e depois em Brasília. Eles são inspiração e força para que eu pudesse enfrentar as adversidades e as dores do racismo e do sexismo. Sua benção mãe e pai. Meus irmãos Fernando, Marcelo, Luciano e Humberto: obrigada pelo cuidado, parceria e amizade.

Não poderia deixar de agradecer à minha filha Naomi, que diariamente me dá ainda mais força e coragem para seguir em frente. Por ela, o sonho de construir uma sociedade mais justa e sem opressões é cada vez maior. Com ela, desistir nunca mais será uma opção. E agradeço também ao meu amor Marcos Urupá, que escolheu dividir sua vida comigo. Obrigada pelo incentivo, pelas dicas na escrita e nas escolhas metodológicas e por dividir tão bem os cuidados com a nossa filha. Você é parte desta trajetória acadêmica.

Aos colegas da VII turma do PPGDH: obrigada por partilhar as vivências, os saberes da vida pessoal e acadêmica, as trocas sobre os temas de pesquisa, a compreensão dos textos, as angústias e as dúvidas se daríamos conta. Foram parte fundamental dessa jornada tão potente, alegre e muito amorosa. Deixo meu carinho especial ao amigo Dárlinton Reis, com quem pude conversar incansavelmente sobre o meu tema e objeto de estudo. Sua escuta foi fundamental para que eu desse conta.

Ao meu orientador Wanderson Flor do Nascimento, a quem agradeço por toda a paciência, tranquilidade, carinho e orientações para chegarmos ao final desta pesquisa. Foi uma parceria de muita cumplicidade, respeito e admiração. Seus ensinamentos fizeram grande diferença para que este processo fosse leve, proveitoso e sem traumas, ainda que em meio à barbárie da conjuntura brasileira. À professora Sinara Zardo, pelas aulas de metodologia e técnicas de pesquisa e pelas sugestões que fizeram diferença para o meu exame de qualificação.

Mônica Francisco e Renata Souza: muito obrigada por contribuírem para esta pesquisa com suas histórias envolventes sobre o percurso na militância, no mandato de Marielle Franco e agora no parlamento. Vocês são inspiração para que mais mulheres negras não desistam da política e a prova viva de que nada mais será sem nós.

Por fim, agradeço e dedico esta pesquisa a tantas mulheres negras que passaram ou que ainda passam pela minha caminhada de mulher preta, mãe, militante, feminista negra e agora acadêmica. Obrigada por dedicarem tanto tempo de suas vidas ao resgate de nossa ancestralidade, ao respeito à nossa história e à superação do racismo. Eu sou porque nós somos.

À Marielle Franco: que sua morte não seja em vão!

*Às mães negras que perderam seus filhos para a bala “perdida”, que sempre encontra
o mesmo corpo preto e favelado!*

RESUMO

Esta pesquisa analisa o legado político da vereadora Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018, para mulheres negras na política institucional. Para confirmar esta hipótese, o estudo aborda a história das deputadas estaduais Mônica Francisco e Renata Souza, ambas ex-assessoras de Marielle na Câmara Municipal do Rio. Eleitas em outubro de 2018 a uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, as duas participaram ativamente na construção das iniciativas do mandato da vereadora executada e têm em sua agenda de luta a denúncia da política truculenta e violadora dos direitos humanos de segurança pública do Estado, o enfrentamento ao genocídio pela polícia da população negra e as violências sofridas pelas mulheres negras e faveladas. A pesquisa utilizou o método qualitativo e a estratégia metodológica da história de vida, que se baseia num campo de estudo epistemológico a partir de histórias concretas e reais. A história oral foi a técnica qualitativa utilizada, com entrevistas semiestruturadas; análise documental sobre as ações de Marielle Franco, antes e durante o seu mandato de vereadora; e a revisão bibliográfica sobre o tema. O estudo aponta que o legado de Marielle e a atuação inesgotável de Renata Souza e Mônica Francisco têm sido necessários para que mais mulheres negras estejam na política e disputando os espaços de poder.

Palavras-chaves: Marielle Franco. Mulheres Negras na Política. História de vida. Feminismo Negro.

ABSTRACT

This research examines the political legacy of councilwoman Marielle Franco – murdered on March 14th, 2018 – for black women in institutional politics. In order to confirm this hypothesis, the study addresses the story of state deputies Mônica Francisco and Renata Souza, both Marielle's former advisors in Rio de Janeiro City Council. They actively took part in the building of the executed councilwoman mandate deeds and, after being elected in October 2018 for a seat in Rio de Janeiro Legislative Assembly, the two politicians have in their fight agenda the denouncement of the fierce and human rights violation public security policy, the facing of the genocide of the black population by the police and the violence suffered by black women and slum dwellers. The research used the qualitative method and the methodological strategy of life story, that is grounded on a field of epistemological study based on concrete and real stories. Oral story was the qualitative technique used with semi-structured interviews; documentary analysis on Marielle Franco's actions, before and during her term as councilwoman; and the bibliographic review on the topic. The inquiry points out that Marielle's legacy and Renata Souza and Mônica Francisco inexhaustible performance have been needed for more black women to get in the politics and also dispute the spaces of power.

Key words: Marielle Franco. Black Women in Politics. Story life. Black Feminism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE	16
1.1 Renascendo na luta por direitos na primeira metade do Século XX	20
1.2 Nossas primeiras representantes	31
1.3 Samba é ancestralidade, resistência e política	35
1.4 Do Chapéu Mangueira para o Congresso Nacional	38
1.5 As mais velhas: tecendo redes antirracistas	42
2. EU SOU PORQUE NÓS SOMOS	48
2.1 Crias da favela: sinônimo de resistência	54
2.2 Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?	59
2.3 Da margem ao centro: a ausência de mulheres negras na política	65
2.4 Não seremos interrompidas	70
2.5 Femicídio político e a violência contra mulheres na política	73
3. SEMENTES	80
3.1 Um mandata a serviço da luta	84
3.2 Lugar de mulher preta e favelada é também na política	92
3.3 Da favela para a sétima arte	99
3.4 Carta a Marielle	108
4. TRÊS ANOS DEPOIS CONTINUAMOS PERGUNTANDO QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?	110
4.1 Execução de Marielle: expressão da frágil democracia	115
4.2 Marielle era muitas e segue em milhares de nós	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	129
APÊNDICES	135

INTRODUÇÃO

O processo de escrita desta dissertação foi realizado num dos momentos mais difíceis da história recente do país. Enfrentando uma crise sanitária, econômica e política, com o agravamento da pandemia do novo coronavírus, o Brasil chora a morte de mais 454 mil¹ pessoas em decorrência da Covid-19. Um cenário de barbárie, que escancara a negligência de um governo que tratou a pandemia como uma gripezinha, questionou a ciência, promoveu e incentivou aglomerações, sucateou a saúde pública e nada fez para enfrentar o problema de frente. Esta pesquisa é realizada num país cujo presidente da República corta recurso da pesquisa, desmonta a universidade pública, persegue organizações e lutadores sociais, criminaliza movimentos e ataca as pautas dos direitos humanos.

Mencionar essa realidade faz diferença, já que a pandemia influenciou diretamente na minha trajetória acadêmica. No primeiro semestre de 2020, a Universidade de Brasília (UnB) ficou com os trabalhos totalmente suspensos, devido às medidas de isolamento social. No segundo semestre do mesmo ano, as aulas foram retomadas de forma virtual e, naquele período, finalizei os créditos que me restavam.

No momento de ir a campo, viajar até a cidade das minhas entrevistadas e conversar cara a cara, as medidas de restrição ainda eram impedimento para que essa proposta fosse possível de ser concretizada. Aliado a isso, o momento de tensão; a angústia e o medo com o avanço da doença; as dificuldades de lidar com o trabalho remoto, tendo que conciliar as tarefas acadêmicas, os cuidados com a casa, a maternidade e o trabalho profissional, nos deixaram com uma angústia do tamanho do problema que enfrentávamos. A falta de perspectiva de vacinas e o medo que a Covid-19 batesse em nossas casas foram as principais protagonistas do ano de 2020 e deste primeiro semestre de 2021.

Importante destacar, ainda, que antes de a Organização Mundial da Saúde (OMS)² decretar o estado de pandemia em nível global, estive afastada em licença maternidade, que teve início logo após o nascimento da minha filha Naomi, em 17 de agosto de 2019. Foram 6 meses afastada das aulas do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos

¹ Número divulgado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) em 26 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>.

² Agência especializada em saúde, fundada em 7 de abril de 1948 e subordinada à Organização das Nações Unidas. Sua sede é em Genebra, na Suíça.

para me dedicar exclusivamente à maternidade. E no retorno, tive que lidar com a suspensão das aulas na universidade e as dificuldades em razão das regras de restrição social.

Feita a contextualização do momento, apresento os desafios deste estudo, que tem como propósito analisar os legados políticos da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco³ e a incidência de sua luta sobre o ativismo de mulheres negras militantes e a atuação das mesmas na política institucional, mais precisamente no legislativo estadual do Rio de Janeiro. A pesquisa parte da compreensão da influência da própria Marielle no contexto da luta interseccional antirracista, antissexista e anticlassista, compreendendo, ainda, as suas escolhas no último período de sua vida, ao se inserir no legislativo como representante popular, defendendo as agendas dos direitos humanos.

O principal esforço foi mostrar, portanto, que a história da vereadora reforça a importância da presença de mulheres negras na política, nos diversos espaços institucionais e nos movimentos sociais, disputando as pautas geralmente preteridas pela maioria das lideranças políticas. Ao longo desta escrita, busquei apontar o real significado da frase “Marielle virou semente”, que tomou conta do país nos dias posteriores à sua execução e que circulou também após o resultado das eleições de outubro de 2018, quando mulheres negras foram eleitas com o compromisso de levar adiante as pautas de Marielle.

Cria da Maré⁴, feminista, negra, lésbica e defensora dos direitos humanos, Marielle foi eleita, em 2016, vereadora da capital fluminense pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 46.502 votos. Teve o seu corpo silenciado e interrompido aos 38 anos, na noite do dia 14 de março de 2018, após sair da atividade *Jovens negras movendo estruturas*, na Lapa, centro da capital fluminense. Anderson Pedro Gomes, motorista que conduzia o carro, levou três tiros, também falecendo no local.

Como enfoque do estudo, analisei a história das deputadas estaduais Mônica Francisco e Renata Souza – ambas assessoras de Marielle na Câmara Municipal do Rio. Eleitas em outubro de 2018, as duas têm em sua agenda de luta político-institucional a denúncia da política violenta e racista de segurança pública do Estado, o enfrentamento à

³ Vereadora eleita pelo PSOL-RJ, nas eleições de 2016, com mais de 46 mil votos, sendo a quinta mais votada. Foi assassinada, aos 38 anos, na noite do dia 14 de março de 2018, no bairro do Estácio, região central do Rio de Janeiro. O seu motorista, Anderson Gomes, também foi assassinado no mesmo atentado.

⁴ Oficialmente denominado de Complexo da Maré, é um conjunto de favelas localizado na zona norte do Rio de Janeiro, com mais de 130 mil habitantes.

lógica do encarceramento em massa da população negra e periférica, o genocídio pela polícia dessa mesma população e as violências sofridas por mulheres, especialmente por mulheres negras e faveladas.

No momento da elaboração do projeto de pesquisa e do texto apresentado no exame de qualificação, havia a perspectiva de entrevistar uma terceira mulher: Dani Monteiro, também ex-assessora de Marielle, eleita deputada estadual em 2018. No entanto, as dificuldades impostas pela pandemia foram uma das situações que impediram que a entrevista com ela se concretizasse. Aliado a isso, vários imprevistos na agenda da deputada não permitiram que o trabalho prosseguisse.

O objetivo, portanto, era conversar com as três assessoras que, após a execução da vereadora e amiga, se lançaram na política institucional, dando continuidade às pautas já encampadas na Câmara Municipal do Rio. Mas as condições concretas permitiram que o presente estudo contasse apenas com as contribuições de Mônica e Renata.

Os quatro capítulos desta dissertação tiveram como objetivo geral conhecer os legados políticos da vereadora para a atuação de outras mulheres negras na política institucional, mais especificamente no Legislativo e como objetivos específicos analisar as principais ações realizadas por Marielle, em seu um ano de mandato, que tiveram relação com a pauta das mulheres negras; identificar como as deputadas Mônica Francisco e Renata Souza enxergam em suas plataformas o legado da companheira e amiga; e analisar a história dessas mesmas deputadas e o reflexo da referência de Marielle em suas atuações.

“Nossos passos vêm de longe” é o nome do primeiro capítulo desta dissertação. À medida que as leituras eram feitas e os diálogos com as entrevistadas aconteciam foi ficando evidente que para falar do legado de Marielle é preciso, fundamentalmente, lembrar as mais velhas que vieram antes e abriram caminho para que hoje a geração de Marielle, Renata e Mônica esteja aqui. Nessa parte, lembro de 22 mulheres negras que fizeram da política o centro de suas vidas. Algumas já não estão mais aqui e outras seguem enfrentando os desafios cotidianos de ser mulher preta na política e na militância organizada no Brasil.

Marielle costumava dizer a frase, que também dá significado ao seu legado: “Eu sou, porque nós somos”. Afirmar isso era o mesmo que dizer que ela estava naquele lugar, disputando a institucionalidade, ocupando um importante espaço na política, porque outras mulheres lhe fortaleciam e lhe davam suporte. E este é o nome do segundo capítulo, no qual eu falo da sua atuação como vereadora e resgato os momentos em que o caminho

dela se cruza com os caminhos de Renata e Mônica. Nesse momento, falo da atuação de seu mandato, das principais propostas e como as duas ex-assessoras faziam parte dessa construção política.

No terceiro capítulo, intitulado “Sementes”, abordo o momento em que Renata e Mônica decidem se lançar na disputa institucional, quando são eleitas deputadas estaduais e as principais lutas que elas vêm travando até hoje. Nos relatos potentes das duas me deparei com o legado da amiga e companheira e o pesar do que ainda poderiam ter construído juntas se não fosse a noite do dia 14 de março de 2018. Além delas, também cito outras mulheres negras que faziam parte do ciclo de Marielle e que hoje ocupam espaço no parlamento.

Por fim, no quarto e último capítulo - “Três anos depois e continuamos perguntando quem mandou matar Marielle?” - falo sobre a falta de resposta em relação aos verdadeiros mandantes do crime político. Nele, trago os problemas na condução das investigações, as homenagens que ocorreram neste terceiro ano, as cobranças feitas pelas companheiras de partido e entidades de direitos humanos e o problema da violência contra mulheres na política, com números cada vez preocupantes, infelizmente.

Para a realização do estudo foram utilizados o método qualitativo e a estratégia metodológica da história de vida, que se baseia num campo de estudo epistemológico a partir de histórias concretas e reais. Como a perspectiva foi focar nas histórias de Mônica Francisco e Renata Souza, como forma de apontar o legado político de Marielle, a metodologia da história de vida nos permitiu traçar o trajeto pessoal de cada uma e, a partir das relações pessoais e sociais, conjugar suas histórias com o objeto de estudo. Como técnica qualitativa, utilizei a história oral, com entrevistas semiestruturadas; análise documental sobre as ações de Marielle Franco, antes e durante o seu mandato de vereadora; e revisão bibliográfica sobre o tema.

Faz-se necessário explicar como se deu o trabalho de campo. Em virtude da pandemia, não foi possível realizar as entrevistas pessoalmente. As conversas foram agendadas no auge dos casos de contaminação e morte, quando viagens de avião não eram recomendadas. O Rio de Janeiro sempre despontou como um dos estados mais críticos, fato que também pesou na decisão do caminho a ser seguido. Os diálogos foram todos virtualmente, por meio de uma plataforma de videoconferência.

Realizadas as entrevistas, os depoimentos, como registro da biografia e da memória, compuseram todo o desenrolar desta pesquisa, assim como textos e vídeos. Vale destacar, portanto que, por opção de construção do texto, não foi reservado um

capítulo para cada entrevistada, uma vez que seus relatos e experiências de vida dão sustentação aos capítulos teóricos da dissertação.

Em relação à bibliografia, foi feita a opção política de trabalhar majoritariamente com autoras negras, que nos dão todo o arcabouço teórico necessário para a condução da pesquisa. Opção esta que reconhece a produção invisibilizada das mulheres negras como potente o suficiente para conduzir pesquisas acadêmicas. Além disso, a escolha é mais uma forma de homenagear Marielle, pelo seu esforço em dar centralidade às pautas, agendas e formulações das mulheres negras na luta constante contra as opressões de raça, gênero, classe e território.

Entre as principais referências teóricas estão os estudos da antropóloga e intelectual brasileira Lélia Gonzalez, que trabalhou a intersecção de raça, gênero e classe como estruturantes da opressão capitalista, dentro do contexto brasileiro, e trouxe, de forma mais aprofundada para o campo teórico-acadêmico, a formulação sobre um feminismo amefricano. Ela também aponta as contradições do feminismo branco e eurocentrado, que coloca todas as mulheres numa mesma categoria.

Também do Brasil, trabalhei com a filósofa, escritora e ativista do movimento negro brasileiro Sueli Carneiro. Uma das principais autoras do feminismo negro no Brasil, Carneiro é fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra e autora de artigos e livros sobre gênero, raça e direitos humanos.

Serviram, ainda, de referencial as elaborações da filósofa estadunidense Angela Davis, que dedica a sua produção acadêmica aos estudos sobre a centralidade do papel das mulheres negras na luta contra as opressões de classe, raça e gênero. Em seu livro *Mulheres, raça e classe* (DAVIS, 2016), a intelectual elabora uma série de contribuições que ajudam a compreender a realidade, não só dos EUA, mas também do Brasil, reforçando a práxis do feminismo negro na luta contra as desigualdades, o racismo e o machismo. Em *Mulheres, cultura e política*, Davis (2017) aborda que sem a articulação das mulheres negras, juntamente às não brancas, os direitos humanos nunca serão garantidos por completo.

Para subsidiar o debate do feminismo negro, tomei como referência a elaboração da socióloga e professora estadunidense Patricia Hill Collins, que tem grande relevância na formulação intelectual de mulheres negras. A teórica é precisa ao defender uma produção que dê conta das vivências, anseios e reivindicações das afro-americanas, diferentemente do que fora produzida pelo feminismo clássico europeu e em contraponto a uma produção acadêmica masculina, branca e eurocentrada.

A escolha dessas teóricas como centrais para a elaboração do texto se deu em função da familiaridade que adquiri com suas escritas no decorrer das aulas do mestrado, do significado que elas passaram a ter para a minha compreensão como uma acadêmica em formação e da conexão de seus estudos e formulações com algumas categorias-chaves trabalhadas nesta dissertação.

Vale destacar, ainda, que os estudos de outras autoras que trabalham a perspectiva antirracista e feminista negra serviram de base para esta pesquisa, além de artigos e reportagens que contextualizam a situação das mulheres negras na política institucional e nos espaços de militância.

Quase três anos depois de iniciar minha jornada acadêmica no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB, apresento o resultado dessa imersão, que me ajudou a ter contato direto com o que foi produzido por e para mulheres negras. Muitas das leituras eu tive contato pela primeira vez, incluindo as relacionadas ao campo dos estudos sobre relações raciais. O curso, o diálogo com os professores e a troca com os colegas me permitiram conhecer ensinamentos aos quais eu jamais imaginei que eu poderia acessar. Chegando nessa reta final, minha expectativa é ter dado conta de mostrar a representatividade de uma liderança política para as mulheres negras que também atuam na defesa dos direitos humanos e pela garantia da equidade de raça, gênero e classe. Espero ter contribuído para manter vivos a chama e o legado de uma vereadora democraticamente eleita, mas que teve sua presença física interrompida pelo ódio ancorado numa sociedade estruturalmente racista, classista e patriarcal.

1- NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

“(...) *Canto pela tia que é silenciada*
Dizem que só a pia é seu lugar
Canto pela mina que é de quebrada
Que é violentada e não pode estudar
Canto pela preta objetificada
Gostosa, sarada, que tem que sambar
Dona de casa limpa lava e passa
Mas fora do lar não pode trabalhar
Preta, pinta
O mundo com seu tom
Que essa tua negra tinta
Fará brotar a cor nesta cidade, cinza
Que tanto te negou, mas, ô, preta, pinta”
 (Carú Bonifácio – “Negra Tinta”)

14 de março de 2018. Quarta-feira, pouco antes das 22h. O perfil da plataforma Fogo Cruzado⁵, no *Twitter*, divulga a informação de que a vereadora pelo PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco, teria sido assassinada na região do bairro do Estácio, zona norte da capital fluminense. Em seguida, a mesma informação circula nos grupos de *Whatsapp*. A partir daí, os veículos de comunicação começam a divulgar informações confirmando a execução.

Olhos turvos, respiração falha e pernas trêmulas. Por um momento, pensei que estivesse tendo algum tipo de devaneio. A semana havia começado intensa e aquilo poderia ser algum efeito do cansaço. Mas, infelizmente, não era!

Na ocasião, eu trabalhava como jornalista do diretório nacional do PSOL, papel que desempenhei de 2013 a 2019. Entre as minhas várias atribuições, incluíam produzir conteúdos para as mídias sociais e canais de comunicações do partido e atender à imprensa dando subsídio com informações sobre as diversas iniciativas dos dirigentes e parlamentares. Este meu trabalho me permitiu ter contato com a história das várias figuras públicas do PSOL e, sobretudo, com as pautas que defendiam. Desde que Marielle fora eleita, em 2016, eu acompanhava o seu trabalho e reconhecia nela uma liderança que faria muita diferença tanto na política institucional, com a sua atuação na Câmara Municipal do Rio, como internamente nas fileiras partidárias. Além do meu trabalho profissional, acompanhar a atuação de Marielle e de tantas outras ativistas negras era também parte da

⁵ Plataforma digital colaborativa com dados de violência armada nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Recife/PE.

minha história como militante anticapitalista, feminista negra e interseccional. Assim como tantas outras, Marielle já era inspiração na tarefa cotidiana de furar o bloqueio de uma política partidária e institucional tão pouco nossa.

Essa relação profissional com o partido me colocou no olho do furacão do maior crime político da história democrática. Ainda um pouco tonta com o bombardeio de informações, na própria noite do dia 14 entrei em contato com alguns colegas do departamento de comunicação do partido, os quais confirmaram a morte. Como assim, assassinaram Marielle? Essa foi a pergunta que me acompanhou todo o resto daquela noite e madrugada adentro, entre uma ligação e outra de jornalistas buscando repercutir o fato e pessoas próximas querendo saber de mais detalhes. Uma noite em claro, que emendou com a manhã do dia 15 e com os atos e conversas intermináveis que se estenderam ao longo de toda a quinta-feira. Seguramente, entre a noite do dia 14 e os dias 15 e 16 de março eu atendi uma média de cem jornalistas apurando os detalhes do fato.

Se para mim aquele inesperado acontecimento na noite de 14 de março de 2018 significou paralisia por alguns momentos, para muitas e muitos foi como viver um pesadelo sem fim, do qual ninguém acordou. Quatro tiros que marcaram para sempre a história de familiares, amigos, companheiros de militância e uma quantidade infindável de pessoas Brasil afora que não a conheceram. Marielle Franco deixou esposa, filha, pai, mãe, irmã, sobrinha, companheiros de ativismo, colegas de trabalho, assessoras de seu mandato parlamentar, projetos e uma base popular de apoio que foi construindo ao longo dos anos até chegar à vereança.

Marielle havia acabado de sair de uma atividade na Casa das Pretas, na Lapa, centro do Rio, denominada *Jovens negras movendo estruturas*, organizada pelo seu mandato e parte da campanha dos 21 Dias de Ativismo contra o Racismo, e que reuniu mulheres jovens da periferia que, assim como ela, optaram por transformar em luta as dores e as dificuldades impostas pelo racismo, sexismo e classismo. Mais uma das tantas atividades organizadas por ela, para pensar formas de enfrentamento à violência de gênero, ao extermínio da juventude negra da favela, ao racismo estrutural e aos ataques dos governos aos direitos da população mais empobrecida. Um evento que tinha, para além da urgência de pensar a luta por direitos, também o compromisso explícito de formação junto a mulheres negras da periferia, para dar continuidade a projetos que deveriam extrapolar os muros da Câmara Municipal do Rio.

Embora este primeiro capítulo tenha o objetivo de lembrar a resistência de várias outras mulheres negras, mais velhas, que tiveram papel importante na militância

organizada ou na política partidária e institucional, eu decidi abri-lo resgatando a história do assassinato para introduzir a participação das entrevistadas nesta pesquisa. Considerei fundamental trazer, antes de qualquer coisa, o sentimento de cada uma quando soube da morte da companheira.

A então assessora de Marielle e hoje deputada estadual Mônica Francisco, que esteve com a amiga minutos antes do assassinato, conta que quando a notícia chegou, ela e a filha Milena voltavam da atividade na Casa das Pretas. Milena começou a ver as mensagens circulando nos grupos e logo comentou com a mãe. “Isso é *fake news*, Milena. Isso é *fake news*”, disse Mônica, sem acreditar, mas já com ar de espanto e desespero. A própria filha rebate, dizendo que a informação já estava sendo confirmada em vários grupos.

Minha entrevista com Mônica Francisco foi numa tarde de trabalho durante a pandemia. A conversa rendeu mais de uma hora e precisou ser interrompida devido a uma das várias atividades da agenda da parlamentar. Como Marielle, Mônica acredita que só a organização das mulheres e do povo negro é capaz de transformar as estruturas dessa sociedade tão desigual.

Durante a conversa, é praticamente impossível não se emocionar ao ouvir Mônica contar a sua reação quando confirmou que tudo era verdade.

Desesperador. Eu, naquele Uber, tive uma sensação de sufocamento que me acompanhou durante um tempo. Eu estava sufocada, uma sensação de sufocamento horrível, terrível. Aí o desespero, você não dorme, é um horror, você quer saber se é real, aí você, enfim. Aí pergunta para fulano que não tem nada a ver, por que não fazia sentido. Eu só tive a certeza porque eu vi o Anderson morto, porque eu estava achando que era fake news. Sei lá, foi bem desesperador (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Reação parecida teve Renata Souza, à época chefe de gabinete do mandato de Marielle e atual deputada estadual. Renatinha da Maré, como é conhecida por muitos da militância, construiu sua trajetória também a partir das ações na favela da Maré, especialmente a partir do ativismo da comunicação comunitária. Vem se consolidando como uma liderança importante do seu partido no Rio de Janeiro, tendo sido candidata a prefeita nas eleições de 2020.

Meu contato com Renata vem de muito antes do PSOL, dos espaços de formação do Núcleo Piratininga de Comunicação (NPC)⁶, nos primeiros anos da década de 2000. Por isso, foi também muito difícil ouvi-la dizer qual foi sua reação ao saber da execução da amiga. Ela também esteve no evento *Jovens negras movendo estruturas* e explica o que sentiu no momento.

Eu tinha acabado de sentar no sofá da minha casa, na Maré, meu telefone toca e era um jornalista perguntando se eu confirmava o assassinato da Marielle. E aí eu já entro em um desespero, começo a ligar para todo mundo para saber o que tinha acontecido. Ligo para Marielle, ela não atende. Ligo para Fernandinha, a assessora que estava no carro, também não atende. Ligo para o motorista (Anderson), também não atende. E eu começo a me desesperar e já saio de casa meio perturbada em direção à casa da Marielle. E no meio do caminho eu já vou tendo muitas ligações de pessoas preocupadas comigo, achando que eu estava no carro com a Marielle e eu sequer tinha entendido o que de fato tinha acontecido com a Marielle. Foi um dos momentos, assim, inesquecíveis, de uma dor muito grande e, enfim, já estava, inclusive, recebendo no meu celular imagens da Marielle morta. Então, sem dúvida nenhuma, foi muito marcante, muito aterrorizante, muito triste (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Eventos como o que ocorreu antes do assassinato eram uma constante no mandato da vereadora, sempre voltado para os setores invisibilizados da sociedade. O nosso desafio aqui é apresentar o significado dessas agendas para mulheres negras que escolheram sair do lugar que a sociedade racista, de passado fortemente escravocrata e colonial, reservou a elas. Mulheres que entenderam que a vida não deu outra alternativa que não fosse a luta pela emancipação de seu povo, por uma sociedade mais justa, com equidade e livre de opressões.

Não é possível falar do legado de Marielle Franco para mulheres negras na política sem antes referenciar as que vieram antes, que pavimentaram o caminho para que atividades como a da noite do dia 14 de março pudessem acontecer. “Nossos passos vêm de longe” (CARNEIRO, 2000, p. 22) tem significado ancestral e, certamente, serviu de farol na trajetória pulsante de luta de Marielle e, até hoje, serve também de farol na

⁶ Grupo constituído por comunicadores, jornalistas, professores universitários, artistas gráficos, ilustradores e fotógrafos que trabalham com o objetivo de melhorar a comunicação, tanto de movimentos comunitários ou populares, quanto de sindicatos e outros coletivos. Sua primeira atividade de formação aconteceu em 1992.

caminhada de Mônica Francisco, Renata Souza e de tantas outras que seguem tentando mudar as condições de vida de seu povo.

Renata define o lema como algo que carrega a força de um significado ancestral e que só faz sentido ser usado com a luta coletiva.

Para mim, faz toda reintegração à nossa história de luta, de resistência, mas, acima de tudo, à concepção, muito evidente, de que essa luta, essa construção, ela só vale a pena se for coletiva, porque se for individualizada e personalista, não iremos muito longe. Por isso o ‘eu sou porque nós somos’ precisa também fazer com que o ‘nossos passos vêm de longe’ seja, não só frases bonitas de efeito, mas que corresponda a um lema, a uma construção, a um desenvolvimento não só de mandatos coletivos, de mandatos feministas, negros, de favela, periferia, mas que corresponda também a nossas lutas a partir e com os movimentos sociais organizados, ou não organizados (Entrevista com Renata Souza, 2020).

O próprio mandato de Marielle era a própria expressão do lema “Nossos passos vêm de longe”, segundo afirma Mônica Francisco. Sua trajetória de luta era a junção das várias lutadoras que contribuíram para que hoje mulheres negras estejam aqui para contar suas histórias na política.

A própria Marielle já era influenciada pelo avanço da luta das mulheres negras. Tanto que a eleição dela teve influência muito forte da Primavera Feminista e da Marcha das Mulheres Negras. Foi fundamental para influenciar essas candidaturas (de Marielle e outras que se candidataram na mesma época). Não só isso, obviamente, mas isso teve um peso muito grande. Então essa influência continuou reverberando e é óbvio que a Marielle se junta a todo esse processo para influenciar muita gente (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Intelectual que deu grandes contribuições sobre o papel de mulheres negras na construção da sociedade brasileira, Lélia Gonzalez avisa que na história de luta do povo negro, vamos encontrar mulheres negras das diversas gerações, como ativas participantes de todos os movimentos de resistência e de libertação (GONZALEZ, 2018).

1.1 Renascendo na luta por direitos na primeira metade do Século XX

O trecho da música de Carú Bonifácio, que abre o início deste capítulo, pode ser visto como a tradução da necessidade que várias mulheres negras – ou amefricanas, como diria Lélia Gonzalez – tiveram de se levantar e fazer história no Brasil. Muitas, às vezes até sem reivindicar o feminismo e sem colocar a pauta antirracista no centro de forma

explícita, já empunhavam as lutas que seguem nas ruas, casas legislativas, universidades, praças públicas, igrejas, terreiros, meios de comunicação e diversas outras arenas de disputas.

Mulheres negras movem as estruturas desde a luta contra o regime escravocrata, passando pelo movimento sufragista, diretas-já, redemocratização, até os dias atuais pós-abolição. Seria muita pretensão dar conta de todas as mulheres que tiveram papel importante na política e no ativismo brasileiro. No entanto, para ser coerente com o legado de Marielle, procuro trazer algumas que romperam barreiras, venceram toda a sorte de preconceitos e empecilhos e ousaram sair do lugar que a sociedade construída à base do sangue negro e da dor da mulher negra reservou a elas. Algumas se tornaram parlamentares e outras fizeram diferença fora da institucionalidade, mas em sindicatos, partidos e outros diversos movimentos organizados.

A escolha das 22 mulheres que apresento nos próximos parágrafos deste capítulo levou em consideração suas orientações políticas progressistas e à esquerda, a defesa por elas de pautas que décadas depois Marielle veio a defender e que seguem tendo continuidade com a atuação de Mônica Francisco e Renata Souza e o fato de que algumas foram as primeiras parlamentares negras em suas cidades ou estados. Cada uma a seu modo e em suas diferenças, a partir de suas agendas, em certa medida, precederam a luta das três que são a razão da existência desta pesquisa.

Propositalmente, decidi começar esse passeio pela história com **Antonieta de Barros**, a primeira negra a assumir um mandato no Brasil, quando eleita suplente em 1934 para uma vaga de deputada estadual em Santa Catarina, pelo Partido Liberal Catarinense. O titular Leônidas Coelho de Souza assumiu a prefeitura do município de Caçador e, por isso, Antonieta assumiu a titularidade. Nascida em 1901, em Florianópolis, foi jornalista, professora e com apenas 21 anos fundou o jornal *A Semana*. Integrou a Frente Negra Brasileira e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF).

Figura 1: Antonieta de Barros

Fonte: Reprodução/ NSC TV

Como deputada, em 1935 ajudou a construir a constituinte estadual, tendo sido responsável pelos capítulos sobre educação, cultura e funcionalismo público. Em 19 de julho de 1937, Antonieta presidiu a Sessão da Assembleia Legislativa e se tornou a primeira mulher (e negra) a assumir a presidência de uma assembleia no Brasil. Com o início do Estado Novo, em 1937, perdeu o mandato de deputada devido ao fechamento das casas legislativas de todo o país.

Ainda atuante na política e filiada ao Partido Social Democrático (PSD), após o fim da ditadura varguista assume, em 1948, novo mandato na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no lugar de José Boabaid.

No livro *Mulheres negras do Brasil*, Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil (2006) afirmam que Antonieta de Barros era dona de uma carreira política, com atuação destacada na educação e na valorização da população negra. A origem do Dia do Professor, celebrado em 15 de outubro, é atribuída a ela.

A conquista dessa catarinense filha de uma lavadeira e ex-escravizada já liberta merece muito mais destaque do que a história hoje reserva a ela. Eleita menos de meio século após a abolição da escravatura e apenas dois anos do direito ao voto facultativo feminino, trazia três bandeiras importantes naquele período: educação para todos, valorização da cultura negra e emancipação feminina. Além da vida na política institucional, também teve forte atuação na literatura e no jornalismo, numa época em que liberdade de expressão não era um direito necessariamente garantido às mulheres, em especial às negras. Faleceu ainda nova, aos 50 anos de idade, no dia 28 de março de 1952.

Mais ou menos na mesma época de Antonieta de Barros, uma alagoana, datilógrafa, advogada e sindicalista teve papel de destaque na luta pelo direito ao voto feminino e pelos direitos das mulheres trabalhadoras. **Almerinda Farias Gama**, nascida em 16 de maio de 1899, foi a primeira e única mulher representante sindical a votar na Assembleia Constituinte de 1933.

Pioneira na presença de mulheres negras no sindicalismo e militante da Frente Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), por onde passava mostrava sua indignação quanto à discriminação sofrida por mulheres na política e no mundo do trabalho. Foi companheira de Bertha Lutz na criação do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal, no movimento sufragista e na FBPF.

Antes dessa trajetória, ainda na infância, se mudou para o Pará, onde, já na vida adulta, trabalhou como datilógrafa e colaborou com crônicas para o jornal *A Província*. Se hoje as mulheres, em especial as negras, estão na base da pirâmide no que se refere às condições de salário, à época de Almerinda a conjuntura ainda era mais precária. E foi por uma injustiça trabalhista que, em 1929, resolveu se mudar para o Rio de Janeiro, ao saber que um colega homem recebia 300 réis, enquanto ela recebia 200 réis pelo mesmo trabalho. Optou por sair em busca de oportunidades de trabalho e de um salário mais digno. A partir de então, começou, efetivamente, a se engajar nas lutas feministas e trabalhistas (DM EM DEBATE, 2020).

A célebre foto de uma única mulher votando em 20 de julho de 1933, na Assembleia Nacional Constituinte, é de Almerinda Farias Gama, que, como presidente do Sindicato das Datilógrafas e Taquígrafas do Distrito Federal (à época Rio de Janeiro), foi indicada para ser delegada eleitora. Em 1934, chegou a se candidatar para o cargo de deputada pelo então Distrito Federal, com o lema de campanha “advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação”, mas não se elegeu. Ainda organizada na política partidária e no movimento sindical, foi dirigente do Partido Socialista Proletário do Brasil.

Figura 2: Almerinda Farias Gama votando na Assembleia Nacional Constituinte, em 1933



Fonte: CPDOC/FGV

Apenas mais recentemente o legado de Almerinda no feminismo e na luta pelos direitos trabalhistas vem ganhando reconhecimento, mas ainda assim tímido pelo tamanho da sua contribuição. Como militante do movimento pelo direito ao voto feminino, não teve o mesmo destaque que a companheira Bertha Lutz, mulher branca e oriunda da elite brasileira. A própria Almerinda já problematizava as diferenças de classe que a separavam das outras companheiras. Ao sair da Frente Brasileira para o Progresso Feminino, disse: “na FBPF pesava mais a voz das mulheres da elite, de pensamento pouco sensível aos problemas das mulheres trabalhadoras” (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2006, p. 317).

Essa grandiosa ativista, que (re)nasceu na luta por direitos e merece todas as reverências do movimento de mulheres, faleceu em 1992, aos 93 anos, no Rio de Janeiro.

De Alagoas para Minas Gerais. Em 12 de outubro de 1904, nascia, em Poços de Caldas, a precursora do movimento das trabalhadoras domésticas. Mas foi em Santos que **Laudelina Campos Melo** fundou, em 1936, a Associação das Empregadas Domésticas.

Num país em que o número de trabalhadores domésticos chegou a 6,3 milhões em 2019, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), torna-se imprescindível lembrar a luta de quem abriu o caminho para o movimento que foi se estruturando ao longo das últimas décadas. Ainda mais necessário quando constata-se que 97% dessas vagas são ocupadas por mulheres, em sua ampla maioria negras.

Não muito diferente da realidade de tantas brasileiras que tiram dessa profissão o sustento de suas famílias, Dona Laudelina, conforme ficou conhecida, começou a trabalhar aos 7 anos de idade. Já perto da juventude, aos 16 anos, iniciou um ativismo promovendo atividades culturais e políticas com a população negra de sua cidade. Em

Santos, se filiou ao Partido Comunista Brasileiro em 1936 e sua atuação passou a ter mais peso na política partidária e na luta por direitos trabalhistas.

Figura 3: Laudelina Campos Melo



Fonte: Casa Laudelina de Campos Melo

Assumindo o protagonismo do movimento das trabalhadoras domésticas, também em 1936 criou a primeira Associação de Trabalhadoras Domésticas do país, que, assim como as demais entidades classistas, permaneceu fechada durante o Estado Novo, voltando a funcionar somente em 1946.

Além da luta no campo sindical, Laudelina de Campos Melo assumiu para si a defesa da liberdade do povo negro. Nesse contexto, teve papel importante na construção da Frente Negra Brasileira, considerada a principal organização do movimento negro daquele período.

Sua consciência de classe e racial a transformou numa ativista versátil, com atuação em vários campos. Em Campinas, para onde se mudou em 1955, Laudelina participou do Teatro Experimental Negro (TEN)⁷, companhia de teatro criada por Abdias do Nascimento⁸ em 1944. Seu esforço era ajudar a juventude negra a vencer as marcas do racismo, conquistando confiança e autoestima. Nessa mesma perspectiva, também criou uma escola de música e de balé.

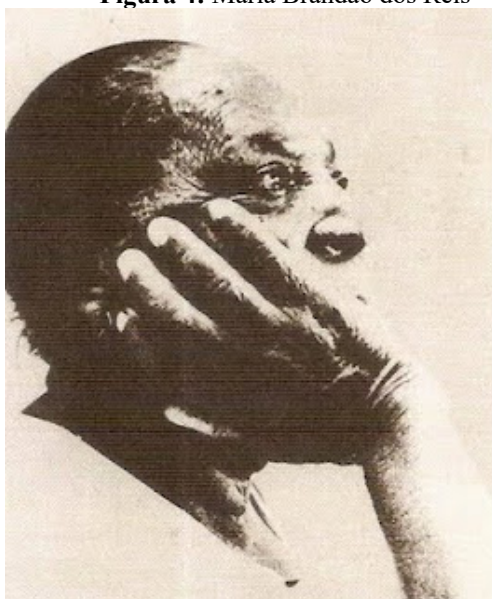
⁷ Companhia de teatro fundada em 13 de outubro de 1944, no Rio de Janeiro, por iniciativa do economista e ator Abdias do Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte, bem como de delinear um novo estilo dramaturgico, com uma estética própria.

⁸ Intelectual brasileiro, nascido em 14 de março de 1914 e falecido em 23 de maio de 2011. Além de escritor, foi ator, poeta, dramaturgo, professor universitário e político.

Seu trabalho como doméstica foi até 1954. Depois, abriu uma pensão e passou a se dedicar integralmente aos ativismos sindical, feminista e cultural. Também chegou a participar das Comunidades Eclesiais de Base, do setor progressista da Igreja Católica. Na década de 70, Laudelina foi fundamental para que a categoria das trabalhadoras domésticas conquistasse o direito à Carteira de Trabalho e à Previdência. Em 12 de maio de 1991, essa guerreira das várias frentes de luta faleceu, deixando seu legado na história dos movimentos negro, sindical e cultural do país (A COR DA CULTURA, 2013).

“Um outro exemplo de mulher negra envolvida com a política”. Essa é a descrição de Schumacher e Vital Brasil (2006, p. 317) sobre **Maria Brandão dos Reis**, nascida em 22 de julho de 1900, em Rio de Contas, na região da Chapada Diamantina (BA). Uma baiana que desafiou o racismo e o sexismo, atuando na política partidária desde cedo e optando pelo comunismo como tradição ideológica. Seus primeiros contatos com a política foi a partir da passagem da Coluna Prestes em sua região, o que a fez se filiar ao Partido Comunista Brasileiro, tornando-se uma grande liderança dessa organização partidária.

Figura 4: Maria Brandão dos Reis



Fonte: Livro Mulheres negras do Brasil

Já em Salvador, assumiu o importante papel de reunir a militância comunista em sua pensão na famosa e movimentada Baixa do Sapateiro. Maria Brandão era, portanto, uma das figuras mais respeitadas da região.

No artigo “Maria Brandão – Negra e comunista”, o professor Jaime Sodré faz um relato do que ouvia quando criança a respeito de Maria Brandão. Despertando o olhar, a

admiração e até mesmo o julgamento dos que frequentavam a região da Baixa do Sapateiro, a baiana era alvo de comentários como: “Ela é negra e comunista” ou “Imagine, negra e comunista”.

Para nós uma figura admirável, soava-nos como símbolo de coragem, tão ao gosto da juventude. Pouco sabíamos sobre ela, além do rosto redondo e a sua roupa leve, aos ventos da liberdade, a caminho do Corta Braço (SODRÉ, 2009).

Corta Braço, mencionado por Sodré em seu artigo, era um bairro popular de Salvador, cujos moradores foram ameaçados de perderem suas casas, em 1947. Maria Brandão deu apoio a eles, organizando uma vigília noturna e uma passeata em protesto à ameaça de despejo. Um episódio que poderia facilmente ser uma fotografia da luta radical por moradia no período atual.

Em 1950, participou da Campanha da Paz, como representante do PCB. Seu papel consistia em estimular a organização de conselhos em vários municípios baianos, o que lhe rendeu a indicação de “Campeã da Paz” (SCHUMAHER; VITAL BRASIL, 2006, p. 318).

Como todos os militantes comunistas daquele período, Maria Brandão também sofreu com as ameaças e os horrores do golpe militar de 1964. Para fugir da prisão, saiu de sua cidade, retornando em 1965. Mulher e negra, atravessada pela dupla opressão de raça e gênero, foi interrogada pela polícia da ditadura sobre o seu envolvimento com os ideais comunistas. Sobre esse episódio, Sodré conta que “o inquérito não evoluiu, talvez por reconhecê-la com um verdadeiro agente da paz e que apenas, por sua generosidade, queria um povo feliz, bem alimentado e instruído, conforme demonstram as suas ações naquela pensão, e para isso escolhera a política” (SODRÉ, 2009).

A “negra e comunista” faleceu em 1974, em Salvador, mesmo período em que importantes nomes do Comitê Central de seu partido atuavam na clandestinidade e enfrentavam a repressão e a tortura, alguns sendo, inclusive, assassinados pelo regime militar.

Também merece destaque em nossas referências a maranhense **Maria José Camargo Aragão**. Nascida em 1910, em Engenho Central – atual município de Pindaré Mirim (MA), se consolidou como uma das mais importantes referências políticas do estado do Maranhão. Com as dificuldades de alguém que teve a vida atravessada pelas opressões de gênero, raça e classe, conseguiu enfrentar a pobreza, concluir os estudos em seu estado e se mudar para o Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina, na então

Universidade do Brasil. Também foi diretora do jornal *Tribuna do Povo*. Imaginem só o feito: mulher, negra, comunista, jornalista e médica.

Figura 5: Maria José Camargo Aragão



Fonte: Portal Sinal Verde/MA

Schumacher e Vital Brasil contam que em 1944 Maria Aragão teve a oportunidade de conhecer Luís Carlos Prestes. Influenciada pela maior liderança comunista da época, se filiou em seguida ao Partido Comunista Brasileiro. Diferentemente de Maria Brandão, Maria Aragão chegou a ser presa e torturada em três ocasiões pelos agentes da ditadura militar. Em 1980, junto com Prestes, rompeu com o PCB e passou a compor a então Corrente Prestista, uma dissidência comunista.

Em artigo publicado em fevereiro de 2020, por ocasião do aniversário de 110 anos do nascimento de Maria Aragão, o professor Franklin Douglas afirmou que a médica era uma mulher que não tinha medo de enfrentar as regras impostas para o seu tempo. Sua mensagem ecoa até os dias de hoje, tornando-se símbolo de muitas lutas, por suas opções e pelo que a vida lhe reservou (DOUGLAS, 2020).

Apesar de não ter se candidatado a nenhum cargo eletivo, teve a sua militância toda dedicada à defesa dos direitos dos trabalhadores, da democracia, das mulheres, dos negros, do povo pobre e da liberdade. Faleceu em 1991, deixando um legado de resistência por uma sociedade justa e igualitária.

Não foi Prestes que tornou Maria comunista. A dureza da vida, as desigualdades pelas quais passou, o enfrentamento ao preconceito, a

condição feminina/negra e a personalidade destemida forjaram Maria José Camargo Aragão como lutadora pela sociedade justa, igualitária, pela emancipação humana. Maria é símbolo da resistência de seu tempo. Exemplo para vários outros tempos, sobretudo para o atual, que também requer muita resistência, e no qual devemos reafirmar o exemplo de Maria Aragão, pois a razão da vida dela não era individualista, mas coletiva (DOUGLAS, 2020).

Em 2004, foi inaugurado, em São Luís, o Memorial Maria Aragão, projetado por Oscar Niemeyer, seu camarada de partido. O espaço abriga um acervo em sua homenagem, além da Praça Maria Aragão.

Em São Paulo, ainda na primeira metade do Século XX, a professora, jornalista e socialista **Sofia Campos Teixeira** se destacou como a primeira mulher negra a participar de um processo eleitoral no Estado. Em 1947, a paulista de Campinas concorreu a uma vaga para a Assembleia Legislativa de SP, com pautas que envolviam a defesa dos direitos da população negra, a luta contra o racismo e os direitos das mulheres negras trabalhadoras.

Figura 6: Sofia Campos Teixeira



Fonte: Jornal da USP

Como jornalista, colaborou com a imprensa negra, escrevendo para os jornais *Alvorada* e *Novo Horizonte* e para a revista *Senzala*. O próprio jornal *Mundo Novo* se encarregou de ressaltar a importância da jornalista na política de São Paulo. Por ocasião de sua candidatura ao cargo de deputada federal, em 1950, pela Esquerda Democrática, que depois se tornaria o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o periódico escreveu:

Sofia Campos Teixeira é a candidata que apoiamos, para deputada federal. A única mulher negra que disputa as eleições, sob a legenda de um partido democrático. Militante fundadora desse partido, a professora Sofia Campos Teixeira, que há muitos anos vem, nas atividades social e política, desenvolvendo uma luta em prol dos direitos de sua raça, tão menosprezada. Apesar de sua contribuição decisiva para o progresso do Brasil, Sofia Campos Teixeira tem participado de todos os movimentos de emancipação não só dos negros como dos trabalhadores em geral, fazendo parte de várias entidades negras e jamais deixou de evidenciar a situação da mulher trabalhadora concitando a à luta em defesa dos seus mais sagrados direitos (MUNDO NOVO, 1950).

Foi por meio dessa mesma imprensa negra que Sofia Campos reverberou seu engajamento político. Com seus textos que abordavam as diversas pautas presentes em suas candidaturas e organização partidária, construiu um legado de luta e intervenção social que tinham como centro os direitos das mulheres, a emancipação do povo negro e a importância de abrir caminho para ocupar espaços de poder e valorizar a cultura e identidade negras.

Avançando mais no tempo do Século XX, Schumacher e Vital Brasil (2006) explicam que coube à assistente social e jornalista **Maria de Lourdes Vale Nascimento** fazer um discurso vanguardista, nas eleições de 1950, defendendo a urgência e a necessidade da participação de mulheres negras na política. Naquele mesmo ano, fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras.

Foi a mesma Maria de Lourdes que criou, em 1944, o Teatro Experimental do Negro (TEN), ao lado de seu marido e intelectual brasileiro Abdias do Nascimento. Em 1948, criou o *Jornal Quilombo: vida, problema e aspirações do negro*, onde conduziu a coluna Fala Mulher.

No discurso de 1950, convocou as mulheres negras a participarem das eleições como forma de garantir a democracia.

Se nós, mulheres negras do Brasil, estamos mesmo preparadas para usufruir os benefícios da civilização e da cultura, se quisermos de fato alcançar um padrão de vida compatível com a dignidade da nossa condição de seres humanos, precisamos sem mais tardança fazer política. Precisamos constituir um exército de eleitoras pesando na balança das urnas, usar o máximo as franquias democráticas que nos asseguram o direito que é também o sagrado dever cívico de votar e sermos votadas para qualquer posto eletivo nas próximas eleições de 03 de outubro (NASCIMENTO, apud SCHUMACHER; VITAL BRASIL, 2006, p. 319).

Além de seu empenho no ativismo teatral e na imprensa negra, Maria de Lourdes foi pioneira nas reivindicações em defesa da regulamentação dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Segundo a historiadora Giovana Xavier, a assistente social assumiu a tarefa de criticar o passado de “antigas boas servidoras”, se referindo às trabalhadoras domésticas, cuja categoria é composta por maioria de mulheres negras. Nas palavras de Xavier (2016), Maria de Lourdes questionava “um ontem alimentado por memórias amargas que as domésticas de cor guardavam da escravidão num hoje marcado por precárias condições de trabalho no mundo livre”.

Em artigo na sua coluna Fala Mulher, do *Jornal Quilombo*, em julho de 1949, a jornalista escreveu sobre as condições precárias de vida e de trabalho das mulheres negras que serviam às casas da elite branca. O texto é de 72 anos atrás, mas poderia muito bem ter sido escrito nos tempos atuais.

É inacreditável que numa época em que tanto se fala em justiça moral possa existir milhares de trabalhadoras como as empregadas domésticas, sem horário de entrar e sair no serviço, sem amparo na doença e na velhice, sem proteção no período de gestação e pós-parto sem maternidade, sem creche para abrigar seus filhos durante as horas de trabalho. Para as empregadas domésticas o regime é aquele mesmo regime servil de séculos atrás, pior do que nos tempos da escravidão (NASCIMENTO, apud XAVIER, 2016).

1.2 Nossas primeiras representantes

As mulheres negras que se destacaram na política nas primeiras décadas do Século XX foram determinantes para que as ativistas da segunda metade do século em diante, até chegar na geração de Marielle Franco, Mônica Francisco e Renata Souza, conseguissem mais espaços para intervir de forma qualificada nas pautas racial e de gênero. Mesmo que muitas das precursoras não carregassem no centro de sua atuação a luta por equidade para a população negra, os caminhos trilhados por elas abriram a possibilidade para que novas gerações viessem de forma mais orgânica em entidades e organizações dos movimentos negro e feminista.

Segundo Sueli Carneiro, uma das principais intelectuais brasileiras, exemplo vivo de que “nossos passos vêm de longe”, a partir do final dos anos 70 e meados dos anos 80, na esteira da redemocratização, as ativistas negras passam a se organizar com o objetivo de melhorar as condições de vida da população afro-brasileira e das mulheres. Elas

começaram a disputar o debate de gênero no interior do movimento negro e o debate de raça no interior do movimento feminista.

A mulher negra, no Brasil, a partir de meados da década de 1980, passa a se organizar politicamente em função de sua condição específica do ser mulher e negra, por meio do combate aos estereótipos que as estigmatizam; por uma real inserção racial; pelo questionamento das desigualdades existentes entre brancas e não brancas em nossa sociedade; e contra a cidadania de terceira categoria a que está relegada por concentrar em si a tríplice discriminação de classe, raça e gênero (CARNEIRO, 2020, p. 169).

Gonzalez (2018) também ressalta que nos anos 70 e 80 houve o surgimento de muitos grupos organizados de amefricanas em quase todo o país. Nesse mesmo contexto, mulheres negras continuam se colocando para ocupar os espaços na política institucional.

Merece ser lembrada nesse estudo a primeira mulher negra a ocupar uma vaga de deputada estadual na Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o maior colégio eleitoral do país. **Theodosina Rosário Ribeiro**, nascida em Barretos, em 1930, foi eleita em 1974 e se dedicou à luta pelos direitos das pessoas negras no Parlamento por mais três mandatos de deputada estadual. Antes, foi vereadora em São Paulo, eleita em 1970, tendo obtido a segunda maior votação para a Câmara Municipal da maior cidade do país. Nessa primeira disputa também foi a primeira mulher negra eleita vereadora.

Theodosina foi professora, diretora de escola e advogada, ocupando uma vaga na Comissão da Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo. Em entrevista concedida em 2016, afirmou ter sido parlamentar em um período no qual vereadores e deputados não podiam fazer muita coisa, se referindo às censuras impostas pela ditadura militar.

Mesmo assim, participei de muitas comissões, sempre preocupada com as questões sociais, como a situação das mulheres e dos negros. Principalmente da mulher negra, já que ela sofre preconceito por ser mulher e por ser negra. E ganha menos do que os homens e menos do que as mulheres brancas (RIBEIRO, 2016).

No alto de seus 86 anos de vida na ocasião da entrevista, Theodosina defendeu a política de cotas étnico-raciais nas universidades brasileiras, ressaltando que o Brasil tem uma dívida histórica com a população negra. Sobre a presença de negras e negros em posição de destaque, disse ser urgente que ocupem esses espaços. “As coisas estão

melhorando. Já vemos engenheiras negras, médicas negras, advogadas negras” (RIBEIRO, 2016).

Faleceu no dia 22 de abril de 2020, deixando a certeza de que a presença de mulheres negras na política institucional faz muita diferença quando o assunto é a defesa de uma população que, embora seja maioria, ainda é preterida no acesso a direitos. Em 2013, a Alesp criou a Medalha Theodosina Rosário Ribeiro para reconhecer o trabalho e as ações de mulheres que atuam por melhores condições de vida de grupos vulneráveis da sociedade.

Enquanto em São Paulo a eleição da primeira mulher negra eleita para ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa ocorreu ainda na década de 70, no Rio de Janeiro esse marco se deu bem mais tarde. Em 2002, a líder comunitária, nascida no Andaraí em 1958, **Jurema Batista**, foi eleita a primeira deputada estadual negra para um mandato na Assembleia Legislativa do RJ (Alerj). No entanto, antes disso, foi eleita vereadora em 1993, cargo que ainda ocupou por mais dois mandatos e meio.

Fundadora do Partido dos Trabalhadores, durante seu mandato na Assembleia Legislativa presidiu a Comissão de Combate à Discriminação de Etnia, Religião e Procedência Nacional. Em 2005 foi uma das mil mulheres do mundo indicadas para ganhar o Nobel da Paz. Em 2007 foi convidada para presidir a Fundação para a Infância e Juventude (FIA) do governo do estado.

Jurema começou sua militância como presidente da Associação de Moradores do Andaraí, em 1979. Também trabalhou como professora de Português e Literatura. Em entrevista concedida à Agência Pública, em 2018, ela conta como foi o início de seu ativismo.

A minha história é assim: sou nascida e criada numa favela, que é o morro do Andaraí, e lá, mediante a falta de coisas, a questão do poder público se fazer presente naquela comunidade... Só se via polícia. Numa dessas situações, eu me tornei líder comunitária porque a polícia matou um trabalhador negro, confundiu com um bandido. Sou professora de português e literatura. Quando morreu a pessoa, não teve aula. Na próxima aula, as pessoas começaram a dizer que estavam querendo desistir de estudar, porque não tinha jeito, a gente era sempre desrespeitado. Chico Alencar era presidente da Associação de Moradores da Praça Saens Pena. Nos ajudaram a criar a Associação de Moradores do Morro do Andaraí. E aí eu virei presidente. Nenhum dos homens queria ser presidente porque eles não queriam bater de frente com a polícia. E assim eu me tornei presidente por unanimidade, porque as pessoas [diziam] assim: “Manda a Jurema ir. A Jurema é letrada”. Tem esse preconceito, né? Fui várias vezes ameaçada. E quero dizer o seguinte: não tem como uma pessoa da população negra chegar ao

poder se não tem uma história ou luta social. Porque nós não temos sobrenome dos colonizadores, não temos poder econômico e não temos trajetória de poder político na família (BATISTA, 2018).

Como vereadora e presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, atuou em dois casos emblemáticos que mancharam de sangue a história do Rio de Janeiro. Em 1994, acompanhou a investigação da Chacina da Candelária⁹ e as mortes na comunidade de Acari¹⁰. O caso da Candelária rendeu uma CPI para investigar os culpados e também o assassinato de dois assessores de Jurema Batista.

Mataram porque eu abri uma CPI pesquisando a questão da morte dos meninos da Candelária. E quem mandou matar foram os comerciantes ali do centro da cidade, que achavam que eles atrapalhavam o movimento. Gente atrapalha. Criança preta: os meninos eram todos negros (BATISTA, 2018).

Embora não ocupe, no momento, nenhum mandato parlamentar, Jurema Batista segue atuando por mais direitos para a população negra, ao lado de outras mulheres de seu tempo e também das novas gerações. É uma lutadora em constante movimento.

Do Rio, voltamos um pouco no tempo e vamos para a Bahia, cujo estado teve a sua primeira mulher negra eleita para a Assembleia Legislativa em 1990. Nascida em 1953, em Salvador, **Maria José Rocha Lima** é atriz e professora. Eleita pela primeira vez pelo PCdoB, voltou à Assembleia Legislativa da Bahia em 1994 pelo PT. Como deputada estadual, presidiu a Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e foi vice-presidente da Comissão de Educação, Esportes e Serviço Público.

No Senado, a primeira mulher negra a ocupar uma vaga foi **Laélia de Alcântara**, nascida em julho de 1923, em Salvador. Médica, construiu sua carreira política no Acre. Em 1981, assumiu o mandato de senadora pelo PMDB, em substituição ao titular da vaga, que faleceu no mesmo ano.

Como médica no Acre, ficou conhecida como “mãe dos pobres” pela sua dedicação à população mais empobrecida. Foi também presidente do Conselho Regional de Medicina do Acre, secretária de Saúde entre maio e setembro de 1987 e integrante do

⁹ No dia 23 de julho de 1993, oito crianças foram assassinadas nas proximidades da Igreja da Candelária, no centro do Rio de Janeiro. Na ocasião, dois carros pararam e seus ocupantes atiraram em direção a dezenas de crianças e adolescentes que dormiam no local. Todas as vítimas eram negras.

¹⁰ No dia 26 de julho de 1990, 11 adolescentes e jovens da favela do Acari, no Rio de Janeiro, foram sequestrados por um grupo de policiais e levadas para um sítio em Suruí, bairro de Magé. Seus corpos nunca foram encontrados. O movimento dos familiares das vítimas ficou conhecido como “Mães de Acari”. O inquérito policial foi encerrado em 2010 e ninguém foi indiciado.

Parlamento Latino-Americano (Parlasul), onde apresentou diversas proposições para melhorar o antigo Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

Embora tenha tido uma atuação mais contundente contra o racismo, teve uma postura mais conservadora em relação aos direitos das mulheres. Como senadora, se posicionou contra a legalização do aborto, em virtude de sua formação católica. Faleceu em agosto de 2005.

1.3 Samba é ancestralidade, resistência e política

*“No serviço de auto-falante,
Do morro do Pau da Bandeira
Quem avisa é o Zé do Caroço
Amanhã vai fazer alvoroço
Alertando a favela inteira (...)”
(Leci Brandão – “Zé do Caroço”)*

Quem disse que fazer samba não é um ato político? Compositora da música “Zé do Caroço”, que embala rodas de samba e carnavais Brasil afora, a deputada estadual pelo PCdoB de São Paulo, Leci Brandão, é a resposta viva e concreta à pergunta que abre esse texto. Samba é ancestralidade, é resistência e é política. E Leci vem provando isso ao longo de suas quase cinco décadas de carreira. Entre as mulheres citadas neste capítulo, ela uma das duas que exercem mandato parlamentar no momento, por isso a decisão de dedicar um tópico específico a ela.

Nascida em Madureira e criada em Vila Isabel, Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1944, é cantora, compositora, uma das maiores intérpretes do país e está em seu terceiro mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo. Sua carreira artística teve início na década de 1970 e, ao longo desses anos, já gravou 25 álbuns.

Em 1972, tornou-se a primeira mulher a integrar a ala de compositores da Estação Primeira de Mangueira, escola de samba do Grupo A do Rio de Janeiro. Esse passo em sua carreira abriu caminho para que as mulheres pudessem desempenhar outros papéis nas escolas de samba, para além de assistas e dançarinas.

Com atuação destacada no movimento negro, antes de se tornar deputada, Leci Brandão integrou o Conselho da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, cargos que ocupou por dois mandatos consecutivos.

Figura 7: Leci Brandão no plenário da Assembleia Legislativa de SP



Fonte: Assembleia Legislativa de São Paulo

Sua relação mais orgânica com a política partidária começou em 2010, quando se filiou ao PCdoB e foi eleita deputada estadual pela primeira vez, com 86 mil votos. Seu gabinete foi denominado de “Quilombo da diversidade” e ela passou a considerar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo como mais um espaço para que negras e negros disputassem os rumos da história da cidade (SOUSA, 2016).

Foi reeleita para o mesmo cargo em 2014 e 2018. Pautas como promoção da igualdade racial, direitos das mulheres, respeito às tradições afro brasileiras, povos indígenas e comunidades quilombolas e defesa da cultura popular são as mais presentes em seu mandato parlamentar. Segunda deputada negra na história da Alesp, Leci foi membro da Comissão de Direitos Humanos e vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Casa.

Na mesma letra de “Zé do Carço”, a deputada compositora mostra sua relação com a favela, tal qual Marielle Franco, Mônica Francisco e Renata Souza. “E na hora que a televisão brasileira distrai toda gente com a sua novela, é que o Zé põe a boca no mundo, é que faz um discurso profundo, ele quer ver o bem da favela” (BRANDÃO, 1978). O Zé do Carço do samba de Leci Brandão poderia ser os diversos ativistas que estiveram junto com Marielle na construção de dias melhores para o seu povo.

No dia 15 de março de 2018, um dia após assassinato de Marielle, Leci Brandão foi à tribuna da Alesp manifestar sua indignação e dor com o ocorrido. Para ela, a morte da vereadora repercutiu como uma tentativa de silenciar tantas outras mulheres negras que lutam todos os dias contra o genocídio de seus filhos pelas mãos do Estado.

Ela era uma voz consciente e tinha uma postura firme, que conseguiu ocupar um espaço que poucas mulheres negras ocupam, porque são impedidas por um Estado racista e um sistema político perverso. Marielle morreu porque teve a audácia de se candidatar e ser a quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro nas últimas eleições. Teve a coragem de denunciar arbitrariedades e autoritarismo. Hoje vivemos o luto de mais uma mulher negra assassinada pelo machismo, pelo racismo e por um Estado conivente com a injustiça e a desigualdade, que falhou e tem falhado em defender e proteger os cidadãos e seus direitos. Senti, hoje, ao ler as matérias sobre o assassinato de Marielle, que muita coisa parece que morreu em nós, pois a morte dessa mulher admirável e combativa foi, também, uma tentativa de assassinar luta de outras mulheres negras que, diariamente, combatem o genocídio de seus filhos e filhas (BRANDÃO, 2018).

Dois anos depois, em 14 de março de 2020, a deputada comunista cobrou respostas sobre a execução política da vereadora do PSOL. Em vídeo divulgado em sua conta no Twitter, Leci Brandão ressaltou o legado de Marielle para que mais mulheres negras participem da política institucional.

A morte dela, com o Anderson, trouxe muita indignação, muita revolta na sociedade. E milhares de mulheres decidiram continuar a luta dessa guerreira, porque ela foi um exemplo para todas nós. Como a gente diz: Marielle é semente, ela brota para que toda mulher lute por uma sociedade mais justa e igualitária. Marielle foi tema de enredo. Marielle é nome de rua. Marielle deu nome a tanta coisa boa, tanta construção de dignidade que aconteceu nesse país. Dois anos e ninguém sabe quem mandou matar Marielle. E a gente quer saber, e um dia a gente vai saber. Essa resposta terá que vir. Marielle, presente! (BRANDÃO, 2020).

Figura 8: Postagem de Leci Brandão cobrando resposta sobre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes



Fonte: Reprodução Twitter Leci Brandão

Assim como Marielle Franco, Leci é uma mulher que ama mulheres. Em novembro de 1978, se assumiu como uma mulher lésbica, durante entrevista ao jornal *Lampião da Esquina*¹¹, publicação voltada à população LGBTQIA+. Com essa declaração, ela se tornou a primeira cantora famosa a declarar a sua orientação sexual.

1.4 Do Chapéu Mangueira para o Congresso Nacional

Reverenciar as mais velhas e pedir licença a elas é condição para qualquer pesquisa que se propõe a falar do legado de Marielle Franco para mulheres negras na política. Da mesma forma, é uma responsabilidade enorme trazer tantas referências importantes forjadas na luta e na história do movimento negro no Brasil.

Seria incompleto contar a história de Marielle, passando por Mônica Francisco e Renata Souza, sem reverenciar a mulher negra que há mais tempo ocupa cargo na política institucional no Brasil. **Benedita da Silva** é força, é luta, é bravura, é combatividade, é solidariedade e é poesia. Por isso, assim como Leci, ela também terá um tópico específico por atualmente ocupar um mandato no legislativo.

Filha da lavadeira Maria da Conceição Sousa da Silva e do pedreiro José Tobias da Silva, Benedita Sousa da Silva nasceu em 26 de abril de 1942, no Rio de Janeiro. Membro de uma família pobre de 14 irmãos, Bené, como é chamada pelos mais próximos, começou a trabalhar ainda criança, como vendedora nas ruas do centro da cidade. Chegou a trabalhar como tecelã, em uma fábrica de tecidos, e ajudava a mãe a lavar e passar roupa para fora.

¹¹ Primeiro jornal com a temática homossexual do país, que circulou entre os anos de 1978 e 1981. O impresso não se limitava a questões da sexualidade, mas abordava também pautas sobre identidades e questões sociais, que geralmente não tinha, espaço na imprensa tradicional.

Figura 9: Benedita da Silva

Fonte: Agência Câmara

Seu ativismo mais organizado teve início no período da ditadura militar, quando mobilizou as mulheres do Chapéu-Mangueira a saírem às ruas em protesto por melhores condições de vida para a comunidade. Nessa época, criou o Departamento Feminino da Associação de Moradores do Chapéu-Mangueira.

Servidora pública, auxiliar de enfermagem e assistente social, foi eleita para seu primeiro cargo político em 1982, como vereadora pelo PT do Rio de Janeiro, partido do qual faz parte até hoje. A experiência nos movimentos negro, de mulheres e de favela deu a ela as condições necessárias para iniciar uma carreira política que se consolidou ao longo das últimas décadas. Desde então, nunca mais deixou de estar em algum cargo de destaque, seja como vereadora, deputada, senadora, vice-governadora, ministra e até governadora. Em 1987, assumiu pela primeira vez o mandato de deputada federal, cargo que ocupou até 1995. Neste mesmo ano, tornou-se a primeira senadora negra da história do país, cujo mandato foi até dezembro de 1998.

Saindo de Brasília e voltando para o Rio de Janeiro, ainda em 98 renunciou ao cargo de senadora para assumir o posto de vice-governadora do Estado no governo de Anthony Garotinho¹², que em 2002 deixou o Palácio da Guanabara para se candidatar à Presidência da República. Com isso, Benedita da Silva tornou-se governadora, cumprindo um mandato de apenas 9 meses, de abril de 2002 a janeiro de 2003. Carrega até hoje o mérito de, em seu governo, ter implementado a política de cotas raciais na Universidade Estadual do RJ (UERJ).

¹² Político brasileiro, foi o 58º governador do Estado do Rio de Janeiro e também candidato à Presidência da República em 2002. Por preso três vezes por envolvimento em diversos esquemas de corrupção.

Com uma passagem no governo marcada por crises deixadas por Garotinho, troca de acusações sobre de quem seria a responsabilidade pela desaprovação das contas de 2002 pelo Tribunal de Contas do RJ, uma forte crise financeira no Estado, além do racismo e do machismo, não conseguiu se reeleger para continuar no Palácio da Guanabara. Em anos, foi a primeira vez que ficou sem mandato eletivo, mas, nem por isso, ficou de fora da política. Sua breve carreira no governo a qualificou como a única ex-governadora fluminense que não foi para a prisão na última década.

No governo do ex-presidente Lula, em 2003 assumiu, como ministra, a então Secretaria Especial de Trabalho e Assistência Social, permanecendo na Esplanada dos Ministérios até 2007. Saiu para ocupar a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro, no governo de Sérgio Cabral, até 2010. No ano seguinte, voltou à Câmara dos Deputados, onde ocupa um mandato até os dias atuais.

Um dos maiores feitos em seu retorno à Câmara, foi a relatoria da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que ampliou os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas, uma categoria com cerca de 7 milhões de pessoas, em sua maioria mulheres negras. Conduzir os trabalhos em torno da PEC das Domésticas, conforme a proposta ficou conhecida, reafirmou seu lugar de destaque na luta por mais direitos para as mulheres negras (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2021).

Além de mulher negra e parlamentar, Marielle tinha em comum com Benedita da Silva sua relação com a favela. Mari, como era chamada pelas pessoas mais próximas, era cria da Maré e Bené é cria do Chapéu Mangueira. Enquanto a deputada do PT foi a primeira vereadora negra na história da Câmara Municipal do Rio, a vereadora do PSOL foi a terceira. Entre as duas, esteve Jurema Batista, já citada neste capítulo.

Na atividade realizada na noite de seu assassinato, Marielle comentou sobre os entraves que dificultam o acesso das mulheres negras a ocuparem espaços na política institucional. Ela citou exatamente as precursoras Benedita e Jurema, demonstrando que para ela “nossos passos vêm de longe” fazia muito sentido. Falando como se as duas tivessem preparando o terreno para as gerações seguintes, mandou um recado às participantes do evento “Jovens negras movendo estruturas”, na Casa das Pretas, horas antes da execução. Não era mais possível esperar uma década para que novas mulheres negras ocupassem cargos no Parlamento.

Na Câmara [Municipal do Rio], antes da gente entrar, foram dez anos antes com a Jurema [Batista]. E dez anos antes da Jurema, a Benedita

[da Silva]. A gente não pode esperar mais dez anos ou achar que eu estarei ali por dez anos. (FRANCO, G1, 2018).

Em entrevista ao portal de notícias G1, no dia 18 de março, ao comentar o que disse a vereadora durante o debate com as jovens negras, na Lapa, e reafirmando os atravessamentos das opressões de gênero e raça, Bené argumentou que se é difícil, ainda hoje, para uma mulher negra e favelada ocupar os espaços de poder, à época de seu mandato de vereadora era ainda pior. “Eu era a única dos 33 vereadores que não tinha carro oficial, porque diziam que o carro não podia subir a favela, e eu morava no Chapéu Mangueira” (SILVA, G1, 2018).

As duas estiveram juntas seis dias antes da tragédia, no palanque do ato em celebração ao 8 de março, Dia Internacional da Mulher, no Rio, conforme contou a deputada federal. Aquele foi o último dia que muitas companheiras viram a vereadora do PSOL. Na mesma entrevista ao G1, a deputada lembrou, emocionada, o que significava a morte de uma vereadora oriunda da favela.

Pensa, era uma mulher negra, da favela e lésbica, que lutava por direitos humanos. Há um esforço quase sobrenatural de quem é da favela, como diziam antigamente, para ser alguém na vida, para lutar pelo que acredita. É essa pessoa que executaram. Poderia ter sido eu, ou uma outra jovem idealista. Ela estaria numa chapa do PSOL ao governo do Rio como vice, ela tinha potencial para alcançar ser deputada, senadora, presidente da República (SILVA, G1, 2018).

Nascidas em tempos diferentes, as duas tiveram a oportunidade de dividir parte de um mesmo período na história de luta das mulheres negras no Brasil. Dividiram, ao mesmo tempo, a vontade de ver dias melhores para a população do Rio de Janeiro. Cada uma a seu modo: uma com a experiência de quem está na caminhada há mais de cinco décadas e outra com a garra de quem tinha ainda muito o que construir e o contribuir.

O curto tempo como parlamentar não diminuiu a força do legado de Marielle, na visão da deputada petista. Seu compromisso com as condições de vida na favela, com o enfrentamento às operações militares, retrato de um Estado genocida que mata, diariamente, jovens negros das periferias e favelas, davam sentido à vida da vereadora assassinada, ressalta Bené, lembrando também que Marielle era relatora da comissão que acompanhava a intervenção federal no Rio.

Em 14 de março de 2019, dia em que completou um ano do assassinato, ao lado de vários outros parlamentares, em ato no Salão Verde da Câmara dos Deputados, Benedita da Silva cobrou respostas sobre “Quem mandou matar Marielle?”.

1.5 As mais velhas: tecendo redes antirracistas

O ativismo pulsante de Marielle Franco é anterior ao seu mandato de vereadora do Rio de Janeiro. Militante da pauta dos direitos humanos, desempenhou papel relevante nas ações que visavam a melhoria das condições de vida dos moradores da favela da Maré. Ela sabia bem o valor dos rastros das mulheres que cresceram e fizeram história nos movimentos feminista e antirracista.

Por isso, reverenciar as mais velhas é também lembrar as que deixaram sua contribuição sem necessariamente terem passado por alguma casa legislativa brasileira. Mas elaboraram conceitos, interpretaram teorias, articularam ideias, enfrentaram a academia branca e eurocêntrica, representaram o Brasil lá fora e elaboraram políticas públicas para mudar a vida da população negra.

Nesta última parte deste primeiro capítulo trago breves descrições de mulheres que certamente serviram de inspiração para Marielle Franco. Mais do que intelectuais e acadêmicas, são produtoras de “saberes de resistência”, como define Patricia Hill Collins (2019). Na elaboração da professora e socióloga estadunidense, boa parte da produção intelectual de mulheres negras se deu fora do ambiente acadêmico clássico, mas a partir de vivências, lutas e tradições ancestrais.

Recuperar tradições intelectuais feministas negras implica muito mais que desenvolver análises feministas negras com base em critérios epistemológicos convencionais. Implica também desafiar os próprios termos do discurso intelectual. Assumir novas perspectivas segundo as quais as estadunidenses negras de fato realizam trabalho intelectual e se dedicam a contribuir para o pensamento feminista negro possibilita fazer novas questões sobre a produção desses saberes de resistência (HILL COLLINS, 2019, p. 53).

Vamos a essas intelectuais produtoras de saberes de resistência.

Lélia Gonzalez: Sem dúvida, uma das maiores intelectuais negras da história do Brasil. Nasceu em 1935, em Belo Horizonte, mas foi no Rio de Janeiro que Lélia Gonzalez construiu sua carreira de antropóloga, professora, escritora, acadêmica e militante das pautas feministas e antirracistas. Cunhou o conceito de amefricanidade e

convocou as mulheres a pensarem um feminismo ladino-amefricano¹³, rompendo com a tradição de um feminismo clássico que coloca todas as mulheres numa mesma categoria homogênea. Uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU)¹⁴, Lélia Gonzalez também se dispôs a disputar a política institucional. Em 1982, foi candidata a deputada federal pelo PT e em 1986 disputou uma vaga de deputada estadual, dessa vez pelo PDT. Nas duas oportunidades não se elegeu, se tornando suplente. Nem por isso, deixou de fazer política e contribuir com as lutas no Brasil. Entre 1985 e 1989 representou o movimento de mulheres negras no Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres. Deixando uma vasta contribuição para o debate feminista e racial, morreu em 11 de julho de 1994.

Figura 10: Lélia Gonzalez



Fonte: Cezar Loureiro

Beatriz Nascimento: Respeitada historiadora, professora, roteirista e poeta, Maria Beatriz do Nascimento nasceu em 12 de julho de 1942, em Aracaju. Ainda criança, se mudou para o Rio de Janeiro, onde concretizou sua caminhada como intelectual e ativista dos direitos humanos. Elaborou discussões acadêmicas sobre relações raciais, formas de organização da população negra, quilombos e favelas. Um dos seus trabalhos mais reconhecidos é o documentário *Ôri*, de 1989, escrito e narrado por ela e dirigido pela cineasta Raquel Gerber. Em 9 de fevereiro de 1995, foi assassinada pelo marido de

¹³ Caderno de formação política do Círculo Palmarino - Batalha de Ideias, São Paulo, n. 1, p. 12-20, 2011.

¹⁴ Uma das principais organizações do movimento negro brasileiro. Fundada no dia 18 de junho de 1978 e lançada publicamente no dia 7 de julho do mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país.

uma amiga, a quem ela havia aconselhado se divorciar para se livrar das constantes violências domésticas. Beatriz Nascimento teve a sua história de vida e de militância retratada no livro *Eu sou atlântica*, de Alex Ratts¹⁵.

Figura 11: Beatriz Nascimento



Fonte: Literafo/UFMG

Luiza Bairros: Natural de Porto Alegre, Luiza Helena de Bairros nasceu em 27 de março de 1953 e construiu sua carreira política e militante na Bahia. Com graduação em Administração, mestrado em Ciências Sociais e doutorado em Sociologia, contribuiu na elaboração e implementação de diversos projetos de combate ao racismo, patrocinados pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Também integrou o MNU e foi eleita a primeira coordenadora nacional da entidade em 1991. Em 2001, assumiu a coordenação do Grupo Interagencial para a questão racial do sistema das Nações Unidas do Brasil, com o papel de incorporar a dimensão racial aos programas de cooperação internacional. Seu ativismo também foi reforçado com suas formulações acadêmicas, rendendo textos que são referências para o movimento de mulheres no Brasil, como *Nossos feminismos revisitados*, de 1995. A convite da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2011 assumiu, como ministra, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), cargo que ocupou até 2014. Na sua gestão, foi aprovada e implementada a Lei 12.711/2012, que criou o sistema de cotas raciais nas universidades

¹⁵ RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica:** sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

brasileiras. No dia 12 de julho de 2016, perdeu a batalha para um doloroso e agressivo câncer de pulmão.

Figura 12: Luiza Bairros



Fonte: Agência Brasil

Sueli Carneiro: Filósofa, escritora e uma das principais intelectuais brasileiras que elaborou sobre o feminismo negro no Brasil. Aparecida Sueli Carneiro Jacoel nasceu em 24 de junho de 1950, na cidade de São Paulo. Fundadora e atual diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, coordenou, em 1988, durante o Centenário da Abolição, a criação do Programa da Mulher Negra, que, entre outras atividades, realizou o Tribunal Winnie Mandela, o qual reuniu um grupo de jurados formado por personalidades da sociedade civil para julgar e condenar a discriminação contra as mulheres negras. Pouco depois de criar o Geledés, ainda em 1988 foi convidada para integrar o Conselho Nacional da Condição Feminina. Em 2011, escreveu *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*, e em 2018 lançou *Escritos de uma vida*.

Zélia Amador de Deus: Uma das ativistas mais velhas e respeitadas do movimento negro brasileiro ainda em atuação, Zélia Amador de Deus é memória viva de décadas de lutas. Paraense, artista, professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) e importante formuladora das temáticas de raça, gênero e cultura. Foi uma das fundadoras, em 1980, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), organização dedicada a combater o racismo e as desigualdades que afetam principalmente a população negra e indígena. Em 1993, foi eleita vice-reitora da UFPA, em 1993. Com atuação

destaca na academia, enfrentando a hegemonia do pensamento branco e eurocêntrico, presidiu a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros e Negras (ABPN), entre 2010 e 2012. Ainda firme na luta, Zélia é uma das vozes mais potentes da Coalizão Negra por Direitos, articulação que reúne mais de 100 organizações do movimento negro.

Matilde Ribeiro: A primeira ministra da Seppir (março de 2003 a fevereiro de 2008), ainda na gestão do ex-presidente Lula, nasceu em Flórida Paulista/SP, no dia 29 de julho de 1960. Assistente social, militante dos movimentos negro e feminista, Matilde Ribeiro chegou a trabalhar como trabalhadora doméstica e operária ainda na juventude. Após concluir a graduação em Serviço Social na PUC de São Paulo, trilhou uma trajetória de lutas e mobilizações antirracistas junto a diversas organizações negras. Sua gestão à frente da Seppir foi marcada por diversos embates. Matilde disputou o debate sobre as cotas raciais nas universidades brasileiras dentro do próprio governo e também enfrentou forte resistência da grande imprensa. Ao final de sua gestão, em 2008, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou a então ministra à Justiça Federal por improbidade administrativa, cuja ação pedia a devolução de cerca de 160 mil reais gastos com cartão corporativo. Por falta de provas, Matilde Ribeiro foi absolvida pela Comissão de Ética da Presidência da República. Desde 2014, é professora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), no Instituto de Humanidades e Letras.

Jurema Werneck: Médica, feminista negra, militante dos direitos humanos e do movimento de mulheres negras, atualmente é diretora da Anistia Internacional. Seus principais temas de atuação são: mulheres negras, cultura afro-brasileira, antirracismo, direitos humanos, saúde da população negra, iniquidades em saúde, políticas públicas para a equidade de gênero e raça. Participou, em 1992, da fundação da ONG Criola, da qual ainda é coordenadora, e foi representante do movimento negro no Conselho Nacional de Saúde. Uma de suas principais publicações é *Saúde das Mulheres Negras: Nossos Passos Vêm de Longe*, de 2000, co-organizado com Maisa Mendonça e Evelyn C. White. Compõe o Fundo Global para Mulheres, o Conselho Curador do Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde.

Edna Roland: Especialista Eminente Independente da Organização das Nações Unidas para a implementação da Declaração e Programa de Ação de Durban (África do Sul), Edna Roland possui uma vasta experiência na área de Psicologia Social com ênfase em Processos Grupais e de Comunicação. Atua na área de Ciências Sociais incidindo, principalmente, em temas como racismo, políticas de promoção da igualdade de gênero

e raça, direitos humanos, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos, saúde da população negra, mulheres negras e violência. Presidiu a organização de mulheres negras *Fala Preta!* e foi designada relatora geral da III Conferência Mundial contra o Racismo, na África do Sul. Posteriormente se tornou também monitora da ONU para as questões ligadas à discriminação racial na América Latina e no Caribe e assumiu na UNESCO, em 2003, o cargo de coordenadora de combate ao racismo e à discriminação racial na América Latina e Caribe.

Lúcia Xavier: Assistente social e ativista de direitos humanos, nasceu em 1959, no Rio de Janeiro. Em 1992, foi uma das fundadoras da ONG Criola - Organização de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, organização da qual ainda é coordenadora. Atuou no Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro, representando a Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB (2004). Recebeu a Medalha do Reconhecimento Chiquinha Gonzaga conferida pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Em 2002, foi subsecretária adjunta da Defesa da Cidadania, órgão ligado à Secretaria de Estado e Segurança Pública, durante o curto governo de Benedita da Silva. Lúcia Xavier é uma das vozes e lideranças mais respeitadas do movimento de mulheres negras do Brasil, na atualidade.

Escrever este primeiro capítulo foi desafiador e ao mesmo tempo uma das maiores satisfações deste percurso. Falar de tantas mulheres que deixaram seus legados para gerações futuras de outras mulheres negras é necessário, mas também arriscado. Isto porque não foi possível falar de todas, considerando que felizmente tivemos muitas, mesmo que os livros da história branca e elitizada insistam em apagar. Mas este foi o capítulo necessário para abrir um estudo que se pretende falar do legado de Marielle Franco para as atuais e novas gerações de mulheres negras na política.

2- EU SOU PORQUE NÓS SOMOS

*“Lutem pela defesa de seus direitos e privilégios.
Conheçam as razões que as impedem de ter acesso a eles.
Insistam até levá-los à exaustão.
Tentar talvez nos custe a vida,
mas não tentar certamente nos levará à morte”.*
(*Maria W. Stewart – America’s First Black Woman Political Writer*)

Dois de outubro de 2016. Mais um dia de eleição municipal, quando todo o Brasil escolhia seus prefeitos e vereadores. Por volta das 18h, o noticiário dos veículos de comunicação começou a informar os dados da apuração pela Justiça Eleitoral país afora. Na maioria das capitais e nas cidades com mais de 200 mil eleitores, os resultados apontavam um segundo turno. Na cidade do Rio de Janeiro, as urnas indicavam os candidatos Marcelo Crivella (REP) e Marcelo Freixo (PSOL) para mais uma disputa no dia 30 de outubro. Enquanto isso, na mesma cidade, a socióloga e militante dos direitos humanos de 37 anos, filha de Dona Marinete e Seu Antônio, comemorava sua eleição à Câmara Municipal, com mais de 46 mil votos, tendo sido a 5ª vereadora mais votada da capital fluminense. Entre as candidatas mulheres, foi a segunda mais votada.

Marielle Franco, cria da Maré, como ela mesma se apresentava, tinha também como núcleo familiar sua filha Luyara Franco, sua esposa Mônica Benício - hoje vereadora pelo mesmo partido, eleita em novembro de 2020 -, sua irmã Anielle Franco e sua sobrinha e afilhada Mariah. E uma porção de amigos de toda uma vida e companheiros de militância.

O ativismo de Marielle teve início antes mesmo dela se tornar vereadora. Vem da atuação no Complexo da Maré, no pré-vestibular popular que preparava jovens negros para o acesso à universidade. O assassinato de uma grande amiga em 2000, fruto da política de guerra às drogas que a própria Marielle dizia parecer não ter fim, a levou a atuar na pauta dos direitos humanos. Foi nessa mesma época que conheceu sua amiga e futura chefe de gabinete de seu mandato, Renata Souza. Ambas são crias da Maré e do pré-vestibular comunitário, militantes do PSOL, forjadas nas lutas feminista, antirracista, anticapitalista e em defesa dos direitos humanos.

Eu conheci a Marielle no pré-vestibular comunitário, no ano 2000, e acabou que nós duas fomos nos reconhecendo na luta e compartilhando ali a luta em defesa dos direitos humanos dentro das favelas, em especial na Maré. Acaba que nós duas fomos trabalhar juntas no

mandato do Freixo (Marcelo), onde a gente ficou até a eleição da Marielle a vereadora do Rio de Janeiro. Eu coordenei a campanha da Marielle e após a sua eleição ela me convidou para ser sua chefe de gabinete. Foi também uma chefia de gabinete diferenciada, porque a gente tinha ali um grupo colegiado onde tomávamos as decisões (Entrevista com Renata Souza, 2020).

A Marielle socióloga é fruto do Programa Universidade Para Todos (Prouni), política de inclusão voltada a estudantes de baixa renda, criada no primeiro governo do ex-presidente Lula. Sua graduação foi em Ciências Sociais, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Como parte da sua vida acadêmica, em 2014 concluiu seu mestrado em Administração Pública na Universidade Federal Fluminense (UFF), defendendo a dissertação *UPP - A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*.

O texto de anúncio de sua vitória, divulgado no dia 3 de outubro, não poderia ser diferente. É o retrato do que representa aquele resultado eleitoral. “Eu sou vereadora porque nós somos luta” é o título do texto, publicado com a foto que segue abaixo. Reproduzo também o texto na íntegra.

Figura 13: Marielle Franco comemora a vitória com a equipe de campanha



Fonte: Facebook Marielle Franco

EU SOU VEREADORA PORQUE NÓS SOMOS LUTA
 Há 10 anos, 2 de outubro de 2006, fazíamos na Maré a campanha de um professor de história e defensor dos direitos humanos. Naquele domingo de ruas cheias para a votação, o filho da Beta, Renan da Costa, de 3 anos, foi atingido por um tiro de fuzil e não resistiu. Os moradores foram protestar em frente ao 22º Batalhão da Maré, porque, como se pode imaginar, os policiais entraram atirando e todos viram. E nós, da

campanha do Freixo, fizemos uma barreira com nossos corpos e de mãos dadas entre os policiais de fuzis e os moradores com paus e pedras nas mãos. Dentro do Batalhão, Marcelo Freixo negociava junto com outros moradores uma saída para aquela situação. Toda essa memória foi revivida neste domingo de 2016, há exatos 10 anos dessa tragédia. Ao caminhar pelas ruas da Nova Holanda, repensei em como a nossa luta em favor da vida é dolorida e guarda marcas profundas, por vezes incuráveis. Ao mesmo tempo em que percebo o quanto ela é necessária na cidade. Neste domingo encontrei a Beta na rua do Batalhão, ela, assim como eu, mulher negra favelada, estava indo votar na escola Hélio Smith, e fez questão de declarar o seu voto em nossa chapa. O voto não trará o Renan de volta, mas poderá impedir que outros Renans sejam assassinados. É em favor de mulheres como a Beta e meninos como Renan que credito os 46.502 votos que obtive nesta eleição. Fui a 5ª mais votada no município do Rio de Janeiro e a 2ª do PSOL. Um resultado que comprova a leitura política de que o debate sobre a representação de mulheres com pautas feministas, raciais e sociais é urgente. São as mulheres, as negras e negros, as faveladas e favelados que estão sub-representadas/os nos espaços de decisão política. O nosso futuro mandato, construído de maneira coletiva como foi em nossa campanha eleitoral, trará a defesa dos direitos humanos, em especial, os direitos das mulheres, negras e negros, as faveladas e favelados como pautas essenciais e prioritárias. Agradeço a cada pessoa que acreditou em nossa candidatura, a ponto de apresentar para outras as nossas propostas políticas. Gratidão especial à minha família linda e à equipe que esteve por trás disso tudo, que não dormiu nesses últimos 45 dias, que se doou 24 horas para que esse projeto político coletivo ganhe concretude no Rio de Janeiro. Um muito obrigada do tamanho da nossa emoção e responsabilidade para cada um e cada uma das 46.502 pessoas por trás dessa votação histórica. Beijo enorme no coração de vocês. P.S: O desafio agora, enquanto não tomamos posse, é eleger Marcelo Freixo prefeito do Rio de Janeiro. Eu Sou Vereadora Porque Nós Somos Luta! (FRANCO, 2016).

Renata nasceu em 31 de agosto de 1982 e, da mesma forma que Marielle, também fez graduação na PUC do Rio, como beneficiária do Prouni. Formada em Jornalismo, fez mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pós-doutorado na UFF, sempre estudando comunicação, cultura e favela. Em outubro de 2018, quase sete meses depois da execução da amiga, Renata foi eleita deputada estadual pelo PSOL, com 63.937 votos, se consagrando como a candidata mais votada da esquerda.

Comprometida com a militância pela democratização da comunicação, a deputada estadual iniciou sua organização partidária ainda no começo de sua atuação como ativista.

Eu comecei minha militância na favela da Maré a partir da luta em defesa dos direitos humanos, então ali eu vou me entendendo rapidamente como militante a partir do pré-vestibular comunitário da Maré, que iniciamos no Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré. Então essa foi minha primeira forma de militância e a partir daí

quando eu me aproximo do PSOL e já começo a militar pelo PSOL no ano 2006 (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Figura 14: Marielle Franco e Renata Souza com Marcelo Freixo, durante atividade política na Maré, em 2016



Fonte: Reprodução Instagram Renata Souza

A autora do trecho que abre este capítulo, a estadunidense Maria W. Stewart, em discurso proferido em 1831, ressaltou a importância do fortalecimento dos laços entre mulheres negras para conformar toda uma tradição de ativismo e resistência, conforme trilham Marielle, Renata e Mônica (HILL COLLINS, 2019). Com a bagagem de alguém que foi a primeira mulher nos Estados Unidos a falar abertamente sobre o ativismo de mulheres negras, Stewart convocava as afro-americanas de sua época a trilhar sua própria independência, a criar “definições próprias de autoconfiança”, ao invés de só repreender as atitudes das pessoas brancas racistas. Assim como fazia Marielle, assim como ainda fazem suas companheiras e hoje deputadas estaduais.

Nascida em 20 de maio de 1970, no Morro do Borel, na Tijuca, Zona Norte do Rio, Mônica Francisco tem uma história de vivência, trabalho e militância com as pautas das favelas. Graduada também em Ciências Sociais, como Marielle, Mônica tem um filho e uma filha e já trabalhou como doméstica em casa de família e numa fábrica de tecidos, seu primeiro emprego com carteira assinada. Iniciou sua militância aos 18 anos, com ações voltadas aos moradores do Morro do Borel. Ela conta que o marco foram as chuvas de 1988, que deixaram inúmeras famílias desabrigadas. Entre as iniciativas que marcam a sua caminhada, vale destacar a criação da Associação das Mulheres do Borel, em 2001.

Foi no ativismo pelos direitos humanos que a deputada, e também pastora evangélica, conheceu Marielle, no contexto da luta que surgiu a partir da chacina do

Borel, em 2003¹⁶. Na ocasião, Marielle era assessora do então deputado do PSOL Marcelo Freixo, também presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro à época.

A relação com ela foi se estreitando muito pela Comissão de Direitos Humanos. Por meio da relação com as mães (dos jovens assassinados no Borel) e a gente tinha também amizades em comum. Isso foi nos aproximando, então a gente estava sempre muito juntas em muitos atos, muitas ações. Era certo, sempre nos mesmos lugares. Você vai criando amizade. A gente fez várias ações no Borel em que ela foi, era uma pessoa de referência, então isso vai gerando, para além da atuação militante, uma amizade, né (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Figura 15: Marielle Franco e Mônica Francisco



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Francisco

Três mulheres, nascidas em tempos diferentes, mas todas com histórias de vida fortemente atravessadas pelas opressões de raça, gênero, classe e local de moradia. Três mulheres negras faveladas que escolheram dedicar parte da vida a melhorar as condições de sobrevivência de outras mulheres também negras e faveladas.

¹⁶ Em 16 de abril de 2003, quatro jovens foram executados à queima roupa por policiais do 6º Batalhão da Polícia Militar na favela do Borel. Os policiais alegaram legítima defesa e o caso foi registrado inicialmente como “auto de resistência”. No entanto, testemunhas, familiares das vítimas, e evidências forenses indicaram que foram execuções extrajudiciais.

Entendemos como opressão situações de injustiça em que grupos hegemônicos negam, sistematicamente e por longos períodos, direitos e recursos a outros grupos minoritários (HILL COLLINS, 2019). Marielle, Renata e Mônica são parte de um contexto em que as opressões se encontram e determinam seu lugar no mundo. Essas imposições, porém, não só não foram motivos para desistirem, como também foram determinantes para as escolhas que fizeram ao longo da vida.

Sobre essa relação dialética, ao falar da realidade das mulheres negras estadunidenses, Hill Collins afirma:

A convergência das opressões de raça, classe e gênero, características da escravidão nos Estados Unidos, configurou todas as relações subsequentes que as mulheres de ascendência africana vivenciaram nas famílias e comunidades negras no país, com empregadores e umas com as outras. Também fez surgir o contexto político em que o trabalho intelectual das mulheres negras se desenvolveu (HILL COLLINS, 2019, p. 33-34).

Trazendo essa formulação para a realidade brasileira, quando lembra de como começou a atuar como ativista, Mônica fala dessa falta de opção que é dada às mulheres negras das periferias. Para muitas, não há outra alternativa que não a resistência, seja por meio da militância organizada na comunidade, pela atuação na política institucional ou pela formulação teórica, conforme aponta Hill Collins.

Não é errado dizer que a busca por necessidades básicas colocou Mônica nas trincheiras do ativismo.

Era um quadro que ainda acontece hoje. As pessoas sabem como ainda é em algumas áreas de favela, de morro, né. E aí foi uma tragédia muito grande, parte do morro veio abaixo e foi a primeira vez que eu me entendi como alguém da coletividade. Saí de casa para ajudar e ali começa a minha militância, muito no sentido mais básico para quem é de favela, que é quase obrigado a fazer isso, lutar por moradia adequada, por saneamento. A gente ainda não tinha, de fato, uma grande estrutura urbanizada de favela. Só foi acontecer quase na metade da primeira década de 1990. Então, esse foi o ano dos grandes mutirões comunitários para criar uma melhor acessibilidade, com os próprios moradores se envolvendo nisso. Eu venho dessa militância por moradia adequada. Não tinha água, carregava muita água, carreguei água a vida inteira, então era a luta pela dignidade, né. Então isso a gente hoje compreende que é uma militância, uma luta comunitária, mas naquele momento eu só via a necessidade de lutar para que não acontecesse de novo, embora tenha acontecido muitas vezes ali (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

No mesmo ano do assassinato de Marielle, nas eleições de outubro de 2018, Mônica foi eleita com 40.631 votos, também pelo PSOL, a uma vaga para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Além dela e de Renata Souza, outra assessora de Marielle Franco também conquistou uma vaga na Alerj: a jovem Dani Monteiro¹⁷, cria do morro do São Carlos.

Figura 16: Dani Monteiro, Renata Souza e Mônica Francisco: as três assessoras de Marielle eleitas deputadas estaduais em 2018



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Francisco

2.1 Crias da favela: Sinônimo de resistência

Uma das principais referências que vêm à mente quando falamos da origem de Marielle Franco é a sua relação com a favela e o seu orgulho de ter nascido, vivido e resistido na e pela Maré. Romper as diversas barreiras impostas a uma mulher negra, favelada e lésbica só fazia sentido se a favela seguisse com ela, atravessando a Linha Vermelha¹⁸, a Linha Amarela¹⁹ e a Avenida Brasil²⁰, até chegar ao centro da cidade, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Não existia mandato de vereadora sem a favela. Assim como não existe os mandatos de deputadas estaduais de Renata Souza e Mônica Francisco também sem o peso da favela.

¹⁷ Deputada estadual eleita em 2018 pelo PSOL-RJ, com 27.982 votos. Jovem negra, feminista, socialista e cria do Morro do São Carlos.

¹⁸ Via Expressa Presidente João Goulart, mais conhecida como Linha Vermelha, liga o município do Rio a cidades da Baixada Fluminense.

¹⁹ Avenida Carlos Lacerda, mais conhecida como Linha Amarela, liga bairros da Zona Norte a bairros da Zona Oeste.

²⁰ Mais importante via expressa da cidade do Rio de Janeiro, possui 58,8 quilômetros de extensão e corta 26 bairros.

Formado por 16 favelas, o Complexo da Maré – nome oficial do bairro localizado na Zona Norte do Rio, às margens da Baía de Guanabara, e que teve seu processo de formação consolidado entre os anos de 1940 e 2000 – possui cerca de 140 mil moradores, segundo o Censo Maré²¹, realizado em 2019. O estudo mostra que, nos últimos dez anos, a região aumentou quatro vezes mais do que as outras localidades do Estado do Rio de Janeiro. As condições de vida precárias, a falta de equipamentos públicos, o desemprego e os números da violência confirmam a desigualdade gritante na qual vivem aquelas milhares de famílias (MARÉ DE NOTÍCIAS, 2019).

Ainda de acordo com o Censo Maré, dos 162 bairros da capital fluminense, a Maré é o 9º bairro mais populoso, sendo que de cada 46 moradores da cidade, um é da Maré. 51% dos seus habitantes são mulheres, 9,8% dos marceenses têm entre 25 e 29 anos e 62,1% se declaram pretos ou pardos. No que se refere à educação, 6% dos moradores são analfabetos (de acordo com o IBGE, no Rio a taxa de analfabetos é 2,8%), 37,6% da população completou apenas o Ensino Fundamental e 19,6% dos adolescentes (15 a 17 anos) estão fora da escola.

No gabinete da vereadora do PSOL havia um núcleo todo voltado para encaminhar as ações e demandas das periferias e favelas da capital fluminense. E foi para cuidar desse núcleo que Marielle convidou Mônica Francisco para trabalhar em sua equipe. A centralidade do tema exigia uma pessoa com experiência na militância cotidiana das favelas, para dialogar com os moradores, levar os problemas à Câmara Municipal, pensar em iniciativas legislativas, propor projetos e agendas comuns, melhorar as condições de vida de um povo carente de direitos e enfrentar o Estado, que muitas vezes só chega para essas populações por meio de sua força de segurança repressora ou do caveirão²².

A amiga conta que o convite a pegou de surpresa e também gerou dúvidas num primeiro momento. Trabalhar como assessora parlamentar em um gabinete na Câmara Municipal não era algo que já teria passado pela cabeça de Mônica. Ao receber o chamado, ainda pediu um tempo para pensar e avaliar como seria esse giro tão grande em sua vida. Uma de suas principais preocupações era não ser vista como os “assessores comunitários”, muito comuns em mandatos de parlamentares da direita, que cumprem

²¹ Pesquisa realizada por um grupo de moradores estudiosos, ligados à Redes da Maré, uma instituição da sociedade civil que tem como área de atuação o conjunto das 16 favelas da Maré.

²² Nome popular do carro blindado usado pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) em operações policiais nas favelas. Junto com a logo do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (BOPE), o veículo preto tem o desenho de uma caveira com uma adaga engravada e garruchas douradas cruzadas.

tarefas visando interesses pessoais e não coletivos, na base da troca de favores e do toma-lá-dá-cá.

Como uma militante que compreendia bem a hora de fazer deslocamentos para defender as demandas dos seus, aceitou o convite.

Quando ela me chamou ela disse “olha, nada diferente do que você faz na sua atuação de favelas, na sua experiência”. Tinha uma ação de articulação mesmo, de criar ações. Era muito nessa pegada e acabou também que a gente inseriu a pauta da economia solidária, foi bem interessante e ela virou presidenta de Frente Parlamentar da Economia Solidária. No final, a gente estava na construção do que seria a relatoria do caso da intervenção federal na segurança pública do estado do Rio. Também estávamos muito nessa pegada de articular com as mulheres da favela, devido à pauta de gênero que ela tocava. Então era isso, articular favela, pauta de favela e as ações do mandato (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Dar centralidade a esse tema, para essas três mulheres negras, é também defender a vida e a sobrevivência do povo favelado. Em seu livro *Cria da favela*, Renata Souza, ao defender a utilização do termo favela ao invés de comunidade, afirma que quando uma pessoa se coloca como favelada ela também reafirma sua luta pelo direito à vida. Enfrenta o senso comum de que o que vem da favela é perigoso e não presta. Resignifica uma palavra imbuída de conceitos e referências tão fundamentais para as mulheres, os jovens, as crianças e os homens, em sua ampla maioria negros, que habitam esse espaço (SOUZA, 2020).

De acordo com o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³, a maior população de favelas (aglomerados subnormais) do país está concentrada no município do Rio de Janeiro. Até aquele ano eram 763 favelas, abrigando 1.393.314 de pessoas. Esse número corresponde a 22,03% dos 6.323.037 habitantes da capital fluminense. Em 2000, quando ocorreu o Censo anterior, o número era 1.092.283 moradores de favelas ou 18,65% dos 5.897.904 dos moradores da cidade à época. Um crescimento de 27,5% de uma década a outra. (O GLOBO).

No entanto, ao contrário do que mostraram os últimos Censos, dados apresentados por outros institutos, como o Instituto Pereira Passos (IPP), compravam o esforço de tentar maquiagem o tamanho real da população favelada da cidade do Rio de Janeiro.

²³ O censo demográfico de 2010 foi a 12.^a ação censitária do Brasil. Realizado pelo IBGE, teve o objetivo de retratar a população brasileira, suas características socioeconômicas e a base para todo o planejamento público e privado da década 2010-2020. O censo do IBGE acontece a cada 10 anos e o de 2010 foi o último, pois o que seria realizado em 2020 não ocorreu devido à pandemia da Covid-19.

Segundo levantamento apresentado em 2011 pelo referido Instituto, o número de favelas caiu de 1.020 para 582, de agosto de 2009 a maio de 2011. O motivo é a nova classificação dada a esses espaços, denominadas de “comunidades urbanizadas”. (SOUZA, 2020).

A nova metodologia utiliza como critério a quantidade de serviços urbanos disponíveis nesses locais, que seria similar àquela fornecida em outros bairros. Um breve e atento olhar sobre a favela deixa claro que a existência de um serviço público garantido (como a coleta de lixo, por exemplo) não significa, necessariamente, um serviço de qualidade. Esse novo método produz uma generalização equivocada da definição de bairro, já que a quantidade de serviços oferecidos não avalia sua qualidade (SOUZA, 2020, p.25).

Quando nos referimos à realidade das favelas não só do Rio de Janeiro, mas de todo o país, também lembramos das condições precárias e muitas vezes desumanas nas quais vive sua população. E falar desse espaço urbano é, em grande medida, pensar que a ocupação é composta em sua maioria por pessoas negras. E significa analisar sob quais condições vive essa população.

Ao nos atentarmos para como se expressa a violência, os números mostram que a truculência das forças de segurança do Estado tem cor. Pretos e pardos equivalem a 54% da população brasileira, mas são os que mais sofrem com a vulnerabilidade social em decorrência da omissão histórica do Estado. Segundo a Anistia Internacional, 77% dos jovens mortos no Brasil são negros. Segundo o Atlas da Violência, de 2007 a 2017 o número de homicídios de negros (pretos e pardos) no Brasil cresceu 33,1%, atestando "a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil" (UOL, 2019). Nesses mesmos dez anos, o aumento da violência letal intencional contra não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 3,3%, de acordo com o levantamento, que se baseia em dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde.

Segundo a edição de 2017 do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o Brasil tem 727 mil detentos, ficando como o terceiro colocado do ranking. Ainda de acordo com o Infopen, 64% da população carcerária brasileira é composta por pretos e pardos – entre as mulheres, esse indicador sobe a 68%. E as mulheres negras são as mais atingidas pelo feminicídio, pela criminalização do aborto e pelas violências doméstica e obstétrica (ALMA PRETA, 2018).

Dados do IBGE de 2014 indicam que 76% da população mais pobre no Brasil é composta por pretos e pardos. Já a relatoria especial sobre questões de minorias da

Organização das Nações Unidas (ONU) mostra que os negros brasileiros são 70,8% de todos os 16,2 milhões que vivem atualmente em situação de extrema pobreza (CARMO, 2017).

Diante dessa realidade, os desafios para Marielle e suas assessoras em pensar ações que poderiam significar melhorias para as favelas eram gigantescos. O ativismo delas envolve a atuação por uma sociedade mais justa, em que caibam todas e todos. Um mundo sem divisão de classes, sem racismo e sem sexismo.

Como uma militante que se organizava num partido que reivindica o socialismo e, portanto, defende a superação do modelo capitalista, Marielle também tinha a compreensão da conjunção de fatores que fazia a realidade das periferias ser tão desigual. O sistema funciona para que tudo aconteça dessa forma. Afinal, numa sociedade dividida em classes um setor da população, no caso do Brasil a ampla maioria, precisa viver em condições precárias, sem acesso a equipamentos públicos, saneamento básico, educação, saúde, moradia digna e mobilidade urbana de qualidade, lazer e segurança pública.

Sobre essa dura realidade, Renata Souza explica em seu livro que, muitas vezes, a população se submete a uma política que opera na lógica fisiologista e clientelista.

As cidades construídas muitas vezes pela força de trabalho dos próprios moradores, que ocuparam e lotearam ilegal e desordenadamente seus espaços, não se adequam ao mercado residencial privado, dito legal. Assim, essa força de trabalho barata, uma vez excluída da cidade legal, é submetida ao clientelismo político que, em busca de votos, pavimentava ruas, traz iluminação pública, unidades de saúde, linhas de ônibus, entre outros serviços que, de modo geral, funcionam de maneira precária e improvisada. É essa a realidade das favelas (SOUZA, 2020, p. 31).

Se os números da desigualdade afetam mais pretos e pardos no país, sendo a violência policial uma das faces mais perversas do racismo, no Rio de Janeiro as contradições são ainda mais gritantes. Estudo realizado pela Rede de Observatórios da Segurança²⁴, entre junho de 2019 e maio de 2020 mostra que foram 2.772 ações policiais no Estado do Rio, o que o torna com o maior número de operações policiais em todo o país. Já estudo da Casa Fluminense²⁵ aponta que em cinco cidades da Região Metropolitana do Rio todas as pessoas assassinadas pela polícia eram negras (G1, 2020).

²⁴ Iniciativa de instituições acadêmicas e da sociedade civil da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo dedicada a acompanhar políticas públicas de segurança e a criminalidade nesses estados.

²⁵ Organização formada por ativistas, pesquisadores e cidadãos identificados com a visão de um Rio mais integrado. Funciona como um espaço permanente para a construção coletiva de políticas e ações públicas por um Rio mais justo, democrático e sustentável.

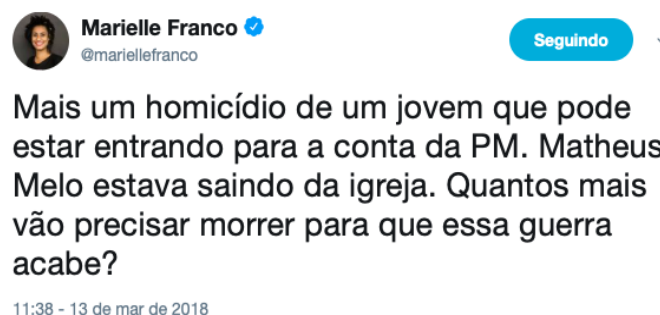
Outro dado confirma a tese dos movimentos negros de que há um genocídio contra a população negra e periférica em curso no país. Levantamento do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ) indica que 78% dos mortos por intervenção policial em 2019 são pretos e pardos. Em números absolutos foram 1.814 pessoas mortas pelas forças de segurança do Estado, sendo 1.423 negras. Dessas, 43% tinham entre 14 e 30 anos, apontado a face jovem do genocídio. (G1, 2020).

2.2 Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?

No mesmo corpo e na mesma mente reuniam-se a força, as dores, as contradições e os sonhos de uma mulher negra que amava mulheres, favelada, socialista, feminista negra, mãe e defensora de direitos humanos. Constantemente apontando os problemas da política de segurança pública dos governos estadual e municipal, cujo principal alvo é a juventude negra da periferia, Marielle foi morta porque incomodava. Porque ainda impera no país a ideia de que o parlamento não é lugar para as mulheres negras.

Duas semanas antes de sua execução, a vereadora havia assumido a relatoria da comissão da Câmara de Vereadores criada para acompanhar a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, determinada pelo então governo Michel Temer. Ela vinha se posicionando publicamente contra a medida, que era mais uma ação do Estado para “pacificar” esses locais sem oferecer melhorias nas condições de vida de seus moradores. A presença do setor público nas favelas continuava sendo por meio das forças de segurança e da subida do caveirão nos morros.

No dia 13 de março, Marielle criticou a violência no Rio e questionou a ação da Polícia Militar contra moradores da periferia. “Mais um homicídio de um jovem que pode estar entrando para a conta da PM. Matheus Melo estava saindo da igreja. Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?”, disse Marielle, em uma postagem na sua conta no Twitter.

Figura 17: Print do tweet publicado em 13 de março de 2018

Fonte: Reprodução Twitter Marielle Franco

Quatro dias antes da execução, no sábado, 10 de março, na mesma rede social Marielle chamou o 41º Batalhão de Polícia Militar de “Batalhão da morte”. “O que está acontecendo agora em Acari é um absurdo! E acontece desde sempre! O 41º batalhão da PM é conhecido como Batalhão da morte. CHEGA de esculachar a população! CHEGA de matarem nossos jovens”, escreveu.

Questionadora contumaz da intervenção federal decretada pelo então presidente Michel Temer, em 27 de fevereiro Marielle também criticou a declaração do interventor federal na Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro, general do Exército Walter Souza Braga Netto, de que o “Rio de Janeiro é um laboratório para o Brasil”. “E essa agora que o General da intervenção disse que o Rio de Janeiro é um Laboratório para o Brasil? E nós somos as cobaias??? Absurdo!”, escreveu, também em sua conta no Twitter.

Figura 18: Print tweet publicado em 27 de fevereiro de 2018

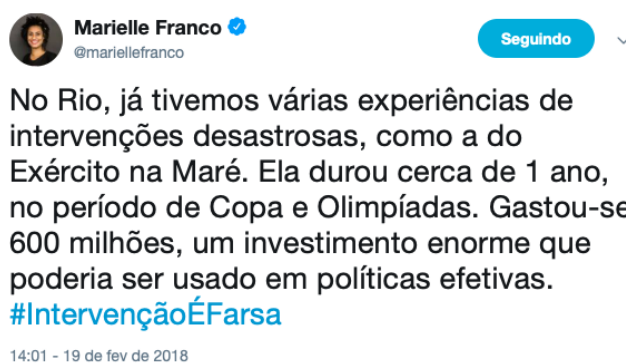
13:24 - 27 de fev de 2018

Fonte: Reprodução Twitter Marielle Franco

No mesmo dia, pouco mais tarde, afirmou: “E mais notícias absurdas sobre a intervenção: o novo secretário de segurança do RJ comandou os militares na Maré por 3 meses. Pergunta pra ele se deu certo!”.

Em 19 de fevereiro, participou de um tuitaço – ação na rede social Twitter, que envolve vários perfis sobre um determinado tema -, com a hashtag #IntervençãoÉFarsa, denunciando o que estaria por trás do projeto do governo federal em relação à segurança pública do Rio. Uma das postagens afirmava: “No Rio, já tivemos várias experiências de intervenções desastrosas, como a do Exército na Maré. Ela durou cerca de 1 ano, no período de Copa e Olimpíadas. Gastou-se 600 milhões, um investimento enorme que poderia ser usado em políticas efetivas. [#IntervençãoÉFarsa](#)”.

Figura 19: Print tweet publicado em 29 de fevereiro de 2018



Fonte: Reprodução Twitter Marielle Franco

Em discurso na tribuna da Câmara Municipal no dia 20 de fevereiro, a vereadora apontou os vários problemas da política de segurança pública para a população mais empobrecida, que habita morros e favelas. No vídeo é possível ouvir o barulho, enquanto Marielle falava, das conversas aleatórias dos vereadores presentes no plenário. Os dados apresentados naquele discurso provavelmente os incomodavam.

Numa fala contundente, ela lembrou o período da intervenção militar na Maré e ressaltou que “os favelados e as faveladas sabem exatamente o que é o barulho do tanque na sua porta”. Após apresentar os valores gastos com a intervenção na Maré, questionou a quem é prestado conta do saldo de mortes ocorridas no período e defendeu as liberdades democráticas. “Eu quero saber quem vigia os vigias, eu quero saber qual a responsabilidade dos legisladores, que não estão se atentando para a gravidade do momento. (...) Eu prefiro ficar com o processo democrático, no qual as nossas diferenças estão colocadas, do que uma autocracia e um lugar que será destinado e orientado por

outro governador, que não o governador eleito”, finaliza, se referindo à intervenção militar comandada pelo governo federal. (FRANCO, 2018).

Tristemente, foi esse compromisso de defesa intransigente dos direitos humanos que a tornou alvo do assassinato político mais grave desse período histórico e que até o momento segue sem resposta sobre os responsáveis. Ainda não se sabe quem são os mandantes dessa execução política. Os autores dos disparos fatais estão presos, mas os mentores ainda seguem no anonimato, e a sociedade sem uma resposta sobre a verdade por trás dessa ação, que mostrou o quanto a nossa democracia é tolerante com o ódio racista, sexista e lesbofóbico, assim como as centenas de assassinatos praticados contra defensoras e defensores de direitos humanos todos os anos no Brasil.

O debate sobre a política de segurança pública do Estado sempre foi muito presente nas formulações de Marielle Franco. Tanto que se tornou seu tema de pesquisa acadêmica e em 2013 ela defendeu a dissertação *UPP: a redução da favela a três letras – uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*, como conclusão do mestrado em Administração da Universidade Federal Fluminense (UFF), e que virou livro da N-1 Edições.

O objetivo geral deste trabalho é demonstrar que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), como política de segurança pública adotada no estado do Rio de Janeiro, reforçam o modelo de Estado penal, absolutamente integrado ao projeto neoliberal. Ainda que tenham diferenças, centradas na substituição das conhecidas incursões por um modelo de ocupação de territórios por armas oficiais, esse fato não significa, necessariamente, uma alteração profunda da política em curso. Cabe destacar que a política estatal de combate às drogas e à criminalização da violência, nesses territórios das favelas, é caracterizada por estratégias de confronto armado contra o varejo do tráfico, em que as incursões policiais ou a sua permanência nesses locais reforçam a iminência de confrontos e o cerceamento da vida cotidiana (FRANCO, 2018, p. 20).

Ao analisar a presença das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e as implicações dessa política nos territórios cariocas, Marielle sustenta que as favelas e periferias da cidade enfrentam uma realidade diferente de outros bairros, que é o processo de militarização, que se dá predominantemente pelo modelo de polícia e pelos grupos que controlam esses territórios. (FRANCO, 2018).

Utilizando o caveirão como alegoria da presença do braço armado do Estado, em sua dissertação ela explica que o veículo expressa as contradições de uma lógica de segurança pública que se reivindica pacificadora, quando, na prática, é militarizada. “É

uma organização interna, que em nada se distanciou da ditadura civil-militar”. (FRANCO, 2018, p. 101).

Quando lembra do início de sua militância política em favelas, mais especificamente no Morro do Borel, Mônica Francisco ressalta o papel que o Estado cumpre na criminalização da pobreza e, sobretudo, dos jovens negros. Ela conta que em 2003 iniciou seu ativismo na pauta da segurança pública, mais voltado para o enfrentamento à violência, após a chacina do Borel, já relatado nesta pesquisa.

Suas lembranças mostram a organicidade de seu compromisso com o esforço cotidiano para superar aquela realidade que destrói famílias e o coração de mães que perdem seus filhos para a política de morte do Estado.

Aí em 2003, com a chacina do Borel, a gente vai militar mais frontalmente contra a violência das forças de segurança do Estado. Uma frase que a gente criou ali junto, coletivamente, virou um movimento que foi um dos pioneiros na mobilização de favelas, também muito por conta da nossa atuação na agenda em uma época que não tinha telefone celular, e mobilizando favelas no âmbito da agenda da segurança pública, porque a gente tinha muitas favelas e fizemos ali uma caminhada com uma frase que virou movimento que é o “posso me identificar”, que acabou influenciando na construção de diversos movimentos que tão aí hoje (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Mesmo com toda a exposição na Câmara Municipal do Rio, comprando briga pelas demandas do povo favelado e enfrentando aliados entre a Polícia, a milícia, o tráfico e o próprio governo que tem relação com todos esses setores, Marielle não vinha sofrendo ameaças até a sua execução, conforme explicou Mônica. “Essa que é a grande questão até hoje. Porque se você tem uma ameaça, você tem um fio de meada, né?” (Entrevista com Mônica Francisco, 2020). Um sinal de interrogação que permanece até hoje no pensamento de todos que acompanhavam essa trajetória de militante e de única parlamentar negra daquela casa legislativa.

Já como deputada estadual, em 12 de março de 2019, dois dias antes de completar um ano da execução de Marielle e Anderson, Mônica Francisco vai à tribuna da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro cobrar respostas. E lembra da jornada da amiga e de tantas outras mulheres que colocam seu corpo à disposição da luta. Elas incomodam e geram a reação dos que não aceitam que estejam fora das cercas da casa grande ou das janelas de seus ambientes privados.

Nós já sabíamos, mas tivemos mais certeza do quanto nós somos perigosas. Todas as mulheres. Desde então, nós entendemos que este sistema e o poder constituído temem as mulheres nos espaços de poder. Não deveriam nos temer. Deveriam caminhar junto conosco e construir uma outra sociedade junto conosco. Pedimos justiça por todas as mulheres que tombaram. Por todas as mulheres que estão morrendo agora. Por todas as mulheres que estão sendo silenciadas. Pedimos justiça, porque a sociedade que queremos é uma sociedade que nenhuma mulher perca a sua vida porque luta por uma sociedade mais justa. E que nenhuma mulher tenha que lutar porque outra irmã perdeu a sua vida. É essa a sociedade que queremos construir (FRANCISCO, 2019).

Pensando no lugar dessas mulheres na luta cotidiana da favela, vale fazer referência ao artigo publicado em dezembro de 2014²⁶, quando Marielle e Renata eram assessoras do então deputado estadual Marcelo Freixo na Comissão de Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos da Alerj, no qual as duas ressaltam que há um imaginário social, em grande medida alimentado pelos veículos de comunicação tradicionais, que coloca o Complexo da Maré como um lugar de extrema violência, miséria e crime. E ao contrário de haver uma ausência do Estado, conforme acredita o senso comum, segundo as autoras, este se encontra presente no território por meio do aparato militar em nome da guerra às drogas, mas sem garantir equipamentos públicos de qualidade e que atendam toda a população.

A pergunta feita por Marielle dias antes do seu assassinato – “Quantos mais vão precisar morrer para que essa guerra acabe?” – é lembrada pela amiga e assessora, ao explicar que o termo “guerra” era questionado pela própria Marielle. Em seus discursos na tribuna, a vereadora criticava a letalidade policial e denunciava que o alvo preferencial das forças de segurança do Estado eram os jovens negros das favelas e periferias. (SOUZA, 2020). Portanto, não é correto dizer que se trata de uma guerra quando a correlação de forças é desigual e só um lado exerce poder sobre o outro. Para Marielle, a favela não era um problema de polícia, armas e tanques militares, e sim de políticas públicas.

Durante a leitura do livro de Renata, vários foram os momentos que precisei parar, tomar um copo d’água e limpar os olhos embaçados. Mas foi no texto *Não queremos vingança*, em que a deputada conversa com a amiga como numa carta, que encontrei a

²⁶ Publicado originalmente no relatório da Comissão de Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em dezembro de 2014.

conexão mais forte entre as duas. Ali, foi possível identificar a amiga, a companheira de luta, a chefe de gabinete do mandato e a agora colega parlamentar da vereadora executada.

É emocionante a lembrança de Renata do período em que as duas se conheceram, em 1999, no pré-vestibular comunitário da Maré. Cerca de um ano depois, as duas se tornavam parceiras de luta.

Que emoção, quantos desafios. Mas a realidade de privações era mais dura quando mexiam com os nossos. Fazer atos na favela para reivindicar o direito à vida passou a ser rotina. Lembra dos nossos meninos Renan e Matheus? Espero que tenha dado um abraço bem forte neles e tenha acolhido o Marcus Vinícius. Meninos que deixaram suas famílias cedo demais. Depois veio tanta coisa: mandato do Freixo, Comissão de Direitos Humanos, sua campanha... E aqui estamos em 2018 (SOUZA, 2020, p. 193).

2.3 Da margem ao centro: a ausência de mulheres negras na política

Em seu livro *Memórias da Plantação*, Grada Kilomba (2019) examina a atemporalidade do racismo cotidiano e, como analogia, traz a imagem da máscara da escrava Anastácia²⁷ como uma espécie de máscara do silenciamento, instrumento que se tornou parte do projeto colonial por mais de 300 anos. A ideia de que pessoas negras são sempre colocadas como o outro e nunca como o eu é uma ideia de perda, pois no racismo o indivíduo é retirado e violentamente separado de qualquer identidade que possa realmente ter.

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que “estão no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem (KILOMBA, 2019).

A metáfora da margem e o centro também são constantes no trabalho de bell hooks, que relembra a infância e diz que os trilhos do trem a levavam ao centro, a lojas que ela não poderia entrar, restaurantes que ela não poderia ir e pessoas que ela não podia nem mesmo olhar nos olhos. Um universo no qual ela poderia fazer parte apenas como criada, subalterna, trabalhadora doméstica ou prostituta, lugar onde ela não podia permanecer, sempre retornando à margem. Havia leis para certificar seu retorno à

²⁷ Imagem imortalizada pelo desenho de Étienne Victor Arago representando uma mulher escravizada no século XVIII que usava uma máscara, que a permitia enxergar e respirar, mas a impedia de comer.

periferia e penalidades para quem tentasse permanecer no centro. Ainda assim, a margem não deve ser vista apenas como um lugar de perda e privação, mas também como um espaço de resistência e possibilidades (KILOMBA, 2019).

Essa combinação dos conceitos de outridade, de Kilomba, e de margem e centro, de hooks, pode ser vista como o retrato da trajetória de Marielle Franco até a execução do seu corpo, em 14 de março de 2018. O Complexo da Maré é a margem e a política institucional branca, elitizada e heteronormativa é o centro. A partir de sua atuação feminista e interseccional ela conseguiu transpor as barreiras impostas às mulheres negras, como nos mostram os relatos colhidos por Kilomba em *Memórias da Plantação*. Mas, lamentavelmente, ela (nós) não conseguiu (consequimos) superar a violência e o ódio que tratam o corpo negro como executável e descartável.

No artigo *Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência*, republicado no livro *Escritos de uma vida*, Sueli Carneiro (2019) discorre sobre como o racismo, que coloca as mulheres negras na margem, contribui para a ausência dessas mulheres como sujeitas da política e dos espaços de poder. Como diagnóstico, ela aponta a falta de programas, como política de Estado, para reduzir as desigualdades raciais e de gênero e combater o racismo como ideologia.

Segundo a autora, é necessário enfrentar a hegemonia da “brancura” para romper com estereótipos que colocam a mulher negra em situação de subalternidade. Assim, é urgente reconstruir um imaginário sobre as mulheres negras que seja capaz não apenas de reverter as imagens de controle que as aprisionam, como também elaborar propostas que permitam a circulação igualitária das imagens das mulheres recortadas pela raça (CARNEIRO, 2019).

Carneiro aponta, ainda, a formação como um desafio para ampliar as possibilidades de atuação dessas mulheres nos espaços políticos.

É, portanto, necessário um esforço para o desenvolvimento de uma política de formação de quadros políticos e técnicos, em especial em políticas públicas, que dê conta da formação de especialistas em áreas estratégicas para o movimento, por meio de uma busca intencional de talentos e vocações que possam impulsionar efetivamente as demandas das mulheres negras, ofertando, portanto, a sustentação a uma estratégia de empoderamento dessas mulheres (CARNEIRO, 2018, p.285).

Esses apontamentos trazidos pela autora são preocupações presentes na agenda de luta de Marielle Franco. A própria atividade *Jovens negras movendo estruturas*,

organizada pelo seu mandato na noite do assassinato, tinha como centralidade a formação de jovens para assumir protagonismo na militância política. Formada em sua maioria por mulheres negras da periferia, a roda de conversa, na Lapa, centro do Rio, foi uma troca de potências e saberes que, certamente, marcaram os dias seguinte das participantes.

Os dados sobre a presença de negras na política por si só já reforçam a necessidade de se pensar alternativas para que mais mulheres ocupem espaços e cargos de grande relevância, sejam nos executivos ou nos legislativos. O Brasil está no 156º lugar do ranking mundial na proporção de mulheres na Câmara e no Senado, numa lista de 190 países, segundo levantamento da União Interparlamentar²⁸. Nas eleições de 2018, foram 77 eleitas, no total de 519 vagas na Câmara. No Senado, que foi renovado em dois terços de seus assentos, foram eleitas sete senadoras. Isso significa que as parlamentares são cerca de 15% das duas Casas Legislativas. No caso da Câmara, das 77 eleitas, apenas 13 são negras, isso numa realidade em que essas representam 20% da população.

Nas eleições municipais de 2020, embora tenha havido um aumento razoável de mulheres negras, esse número ainda é tímido frente aos 56% de pretos e pardos que formam a população brasileira. Segundo levantamento da organização Mulheres Negras Decidem²⁹, em 2016, incluindo as disputas para prefeituras e câmaras municipais, foram 66.128 candidatas negras, contra 76.936 brancas. Em 2020, foram 85.283 candidatas negras, contra 86.743 brancas. Das candidatas negras, em 2016 foram eleitas 3.057 e em 2020, foram eleitas 3.813. Um número ainda menor que a das mulheres brancas, que nas eleições de 2020 foram 5.864.

Se, na política institucional, as mulheres negras estão sub-representadas, no mercado de trabalho formal não é diferente e comprova a regra. Segundo dados do IBGE referentes a 2017, 39,8% de mulheres negras compõem o grupo submetido a condições precárias de trabalho – homens negros abrangem 31,6%; mulheres brancas, 26,9%; e homens brancos, 20,6% do total.

O quadro de desigualdade é dramático também quando consideramos a graduação no ensino superior. De acordo com a pesquisa *O Desafio da Inclusão*, do Instituto Locomotiva e divulgada em 2017, o salário de uma mulher negra com o ensino superior

²⁸ A União Interparlamentar (UIP) é a organização internacional dos parlamentos. Funciona como uma instituição para o fomento da cooperação entre os parlamentos entre si.

²⁹ Organização formada por mulheres negras, que atua na promoção da agenda liderada por mulheres negras na política institucional. Atua por meio de formação política, reposicionamento de temas na agenda pública e pesquisas centradas em dados.

concluído é, em média, R\$ 2,9 mil. Para efeito de comparação dentro desse cenário, o de mulher branca é R\$ 3,8 mil; o de um homem negro, R\$ 4,8 mil; e o de um homem branco, R\$ 6,7 mil (ALMA PRETA, 2018).

Como resposta a esses dados, a luta antirracista defendida por Marielle, Renata e Mônica visa a emancipação não só das mulheres, mas de toda a população negra. filósofa norte-americana Angela Davis (2017), ao tratar da origem do feminismo nos Estados Unidos e a inserção das afro-americanas nesse contexto de luta, destaca a importância da solidariedade entre as mulheres, a influência de uma ativista na vida da outra e a urgência da unidade na luta por justiça e equidade.

Hoje, quando refletimos sobre o processo de empoderamento das mulheres afro-americanas, nossas estratégias mais eficazes continuam sendo aquelas guiadas pelo princípio adotado pelas mulheres negras do movimento associativo. Precisamos nos esforçar para "erguer-nos enquanto subimos". Em outras palavras, devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco (DAVIS, 2017, p. 17).

Seguindo a mesma compreensão de Davis (2017), Marielle dizia: “uma sobe e puxa a outra” e destacava a centralidade da intersecção das pautas de gênero, raça e classe. Também tinha como centrais em sua práxis militante a luta contra o aprofundamento do estado penal, contra o extermínio da juventude negra pelas forças de segurança do Estado e contra a LGBTfobia. E colocava o dedo na ferida sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras que se colocavam nos espaços de poder.

Em meio à tanta desigualdade, ao racismo e ao sexismo que insistem em nos violentar, a chegada da mulher negra à institucionalidade surpreende. Nossa presença assusta o conluio masculino, branco e heteronormativo. Ao mesmo tempo, nos vemos diante do desafio de construir um projeto político que não exclua as questões que nos trouxeram até aqui, que não as torne secundárias e que se mantenha afinado com as lutas dos movimentos (FRANCO, 2018).

Sueli Carneiro (2011), em seu livro *Racismo, sexismo e igualdade no Brasil*, discorre sobre os efeitos do racismo, combinado com o machismo.

A conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; em uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das

mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio no e remuneração (CARNEIRO, 2011, p.128).

O potencial de luta das mulheres negras da periferia é presente na própria escrita de Marielle, ao elaborar como as opressões inerentes ao patriarcado capitalista se expressam de forma diferente pensando num conjunto de mulheres diversas em suas dores, necessidades, urgências e dificuldades. Ao analisar a situação das trabalhadoras na conjuntura pós-golpe parlamentar de 2016³⁰, Marielle elenca as especificidades das mulheres que estão fora dos centros urbanos e destaca as diferentes escalas de desigualdades sociais, econômicas e culturais:

1) local de moradia com poucos equipamentos do Estado e sem realidade de transportes em tempo e condições com menos investimentos, independentes se afastados das localidades que agrupam o maior número de equipamentos de estudo, artes e trabalho, o que gera impacto nos tempos utilizados para estudo, trabalho, lazer e vida familiar; 2) a diferença de condições na classe, pois, ainda que sejam todas trabalhadoras, vivem efeitos e consequências diferenciadas impulsionados por precários direitos trabalhistas e contratos de trabalho; 3) a exposição a situações de violência letal e de discriminação, com grande impacto de estigmatizações; 4) a potência criativa e inventiva, motivada pela necessidade de superar as condições objetivas e para conquistar espaços distintos de convivência na cidade que se materializam no campo das artes, em atuações políticas e em formas de trabalho diversos para suas substâncias (FRANCO, 2017, p. 90).

Sobre as diferenças que fazem com que Marielle, Renata e Mônica reivindiquem o feminismo negro, Davis ressalta que a compreensão do lugar de privilégio por parte das mulheres brancas não pode ser esperada como algo que acontece de forma automática ou mesmo esperar uma solidariedade imediata. O primeiro passo, segundo a filósofa, são as mulheres brancas reconhecerem que elas também se beneficiam com os ganhos das mulheres de minorias étnicas. (DAVIS, 2017).

Usando o exemplo da pirâmide formada por mulheres estadunidenses cisgênero, na qual as mulheres brancas da burguesia e da classe média se localizam no topo e as

³⁰ No dia 31 de agosto de 2016, a então presidenta da República Dilma Rousseff teve o mandato cassado em votação no plenário do Senado, num processo de *impeachment* articulado pelo então vice Michel Temer, pelo seu partido (MDB), por boa parte do Congresso Nacional e por setores do empresariado.

mulheres negras da classe trabalhadora na base, Davis explica como as estruturas se movimentam a depender das conquistas de cada grupo.

Quando aquelas no ponto mais alto da pirâmide obtêm vitórias para si mesmas, geralmente a condição de todas as outras mulheres permanece inalterada. Mas, ao contrário, se aquelas no ponto mais baixo da pirâmide conquistam avanços para si mesmas, é praticamente inevitável que seu progresso empurre o conjunto da estrutura para cima. O avanço das mulheres de minorias étnicas quase sempre dá início a mudanças progressistas para todas as mulheres. (DAVIS, 2017, p. 36).

Essa constatação do livro *Mulheres, cultura e política* é a tradução da ideia que inspira o movimento de mulheres negras Brasil afora e também em outros países, defendida pela própria Davis, de que quando as mulheres negras se movimentam, toda a estrutura da sociedade se movimenta junto com elas. Entendimento que certamente guiou o compromisso militante de Marielle e que ainda guia os enfrentamentos travados por Renata e Mônica. Desistir de estar nas trincheiras de luta não é uma opção para essas mulheres, que escolheram batalhar para melhorar as condições de vida do povo da favela, das mulheres trabalhadoras e das milhares de mães que já perderam seus filhos pretos para a política de morte do Estado estruturalmente racista.

2.4 Não seremos interrompidas

Seis dias antes de sua execução, Marielle fez um discurso na tribuna digno de sua trajetória de mulher negra, feminista, socialista, favelada e defensora de direitos humanos para marcar o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher³¹. Após ser interrompida e receber rosa de um vereador, ela elaborou uma de suas frases mais lembradas e que mostram sua convicção de que somente a luta e a organização são capazes de transformar a vida das mulheres. “As rosas da resistência nascem do asfalto. A gente recebe rosa, mas a gente vai estar com o nosso punho cerrado também falando do nosso lugar de vida e resistência contra os mandos e desmandos que afetam as nossas vidas”.

Sob aplausos de alguns presentes no plenário, ela seguiu apresentando dados sobre a violência de gênero, as desigualdades que afetam as mulheres e a face cruel do feminicídio. Em reação a um grito em defesa da ditadura, Marielle respondeu com

³¹ O discurso pode ser ouvido na íntegra no endereço:
https://www.facebook.com/212989092420024/videos/543776616007935_

palavras à altura das brigas que vinha comprando no cotidiano de sua vereança. “Não serei interrompida. Não aturo interrupção (sic) dos vereadores desta casa, não aturarei de um cidadão que vem aqui e não sabe ouvir a posição de uma mulher eleita” (grifo meu, para marcar a ênfase dada por ela a esta parte da frase).

Naquela fala de seu último 8 de março, ela deu o recado, de forma nítida, que estava naquele espaço majoritariamente masculino, branco e elitista para mostrar que não aceitaria o lugar de subalternidade que insistem reservar às mulheres negras. O corpo de Marielle foi interrompido, mas as pautas e as bandeiras, não. Não à toa, a frase “não serei interrompida” passou a ser dita no plural, pelas centenas de mulheres negras que se colocam no ativismo e topam o desafio de enfrentar toda sorte de violência para mostrar que seu lugar é também na política. Dizer “não seremos interrompidas” é dizer também que, mesmo que a sociedade estruturada pelo racismo não queira aceitar, mais Marielles, Renatas e Mônicas estarão nas disputas para ocupar os espaços de poder.

Ao lembrar dos projetos que desenvolvia no mandato da amiga e o impacto da execução ocorrida no dia 14 de março de 2018, Mônica Francisco explica que o medo é sempre presente na vida de quem milita na favela e enfrenta a violência do Estado. Ela recorda a dureza das frentes em que ambas atuavam, mas também ressalta que o medo não pode paralisar.

O medo é uma reação constante. Esse medo foi companheiro e ainda é, mas ele vai sendo colocado em um lugar que não nos paralise. Por isso, minha frase de campanha era ‘nos tiraram tanto que perdemos o medo’. A gente tem medo, mas não aquele medo que paralisa, porque senão, como faz? (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

A mesma preocupação para que as intimidações do racismo, do sexismo e do classismo não interfiram a ponto de fazê-las desistir também tem força na atuação de Renata. No momento em que fiz a entrevista para esta pesquisa, ela era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, dado que tem grande relevância por se tratar de uma mulher preta que iniciou sua militância na Maré, trabalhou como assessora de uma vereadora assassinada, se tornou deputada estadual e depois foi candidata à Prefeitura da cidade em 2020.

Assim como a companheira Mônica, apesar do medo que todo esse cenário lhe traz, Renata prefere organizar a esperança para seguir em busca de dias melhores. Como presidente da Comissão de Direitos Humanos, precisou lidar com situações difíceis, de extrema violência. Embora muitas vezes se sentisse impotente diante da gravidade dos

casos, ela afirma ter bastante compreensão da importância de sua atuação na Assembleia Legislativa para que vozes não sejam silenciadas e as diversas mortes de jovens negros das favelas não sejam apenas um número frio das estatísticas, que desprezam e negam a possibilidade de vivência dessas pessoas.

Eu prometi para mim mesma que enquanto uma criança morrer com tiro de fuzil, eu não descansarei, e é isso, eu espero que ninguém descanse enquanto crianças morrem com tiro de fuzil". (Entrevista com Renata Souza, 2020).

As afirmações das duas deputadas estaduais sobre o lugar que ocupam hoje na política e os desafios que enfrentam por terem marcados em seus corpos o gênero, a raça e a origem de classe que fazem com que elas sejam vistas como ocupantes de “um não lugar”, encontram eco na formulação de Sueli Carneiro. Para a filósofa, a condição de mulher negra e o papel histórico que elas ocupam em suas comunidades de origem impedem que seus esforços organizativos se realizem separados da luta pela emancipação do povo negro (CARNEIRO, 2019). Ou seja, não é possível para uma militante negra atuar apenas nas frentes pelos direitos das mulheres, sem que a pauta antirracista e por melhorias nas condições de vida do povo negro das periferias tenha centralidade.

Portanto, o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é, por força das contradições que o ser mulher encerra, recai sobre elas a necessidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social (CARNEIRO, 2019, p. 169).

Com essa perspectiva interseccional trazida por Carneiro, Renata e Mônica seguem ocupando seus mandatos de deputadas estaduais resistindo e ressignificando a batalha cotidiana por uma sociedade em que nenhuma mulher perca mais a vida pela violência de gênero, que nenhum homem fique no subemprego por ser preto e para que nenhuma criança negra tenha sua vida encerrada pela bala do fuzil do Estado.

No artigo *A mulher negra na sociedade brasileira: uma abordagem político-econômica*, Lélia Gonzalez também aborda a tripla discriminação sofrida pela mulher negra no Brasil. Essa mesma mulher se localiza no mais alto nível da opressão, devido aos estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo. Segundo Gonzalez, enquanto seus

companheiros negros são perseguidos pela polícia, por praticarem a “vadiagem”, a mulher negra tem como principal ocupação remunerada os serviços domésticos para as famílias de classes alta e média. E como trabalhadora doméstica, tem reforçado as imagens da diferença, da subordinação e da inferioridade, além da dupla jornada que precisa enfrentar (GONZALEZ, 2018).

Num outro texto, denominado *Mulher negra*, Gonzalez destaca as dificuldades encontradas pelo movimento de mulheres negras, o que se difere das organizações feministas brancas, considerando que a mobilização das primeiras enfrenta mais opressão que os movimentos destas últimas. “Ser mulher e negra (ou negra e mulher?) implica em ser objeto de um duplo efeito de desigualdade muito bem articulado e manipulado pelo sistema que aí está” (GONZALEZ, 2018, p. 104).

Essas combinações de preconceitos, que perseguem as mulheres negras independentemente do posto que ocupam, provocam as mais diversas reações em Mônica Francisco, inclusive lembranças do tempo em que foi trabalhadora doméstica. Em discurso proferido na tribuna da Alerj, em 13 de fevereiro de 2020, a deputada estadual rebateu a fala racista do ministro da Economia, Paulo Guedes³², quando este se referiu às trabalhadoras domésticas como cidadãs de segunda classe. Segundo ela, a declaração infeliz escancara o que a elite política que governa o país hoje tem como projeto para a nação. “Mas, infelizmente, a gente precisa conviver com discurso de que não existe racismo no Brasil e de tutorial para ensinar a elite a viver sem empregadas domésticas” (FRANCISCO, 2020).

2.5 Femicídio político e a violência contra mulheres na política

O assassinato de Marielle Franco se deu num contexto de acirramento das ameaças, perseguições, insultos, assédios e atentados contra mulheres que optam por atuar nos espaços da política institucional. Além da falta de espaço nas organizações partidárias; das limitações impostas pela dupla jornada e obrigações com a maternidade e cuidados domésticos; das dificuldades de acesso à política eleitoral, as mulheres também enfrentam a violência que tem relação direta com a desigualdade de gênero. E tudo se acirra ainda mais quando tratam-se das mulheres negras.

³² Ministro da Economia do governo do presidente Jair Bolsonaro. No dia 13 de fevereiro de 2020, ao comentar as altas da cotação do dólar, disse que na época em que o dólar era mais baixo, havia "empregada doméstica indo pra Disneylândia, uma festa danada".

Estudo elaborado pelas ONGs Terra de Direitos³³ e Justiça Global³⁴, denominado *Violência Política e Eleitoral no Brasil – Panorama das violações de direitos humanos de 2016 a 2020*, revela que a cada 13 dias é registrado pelo menos um caso de ataque à vida contra representantes de cargos eletivos, candidatos ou pré-candidatos no Brasil. O relatório mapeou 327 casos de violência política ocorridos entre 1º janeiro de 2016 e 1º de setembro de 2020. Foram registrados 125 assassinatos e atentados, 85 ameaças, 33 agressões, 59 ofensas, 21 invasões e 4 casos de criminalização. O Rio de Janeiro foi o estado que registrou o maior número de assassinatos e atentados, 18 no total. Minas Gerais, Ceará, Maranhão e Pará dividem o 2º lugar no ranking com 11 casos em cada estado.

O estudo constatou também que a violência política dirigida às mulheres é a mostra de que essas não são reconhecidas como agentes da política. De acordo com o relatório, elas foram vítimas de 76% dos casos registrados de ofensas (JUSTIÇA GLOBAL, 2020).

Os números do ódio são mais cruéis quando o assunto é a cor dessas mulheres. Outro levantamento, desta vez feito pelo Instituto Marielle Franco³⁵ em parceria também com a Terra de Direitos e a Justiça Global, mostra que 78% das candidatas negras em 2020 relataram ter sofrido ataques virtuais no período eleitoral.

Como método, os institutos aplicaram um questionário para 142 mulheres negras candidatas em 93 municípios (em 21 estados) e 16 partidos, de 21 a 28 de outubro. De acordo com o relatório, os principais autores dos ataques virtuais são grupos não identificados (45%), candidatos ou grupos militantes de partidos políticos adversários (30%). Também foram identificados grupos misóginos, racistas e neonazistas (15%). (O GLOBO, 2020).

Segundo dados da ONU Mulheres³⁶, a participação das mulheres na política ao redor do mundo vem crescendo, mas ainda em marcha lenta. Elas ocupam 24% das vagas parlamentares, 8% dos cargos de chefes de Estado e 6,2% dos de chefes de governo. Entre

³³ Organização de Direitos Humanos que atua na defesa, na promoção e na efetivação de direitos, especialmente os econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca).

³⁴ Organização não governamental de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da sociedade civil e da democracia.

³⁵ Organização sem fins lucrativos, criada pela família de Marielle, com a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário.

³⁶ Entidade das Nações Unidas destinada a promover o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero.

os ministros de Estado, 20% são mulheres, e elas comandam 26% dos governos locais. Na América Latina e no Caribe, estão os maiores índices de mulheres no parlamento. Mas isso não inclui o Brasil: enquanto na Bolívia elas são 53% do parlamento e no México, 48%, no Brasil e no Paraguai ocupam apenas 15% das cadeiras.

De acordo com uma pesquisa realizada pela União Interparlamentar, 82% das parlamentares ouvidas viveram violência psicológica; 44% receberam ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestro; 26% sofreram violência física no parlamento e 39% afirmaram que a violência política minou a implementação de seus mandatos e sua liberdade de expressão.

Esse quadro de violência coloca em risco a democracia no Brasil. Uma pessoa ter o exercício do seu mandato ameaçado por ser mulher ou por ser mulher negra é uma das faces mais cruéis do racismo e do sexismo, causas de tantas desigualdades. Essas ameaças, perseguições, insultos e ataques virtuais muitas vezes podem chegar à morte. Renata Souza nominou essa prática de invisibilização como feminicídio político, a partir de sua análise sobre a execução da amiga Marielle Franco (SOUZA, 2020). Conceito este que faço questão de chamar a atenção nesta pesquisa, considerando as características que marcam essa execução política e a conexão que esse episódio tem com o acirramento da violência contra mulheres negras que estão ocupando espaços na política.

Como método científico ela utilizou a autoetnografia, pelo fato de ser mulher negra, feminista e cria da favela da Maré e por ter construído sua trajetória política ao lado de Marielle por cerca de 20 anos. Também serviram de base seu conhecimento empírico, sua rotina cotidiana na política e sua vivência como a candidata da esquerda mais votada nas eleições de 2018 para o cargo de deputada estadual e como a primeira mulher negra a presidir a Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

Durante a nossa entrevista, Renata também explicou por que classifica o assassinato de Marielle como um feminicídio político e relaciona o fato a outros tristes episódios de violência que marcaram a nossa história. Ela relatou como o medo é uma constante em sua vida de parlamentar de esquerda, mas de que forma esse mesmo medo a mobiliza para seguir fazendo os enfrentamentos.

Eu tenho consciência de que o que aconteceu é grave, gravíssimo. É um feminicídio político, que é como eu conceituei o assassinato de Marielle, visto que vem de toda essa trajetória e bagagem importante, fundamental, de uma mulher preta, LGBT, da favela, que construiu a partir do seu corpo, da sua luta, toda a consolidação daquilo que viria a ser seu mandato. Então por isso eu considero que foi um feminicídio

político porque, infelizmente, Marielle não foi a primeira e não será a última a sofrer com esse processo. Temos outras mulheres que sofreram com esse processo. Quando a gente vê os números de mulheres da Via Campesina que foram assassinadas, sem dúvida nenhuma tratam-se de feminicídios políticos. Quando a gente vê a Irmã Dorothy³⁷, que também lutava pela terra, assassinada, também considero um feminicídio político. Então a gente precisa nomear aquilo que acontece com mulheres que estão na liderança da luta política. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Renata, nesse caso não só a acadêmica, mas também a deputada estadual que vive cotidianamente na pele o significado de ser uma mulher negra ocupando um espaço destacado na política, ressalta os motivos de conceituar e classificar assassinatos como o de Marielle como feminicídio político. É importante para o campo do Direito, mas também para o campo da Sociologia, pensar em conceitos que consolidem aí a possibilidade de resguardar a vida das mulheres que estão na luta política.

Em resposta à minha pergunta sobre qual o significado do assassinato de Marielle para mulheres que ocupam os espaços da política institucional, Mônica Francisco disse que, obviamente, entendeu como uma forma de recado de que aquele não é um lugar para pessoas como ela, Marielle e Renata. Um não lugar resultado de uma sociedade estruturada no capitalismo patriarcal, no racismo e no sexismo. A deputada vinda do morro do Borel explicou, ainda, a sensação de medo como sendo algo natural para quem é militante de favela e enfrenta um estado truculento com a população negra e periférica.

Porque a gente sabe como é, qual é o enfrentamento que a gente faz. A gente acaba naturalizando, porque a gente faz isso a vida inteira. Então você naturaliza, mas isso não é uma coisa natural, é um enfrentamento muito duro. A gente naturaliza, mesmo porque para mim é muito natural, sabe? E até em circunstâncias em que a gente esteve juntas, a Mari e eu, passei pelo menos um ano com muito medo porque eu fazia o enfrentamento direto no Borel. A UPP - a Mari conhecia - é um horror, essa instituição é a pior praga que a gente pode ter na nossa sociedade, que é a polícia. E, especialmente, a Polícia Militar é muito violenta, muito bruta, é uma coisa assim, é uma máquina de extermínio dos governos, sabe? (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

³⁷ Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, foi uma religiosa norte-americana naturalizada brasileira. Foi assassinada com seis tiros, um na cabeça e cinco ao redor do corpo, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, em uma estrada de terra de difícil acesso, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Pará. Defensora da reforma agrária e militante da pauta ambiental, atuava ao lado de trabalhadores rurais contra o latifúndio e o desmatamento no norte do país.

O medo de Mônica encontra respaldo quando olhamos para os dados sobre a violência das forças de segurança do Estado, já mencionada neste capítulo. E considerando o cenário de ausência de pessoas negras em cargos de destaque nas instituições públicas e em cargos eletivos nos parlamentos e executivos, o que se conclui é que o país da falsa democracia racial criou mecanismos para impedir essa participação. Dificilmente as mulheres negras são vistas como sujeitas ativas da política, dos espaços de decisão e dos partidos políticos, porque não são pessoas dignas a ocupar esses lugares, porque a elas foi reservado o ambiente do lar e da família ou do trabalho doméstico nas casas da elite.

Ao analisar essa ausência, Renata recorre aos mecanismos utilizados pela sociedade dividida em classes e marcada pela desigualdade racial e de gênero para manter a distância do não lugar. Quando o indivíduo apartado consegue transpor as dificuldades e acessar espaços de poder, isso de alguma forma legitima o próprio poder e age para que tensões sociais sejam neutralizadas (SOUZA, 2020). São fissuras criadas no interior do sistema para melhor controlar suas vítimas.

Pensando em enfrentar a violência política que persegue as mulheres, sobretudo as negras, Renata, Mônica e Dani Monteiro – a outra assessora de Marielle também eleita deputada estadual nas eleições de 2018 – apresentaram um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa do RJ (PL 3335/2020), que dispõe sobre o Programa de Enfrentamento ao Assédio e à Violência Política Contra a Mulher no Estado do Rio de Janeiro. Proposta parecida também foi protocolada por outras deputadas negras do PSOL em suas respectivas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados, em Brasília, o projeto tramita com o número 5295/2020 e foi apresentado pela deputada federal Talíria Petrone (RJ)³⁸, também do Rio de Janeiro e amiga de Marielle, Mônica e Renata. Importante destacar que Petrone hoje mora fora de sua cidade, Niterói, devido às ameaças que vêm sofrendo contra a sua vida, envolvendo grupos ligados às milícias.

Na prática, o projeto cria mecanismos de enfrentamento ao assédio e à violência política contra mulheres no exercício da vida política. Na justificativa do projeto, as deputadas explicam que a proposta tem como objetivo aprimorar a Lei nº 8621, de 18 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Estatuto da Mulher Parlamentar ou Ocupante de Cargo ou Emprego Público no Estado do Rio de Janeiro. Visando garantir maior proteção às mulheres na política em sua diversidade, as alterações apresentadas consideram os

³⁸ Deputada federal eleita em 2018 pelo PSOL-RJ com mais de 107 mil votos. Era vereadora em Niterói, no mesmo período em que Marielle era vereadora no Rio.

pertencimentos raciais, de sexualidade e religiosidade como marcadores, que interseccionados ao gênero, implicam em formas específicas de violência política.

Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo*, no dia 18 de novembro de 2020, para marcar o novembro negro, quando se celebra o mês da consciência negra, Mônica e Renata, em parceria com outras deputadas negras do PSOL³⁹, discorrem sobre a violência política contra parlamentares negras. Segundo elas, “a sub-representação de mulheres negras nos espaços de poder e nos processos eleitorais tem como causas as incontáveis práticas de violência política, que se apresentam como barreiras antes mesmo de sermos candidatas e se mantêm durante processos eleitorais e após sermos eleitas. Somos intimidadas em todas as instâncias” (PETRONE; JESUS; MALUNGUINHO et al., 2020).

No texto, as parlamentares anunciam os projetos de leis apresentados e fazem um apelo: “Precisamos que os ataques cessem. Por nós, pelos nossos filhos, pelos nossos eleitores, pelo país. E mais, precisamos que eles sejam nomeados como o que são: violência política de raça e gênero!” (PETRONE; JESUS; MALUNGUINHO et al., 2020).

Figura 20: Card de divulgação do artigo escrito pelas deputadas negras do PSOL



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Francisco

³⁹ Artigo publicado em 18 de novembro de 2020, intitulado *A violência política contra parlamentares negras*. Acesso disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/11/a-violencia-politica-contra-parlamentares-negras.shtml>.

A realidade de não lugar da mulher negra na política é a mesma que relega a elas o papel de serviçal, cuidadora, ama e cozinheira, tão bem difundida pelos veículos de comunicação, pela teledramaturgia e pela publicidade. A mesma que faz com que as dificuldades desse setor tão numeroso da população não sejam consideradas pelo feminismo branco, pensado numa lógica universal, na qual as dores são as mesmas para todas as mulheres. Nessa tradição, a opressão sexista é entendida como um fenômeno universal, sem que fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais (BAIROS, 1995). E é essa ausência de visibilidade e de espaço que também reforça a violência contra mulheres negras que ousam ocupar a política, uma vez que são corpos executáveis e matáveis.

Para melhor elaborar sobre o histórico de luta de Marielle, Renata e Mônica, podemos revisitar o questionamento de Bairros sobre as diversas formas de expressão dos feminismos. A pergunta que ela deixa é que numa sociedade racista e sexista, marcada por profundas desigualdades sociais, o que poderia existir de comum entre mulheres de diferentes grupos raciais? (BAIROS, 1995). A resposta pode estar na tradição pensada por Hill Collins em torno de cinco temas que caracterizam o feminismo negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias e 5) a política sexual (HILL COLLINS, 2019). As três têm reconhecido histórico de atuação em suas pautas; fortes referências com o local de moradia, como mulheres faveladas; o esforço para se colocarem como sujeitas da política; o ativismo em suas comunidades e a luta por direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres.

3- SEMENTES

*“Levanto a bandeira da revolução
Canto e a minha voz ecoa na nação
A jornada é dura e eu não desisto não
Eu tô na rua é pra lutar e que haja flores onde eu pisar
Onde eu pisar”.*
(Doralyce Gonzaga – Canto da Revolução)

A execução política que tirou a vida de Marielle Franco há mais de três anos escancarou as inseguranças e a violência sofridas pelas mulheres negras no cotidiano de sua luta. Foi uma tentativa de passar o recado de que lugar de mulher preta e favelada não é na política e muito menos na tribuna de uma casa legislativa como a Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Ou o não lugar, como muitas delas costumam dizer para se referir à sensação de não pertencimento a um determinado espaço.

No entanto, como forma de transformar o luto em luta, para muitas o legado de Marielle serviu de inspiração e coragem. A frase “não seremos interrompidas”, abordada no capítulo anterior, é a expressão da necessidade de mostrar que, apesar do dia 14 de março de 2018, o sistema racista, sexista, classista e LBTfóbico não impedirá que mais mulheres se coloquem na disputa da política institucional.

“Mal sabiam que Marielle é semente” também é uma formulação que orienta a militância de muitas mulheres Brasil afora. Marielle é semente, que floresce a cada novo dia, com mulheres tomando o seu exemplo para assumir as rédeas de sua vida como agentes transformadoras da realidade em que vivem, na tentativa de superar o contexto descrito por Carneiro (2011) em “Racismo, sexismo e igualdade no Brasil”. Sete meses depois do assassinato, no processo eleitoral de 2018, inúmeras candidatas negras apontavam a vereadora como inspiração de luta e de vida.

Mônica Francisco, uma dessas mulheres negras que se candidataram em 2018, explicou, durante a nossa conversa, que sua candidatura já estava sendo debatida antes de 14 de março pela própria Marielle. Mesmo com a resistência de Mônica em assumir essa tarefa de ter um mandato parlamentar, seu nome vinha sendo construído por outras pessoas que trabalhavam no mandato. No entanto, a execução política da companheira de luta acelerou o debate sobre a urgência de se colocar na disputa, na condição de mulher preta e favelada como Marielle.

Ainda hoje Mônica se espanta com tudo o que aconteceu nesses últimos três anos e se pergunta sobre o lugar que ocupa como deputada estadual.

A minha candidatura nasce da própria Marielle. Eu nunca me imaginei nesse lugar, nunca mesmo. Eu não me imaginava nem trabalhando em mandato parlamentar, imagina virar deputada. Tem dia que fico pensando, acredita? Porque, na verdade, ela queria me construir para agora, 2020. Não era uma construção para 2018. Era um caminho. (Entrevista Mônica Francisco, 2020).

As discussões que surgiram nos meses seguintes para as assessoras sobre a possibilidade de suas candidaturas foram imbuídas de muita dor, revolta, indignação, saudade, mas também da certeza de que o momento exigia coragem para dar uma resposta política ao ocorrido. Certamente, o desejo não era discutir de que forma elas poderiam dar continuidade ao legado de Marielle, com a sua ausência física aqui, mas o discurso que seria feito pela vereadora na tribuna contra mais uma chacina na favela, mais uma iniciativa legislativa frente aos ataques dos governos federal, estadual e municipal contra os direitos do povo, mais uma agenda política com jovens negras da periferia e mais um projeto de lei a ser apresentado na Câmara Municipal.

Figura 21: Protesto realizado pelas três deputadas no plenário da Alerj



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Francisco

Ouvir o relato de Renata sobre como aconteceu a sua decisão de se candidatar em 2018 foi um dos momentos mais difíceis da entrevista. A hoje deputada lembra que elas estavam construindo, juntas, um projeto de lutas e ocupação na política. E, após o assassinato da amiga, diversos grupos que as deram sustentação nesse lugar reivindicaram que Renata se colocasse à disposição para ocupar um cargo no Legislativo.

Não foi uma decisão fácil, foi uma das decisões mais difíceis que eu tomei na minha vida, afinal de contas, era uma decisão diante do assassinato de uma pessoa que eu estava caminhando lado a lado, quase que cotidianamente, quase 18 anos de história juntas, né. E toda a relação da Marielle com a minha família, com meus pais, com a minha casa, trazia para mim, sem dúvida nenhuma, algo muito próximo. Se aconteceu com a Marielle, poderia acontecer comigo. Esse é o medo que minha família tem, essas são as ressalvas, mas enfim, eu não poderia ficar em um lugar de suposto conforto diante de uma atrocidade como essa. Então, diante de muitas pessoas, grupos, coletivos, que vieram me questionar sobre a candidatura, o próprio partido teve um papel importante nesse sentido, o PSOL, é que resolveu tomar essa decisão. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Mônica lembra as várias iniciativas feitas por Marielle para dar encaminhamento à preparação de sua figura como possível candidata, mas também destaca que esse não era um lugar que ela necessariamente almejava, exatamente pelas dificuldades que são impostas às mulheres negras que entram na política-partidária-institucional. Na nossa conversa, ela contou como os debates ocorreram após a execução da vereadora. “Obviamente que a morte dela me influenciou diretamente nessa decisão. Mas foi toda uma conversa também, da própria coordenação política da Marielle”, lembra, explicando que, inclusive, a própria Renata Souza – então chefe de gabinete e da coordenação do mandato – inicialmente defendia que a candidatura de Mônica fosse para o cargo de deputada federal, pelo acúmulo da militância nas pautas da economia solidária.

Se a presença de Marielle era perceptível nas candidaturas de mulheres negras em outros estados, nas das assessoras e companheiras de jornada não poderia ser diferente. Era o compromisso de levar um legado adiante, não personalizado na vereadora, mas que também trazia a força e a ancestralidade das que vieram antes e das que se construíam no mesmo tempo histórico. Não era apenas sobre uma única pessoa, mas sobre o que a jornada de uma mulher preta e favelada representa para a coletividade. Eram as ideias dos “nossos passos vêm de longe” e “eu sou porque nós somos” combinadas.

Renata comenta que individualizar na figura de Marielle não era o caminho mais correto, num momento em que a conjuntura forçava o país a pensar a necessidade de garantir condições reais para que mulheres negras ocupem espaços de destaque na política:

Um dos principais compromissos era não só com o legado de Marielle, porque eu acho que o legado da Marielle não pode trazer qualquer possibilidade de ser individualizado. Marielle era uma pessoa gigante

e individualizar para uma pessoa tudo aquilo que ela nos trouxe, sem dívida nenhuma era apequenar a sua luta política. Então, nesse sentido, o compromisso com o legado que ela deixa para a humanidade é para que a humanidade não se desumanize. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

E no meio do caos de tanto sofrimento e dor, essas mulheres encontraram força numa realidade que exigia dar um passo mais ousado na batalha cotidiana pela emancipação e pela liberdade das mulheres, do povo negro, da população LGBTQIA+, dos moradores das favelas e periferias e das crianças que têm fome ou que têm suas vidas tiradas pela violência do racismo estrutural. É o que diz a música que abre este capítulo, de Doralyce Andrade. Essas mulheres levantam a bandeira da revolução, pois a jornada é dura, mas elas não desistem e estão na rua é para lutar.

O esforço de cumprir o compromisso com o legado político deixado pela amiga pode ser visto nos programas de campanha das assessoras candidatas em 2018 e nos projetos e iniciativas legislativas apresentadas hoje pelas parlamentares.

No discurso de lançamento de sua pré-candidatura, Mônica afirmou, taxativamente: “Não dá mais pra fazer política sem nós, sem a nossa cor, sem o nosso jeito! Ou fazem conosco, ou não vão fazer” (FRANCISCO, 2018). No auditório da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), lotado com a presença de mais de 500 pessoas, no ato realizado em junho de 2018, ela reafirmou o seu compromisso com a luta antirracista, com o feminismo negro e interseccional, com a organização da periferia e com a pauta LGBTQIA+ e lembrou as ações que eram travadas no mandato de Marielle, por acreditarem em uma outra forma de vida e de sociedade.

Entre as tantas referências, Mônica citou uma formulação da escritora Conceição Evaristo⁴⁰, de que Marielle e tantas mulheres negras romperam “a máscara de ferro que nos impuseram”. E, com carinho, ela contou que a escritora mineira a ligou na madrugada do dia 15 de março, enquanto estava em Paris, para se solidarizar pela morte da vereadora. E finalizou: “E nós vamos continuar rompendo. Nós vamos romper os grilhões que ainda tentam nos impor” (FRANCISCO, 2018).

⁴⁰ Mineira de Belo Horizonte, Conceição Evaristo é escritora, poeta, romancista e ensaísta. Ganhou prêmios como Prêmio Jabuti de Literatura 2015; Faz a Diferença - Categoria Prosa 2017; e Prêmio Cláudia - Categoria Cultura 2017.

Numa rede social, Renata divulgou as mais de cem fotos do dia do lançamento de sua pré-candidatura à Assembleia Legislativa do RJ, em junho de 2018. A diversidade dos participantes que subiram ao palco para saudar sua coragem de assumir essa tarefa mostra o quanto ela tem referência em diversas lideranças e como se tornou referência para muitos. Militantes partidários, companheiros de luta na Maré, ativistas da pauta da comunicação comunitária, parlamentares do PSOL, jovens negros, trabalhadores, estudantes foram levar o apoio ao novo caminho que ela decidiu percorrer.

O ato de lançamento da pré-candidatura foi na Maré, como uma resposta à política brasileira tão elitista, branca e da Zona Sul do Rio de Janeiro, segundo a própria Renata.

A falta de representatividade com qualidade nos espaços de decisão política de pessoas com trajetórias como a nossa, uma mulher negra, feminista, favelada, que encontra na militância de defesa dos direitos humanos um sentido para a luta na própria favela, no asfalto, na universidade, precisa dar o tom da real democracia. Uma democracia que pouco experimentamos na favela. Mas não caminhamos só. Nós somos crias e somos sementes! (SOUZA, 2018).

“Nós, favelados, não temos medo e não daremos nenhum passo atrás”, essa é a frase de abertura de um vídeo de apresentação da Renata favelada, cria da Maré. Ela conta como foi sua trajetória de assessora do ex-deputado estadual Marcelo Freixo na Alerj e sua relação com Marielle já naquele período. Durante dez anos trabalhou diretamente com a Comissão de Direitos Humanos, o que a fez ter grande amizade com Marielle e se tornar chefe de gabinete do seu mandato, ao lado de tantas outras mulheres negras também crias da favela. “Nunca andei só e nem deixei a Maré. Continuo observando o mundo do alto da laje, somos sementes de Marielle” (SOUZA, 2018).

3.1 Um mandato a serviço da luta

Os discursos das ex-assessoras que hoje são deputadas estaduais encontram eco nos projetos de lei e iniciativas apresentados ao longo do pouco mais de um ano de mandato parlamentar da vereadora. Em homenagem, a equipe de comunicação do gabinete organizou o portal www.mariellefranco.com.br, onde é possível encontrar referências sobre os projetos de lei, audiências públicas, relatórios, atendimentos em apoio a familiares de vítimas das forças de segurança do Estado e eventos em geral. As

ações são apresentadas por mês, numa retrospectiva de janeiro de 2017 a março de 2018 – início do mandato até a execução em 14 de março de 2018.

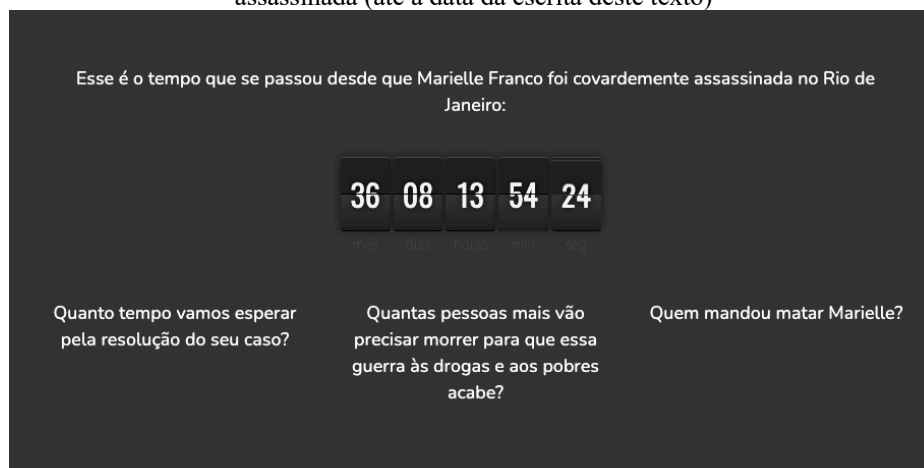
Figura 22: Parte inicial do site em memória de Marielle Franco



Fonte: www.mariellefranco.com.br

No meio da página inicial, tem um contador que diz: “Esse é o tempo que se passou desde que Marielle Franco foi covardemente assassinada no Rio de Janeiro”. E embaixo está o número exato de meses, dias, horas, minutos e segundos que Marielle foi assassinada. Lá também estão as perguntas “Quanto tempo vamos esperar pela resolução do seu caso?”; “Quantas pessoas mais vão precisar morrer para que essa guerra às drogas e aos pobres acabe?” e “Quem mandou matar Marielle?”. Confira na figura abaixo.

Figura 23: Contador com o número de meses e dias que se passaram desde o dia em que Marielle foi assassinada (até a data da escrita deste texto)



Fonte: www.mariellefranco.com.br

Embora o mandato de Marielle tenha sido curto em tempo, ele refletia o vigor de uma forma de fazer política conectada com os interesses do povo da periferia, das mulheres, da juventude, da população LGBTQIA+, com iniciativas sendo construídas em diálogo com esses diversos setores da sociedade. Entre os 13 projetos de lei apresentados por Marielle, destaco os que seguem abaixo:

- *Projeto de Lei #AssédioNãoÉPassageiro*: Propõe criar campanhas educativas sobre assédio e violência sexual contra as mulheres; divulgar telefones de órgãos responsáveis pelo atendimento de mulheres, incentivando que elas denunciem os assédios, caso desejem; promover formação, permanentemente, de servidores públicos sobre assédio e violência sexual; e aplicar multas a empresas de ônibus que descumprirem a lei. “O transporte é público, nosso corpo não”, ressalta o lema do PL.

- *Projeto de Lei das Casas de Partos*: Aprovado pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a proposta visa garantir atenção integral, respeito à escolha da mulher, partos normais com baixo risco, espaço de troca sobre conhecimento corporal, casas de parto em lugares com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humanos) e profissionais qualificados.

- *Projeto de Lei Espaço Coruja*: Propõe a implementação de espaços infantis noturnos, para que mães e pais que trabalham ou estudam à noite possam deixar suas crianças pequenas. O projeto prevê que o Espaço Coruja funcione nos espaços de educação infantil adequados, sem a necessidade de criar novas unidades. A Prefeitura deve chamar profissionais concursados que ainda não foram convocados para tomar posse ou abrir novos concursos, sem explorar e nem precarizar nenhum trabalhador. As crianças precisam estar matriculadas em alguma unidade escolar no turno da manhã ou da tarde.

- *Projeto de Lei Para Fazer Valer o Aborto Legal no Rio*: No Brasil, o aborto já é legalizado pela justiça em casos de anencefalia, estupro e risco de morte para a mulher. Mas pouquíssimas maternidades prestam esse atendimento em toda a cidade do Rio de Janeiro e muitas mulheres não sabem que têm esse direito. Pelo PL, todas as unidades da rede de assistência obstétrica do município do Rio de Janeiro realizarão o atendimento nos casos do aborto previsto em lei, mesmo que os profissionais tenham alguma objeção político/religiosa em relação ao aborto, e deverão informar às mulheres sobre seus direitos quando for o caso de aborto legal.

Outros projetos de lei protocolados por ela, incluem dias especiais no calendário da cidade com o objetivo de ajudar a fortalecer causas específicas. São eles: Dia de Luta Contra a Homofobia, a Lesbofobia, a Bifobia e a Transfobia (PL 0072/2017); Dia de

Tereza de Benguela e da Mulher Negra (PL 0103/2017); Dia da Visibilidade Lésbica (PL 0082/2017, na ocasião da morte da vereadora esse projeto já tinha sido rejeitado pelos vereadores, por 19x17 votos); e Dia Municipal de Luta Contra o Encarceramento da Juventude Negra (PL 0288/2017).

Outra importante iniciativa desenvolvida pelo mandato de Marielle Franco foi a criação da Frente Parlamentar da Defesa da Economia Solidária, da qual ela era presidente. O objetivo do espaço era dar visibilidade e fortalecer o movimento da Economia Solidária, militância inicial de Mônica Francisco, quem, inclusive, levou o assunto com centralidade para o gabinete da vereadora.

“A Economia Solidária é uma economia mais justa e humana. Trabalhar com Economia Solidária é mudar as relações entre as pessoas, respeitando quem faz, quem consome e o meio ambiente. Vivemos uma crise no país e no Rio de Janeiro, fruto de um sistema político econômico que é ótimo para 1% da população, mas cruel para os outros 99%. Enquanto isso, como forma de resistir, há milhares de pessoas que criam iniciativas com os princípios: democracia, solidariedade, autogestão e respeito”, afirma o texto de apresentação sobre a Frente Parlamentar (SITE MARIELLE FRANCO).

Entre os objetivos da Frente, se destacam: Fortalecer e apoiar as demandas do movimento de empreendedores da Economia Solidária, dando visibilidade e estimulando a realização de mapeamentos de iniciativas; estimular a criação de um Centro de Referência da Economia Solidária no Rio, um lugar físico, para comercialização e formação de produtores e consumidores; democratizar o acesso a editais públicos sobre o tema; e construir uma Política Pública Municipal de efetivação da Economia Solidária, fomentando a participação de mulheres. Como na maioria das iniciativas pensadas pelo mandato de Marielle Franco, no site há um espaço para que as pessoas possam apoiar os trabalhos da Frente Parlamentar.

Na retrospectiva, denominado de “O que já fizemos”, a primeira ação descrita foi em 17 de janeiro de 2017, quando a vereadora denunciou algumas nomeações do primeiro mês da gestão do então prefeito Marcelo Crivella. Graças à denúncia, foi revogada a nomeação de um assessor que pregava discurso de ódio na internet e, contraditoriamente, iria trabalhar na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Uma atividade ocorrida logo no início da vereança de Marielle, ainda em janeiro de 2018, que chama atenção é o seminário de planejamento, que reuniu toda a equipe de assessores e também apoiadores que colaboravam, de alguma forma, com os trabalhos do

mandato. Na foto abaixo, é possível ver Renata Souza e Mônica Francisco, além da própria Marielle.

Figura 24: Equipe do mandato de Marielle Franco em reunião de planejamento



Fonte: Site www.mariellefranco.com.br

A retrospectiva se encerra exatamente no dia 14 de março, com a roda de conversa *Jovens Negras Movendo Estruturas*, o último evento do qual Marielle participou. A legenda da imagem aponta o peso desse evento para o legado político da vereadora. “Nosso último encontro com Marielle foi com dezenas de mulheres negras poderosíssimas, que movem as estruturas da sociedade racista e machista que vivemos”. Confira na imagem abaixo.

Figura 25: Imagem da roda de conversa Jovens Negras Movendo Estruturas

MARÇO/2018

Quando? 14 de março
O quê? Roda de Conversa Jovens Negras Movendo as Estruturas

Nosso último encontro com Marielle foi com dezenas de mulheres negras poderosíssimas, que movem as estruturas da sociedade racista e machista que vivemos.

Foi uma despedida e tanto.

Um papo longo sobre ancestralidade e participação das mulheres negras na política e na vida.

#MarielleVive



Fonte: Site www.mariellefranco.com.br

A trajetória de militante feminista e os embates que já travava mesmo antes de se tornar vereadora a levaram a assumir a presidência da Comissão de Defesa da Mulher, ainda no início de fevereiro de 2017. O trabalho desenvolvido no pouco mais de um ano à frente da Comissão rendeu um relatório de 56 páginas. De acordo com o documento, durante a presidência de Marielle a Comissão da Mulher atendeu vários casos de violência contra a mulher, visitou cinco maternidades municipais e uma casa de parto, realizou a Audiência Pública sobre Mortalidade Materna, produziu cartazes voltados a mulheres vítimas de violência sexual, aprovou a Lei que institui o Programa de Centro de Parto Normal e Casas de Parto, entre tantas outras iniciativas.

A introdução do relatório, já finalizado após o assassinato de Marielle, mostra o significado do trabalho desenvolvido até ali e encerrado com a execução da vereadora.

Esta experiência existiu enquanto utopia possível, e reflete, ao seu término violento, que a ausência de democracia é uma inquietante realidade dos nossos tempos. Precisamos combater insistentemente qualquer tentativa de ataque à democracia que o Brasil conseguiu construir a duras penas. Os tempos nos mostram que essa democracia precisa ser aprimorada, incluindo trabalhadores, mulheres, pessoas negras, LGBTQs, pessoas com deficiência e todos aqueles que hoje são impedidos de escolher seu futuro (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO, 2018).

O material destaca, ainda, uma marca de como se construiu a mandata (no feminino), que durou apenas um ano e três meses, mas que deveria ter durado quatro anos.

“Mandata” chamada assim mesmo, no feminino, porque era feminista em sua substância e nas pautas que travava. A bravura desta mulher negra, lésbica e favelada a fez compor uma equipe majoritariamente de mulheres e de pessoas negras. A mandata era, em todos os sentidos, um coletivo de enfrentamento em uma Casa Legislativa predominantemente masculina, branca e conservadora (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO, 2018).

Também com a intenção de não deixar o legado de luta de Marielle se perder, a irmã, a filha e a mãe da vereadora construíram o Instituto Marielle Franco, uma organização sem fins lucrativos, que tem “a missão de inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LGBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário” (SITE INSTITUTO MARIELLE FRANCO).

Conforme pode ser visto na figura abaixo, a entidade tem quatro pilares de ações prioritárias: Lutar por justiça; defender a memória; multiplicar o legado; e regar as sementes.

Figura 26: Imagem com os objetivos do Instituto Marielle Franco
Nossos Pilares de Ação

Conheça as frentes em que vamos atuar prioritariamente!



Fonte: Site www.institutomariellefranco.org

Além de preservar e fazer justiça à memória da vereadora, o Instituto Marielle Franco também tem a missão de atuar nas pautas das mulheres e da população negra. Entre os projetos desenvolvidos pela ONG, vale destacar o *Mapa Corona nas Periferias*, que tem o objetivo de dar visibilidade às iniciativas de combate ao coronavírus nas favelas e periferias do Brasil; o *Mapa dos Coletivos*, em apoio a coletivos, movimentos e organizações que têm Marielle como inspiração e que queiram fortalecer as ações do Instituto; e a *Plataforma Antirracista nas Eleições*, que reuniu ações e ferramentas para mover as estruturas do sistema político no Brasil, pautando como central a presença de mulheres na política institucional.

Algumas dessas iniciativas foram realizadas com foco já nas eleições municipais de 2020, mas pensando em ações futuras. Uma que teve grande repercussão entre as candidatas do campo da esquerda foi a *Agenda Marielle Franco*, uma sistematização do legado de Marielle em um conjunto de pautas e práticas antirracistas, antiLGBTfóbicas, feministas e populares. Mais de 80 parlamentares eleitas em outubro do ano passado assinaram a agenda.

Sete práticas de Marielle são elencadas: 1) diversificar, não uniformizar; 2) ampliar, não limitar; 3) honrar, não apagar; 4) coletivizar, não individualizar; 5) puxar, não soltar; 6) escancarar, não se encastelar; e 7) cuidar, não abandonar. Na plataforma da agenda é possível clicar nesses títulos e conferir os exemplos do "modo de fazer política Marielle Franco".

No material também estão as sete pautas de Marielle: 1) justiça racial e defesa da vida; 2) gênero e sexualidade; 3) direito à favela; 4) justiça econômica; 5) saúde pública, gratuita e de qualidade; 6) educação pública, gratuita e transformadora; e 7) cultura, lazer e esporte.

Até o momento, mais de 3 mil pessoas já se cadastraram se comprometendo com o legado de Marielle Franco, difundindo a agenda e a Plataforma Antirracista nas Eleições.

Figura 27: Imagem de apresentação da Agenda Marielle Franco



Fonte: Site www.institutomariellefranco.org

3.2 Lugar de mulher preta e favelada é também na política

Toda a trajetória construída por Renata Souza, desde a seu ativismo como aluna do pré-vestibular comunitário da Maré, passando pela sua atuação na pauta da comunicação comunitária, pelo mestrado, doutorado e pós-doutorado, até chegar a candidata a prefeita do Rio de Janeiro nas eleições municipais de 2020, nos mostra que lugar de mulher preta é, sim, na política. A desenvoltura da mareense na campanha para o governo da segunda maior cidade do país é a própria expressão do que é transformar o luto em luta.

Após vários debates internos no PSOL, Renata teve seu nome confirmado para disputar o Executivo nas eleições de 2020. Fez uma campanha declaradamente voltada para o povo da favela, para as mulheres, a juventude e a população negra. *Rio De Gente* era o tema da campanha, cuja pré-candidatura foi lançada, virtualmente, no dia 20 de agosto de 2020, com a participação de mais de 1.300 pessoas. Um fato marcou a plenária de lançamento: a invasão de hackers que tentaram impedir a condução do ato.

Na ocasião, a então candidata explicou o significado do ocorrido:

Foi uma invasão que demonstra a importância e a força de uma pré-candidatura como a minha para o Rio. Sofro essa violência política todos os dias na Alerj praticada pela bancada bolsonarista. Eles não conseguiram derrubar o lançamento da nossa plataforma Rio de Gente, que teve a presença de cerca de mil pessoas. Só a nossa futura campanha é capaz de fazer frente ao bolsonarismo da política do medo e do ódio. Eu trago esperança de uma cidade de gente, feita para superar as desigualdades sociais. (SOUZA, 2020).

A reação foi de alguém que já sofre perseguição diariamente e que não iria se abalar com mais esse ato de intolerância à sua condição de mulher, preta e favelada. A campanha seguiu o seu curso normal, Renata se manteve candidata até o fim do pleito, participou de todos os debates realizadas pelos canais da TV aberta e terminou mais esta importante tarefa política com 85.272 votos, representando 3,24% dos votos válidos no primeiro turno.

À frente de um dos mandatos mais atuantes da Assembleia Legislativa do Rio, Renata foi a primeira mulher negra a presidir a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania daquela Casa. Uma tarefa desafiadora, considerando o grau de violações de direitos que acomete o estado do Rio, mas não impossível de cumprir para uma mulher que fez história na militância pelos direitos humanos e que também já tinha atuado como assessora da própria Comissão.

Nesses dois anos de mandato parlamentar até aqui, Renata apresentou vários projetos de lei, realizou diversas campanhas temáticas, participou de comissões parlamentar de inquérito e aprovou algumas leis. Entre as propostas aprovadas pelo plenário da Assembleia Legislativa e que viraram Lei vale destacar o que inclui no calendário oficial do estado do Rio de Janeiro o Dia das Defensoras e dos Defensores de Direitos Humanos, a ser celebrado sempre em 14 de março, data do assassinato de Marielle. Outro, que também foi fruto de seu acúmulo como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, aprovado pela Casa e transformado em lei é o que garante prioridade nas investigações que visem apurar crimes contra a vida que tenham como vítimas crianças e adolescentes, observando as disposições no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

“Disputamos a institucionalidade para que nossas ações possam causar transformação real na sociedade, através da luta conjunta de mulheres, negras e negros, faveladas e favelados que busquem vencer o ódio e o genocídio dos grupos mais vulneráveis”, afirma Renata, no texto que abre a sessão de seu site onde estão disponíveis

os projetos de lei⁴¹. Assim como Marielle, a deputada tem vários projetos voltados aos direitos das mulheres. Um deles é bem semelhante a um que a vereadora apresentou na Câmara Municipal do Rio, que trata da criação do programa de prevenção ao assédio nos transportes coletivos, públicos e privados, no âmbito do estado do Rio. É um dos exemplos do legado político na forma concreta da atuação legislativa.

Na nossa entrevista, Renata mencionou a grandeza que Marielle era em vida e o significado de sua execução para que mulheres negras não mais vissem a política como um não lugar. Falar do legado de Marielle, segundo Renata, é falar de um legado universal, que influencia outras mulheres, sejam mulheres que estão nos movimentos sociais, sejam mulheres de lideranças de organizações não governamentais ou partidárias. Mulheres que fazem por outras mulheres, mulheres que fazem a sua luta defendendo crianças, a possibilidade de moradia digna, a terra para plantar, para comer, para colher, para sobreviver.

Então, o legado de Marielle é um legado para que nós, mulheres, em especial mulheres negras da favela, da periferia, LGBTQI+, não nos conformemos com todas as violências que estão sob nossos corpos, que estão sob a nossa possibilidade de sobrevivência. Então, nesse sentido, Marielle movimenta muitas mulheres que assim como ela se organizam para a manutenção de suas próprias vidas. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

À frente do gabinete 401, localizado no Palácio 23 de Julho, na Praça XV, está a deputada estadual com mais de 30 anos na militância em defesa dos direitos humanos, da economia solidária, da agroecologia, no combate à violência contra mulheres, na promoção da igualdade de gêneros e contra o racismo. Mônica se apresenta como alguém que teve uma vida forjada na luta e na fé, uma trajetória construída no sobe e desce dos becos da favela, entre o trabalho como doméstica ou operária, os estudos, a família, a militância e a igreja. A deputada é reconhecida pela capacidade de dialogar, pela firmeza nas posições e pela coerência na defesa do que acredita.

Já na Assembleia Legislativa do RJ, ocupou a presidência da Comissão de Trabalho, Legislação e Seguridade Social; foi vice-presidente da Comissão de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional; vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Femicídio; e membro das Comissões de Saúde, de Segurança Alimentar, de Assuntos Municipais e de Mulheres.

⁴¹ <https://www.renatasouzapsol.com.br/atuacao-legislativa>.

Em resposta à minha pergunta se a sua condição de pastora evangélica também era uma militância, Mônica foi taxativa ao responder que não, mas uma atuação de alguém que professa a fé cristã. Uma resposta que explica o seu lugar como uma mulher preta que se reivindica feminista e socialista, em constante enfrentamento com os falsos profetas do fundamentalismo religioso.

Uma iniciativa que também explica esse compromisso de Mônica com o respeito à diversidade religiosa é o projeto de lei de sua autoria, aprovado em março deste ano na Alerj, que determina o tombamento do Terreiro de Joãosinho da Goméia⁴², localizada no município de Duque de Caxias, como patrimônio histórico e cultural do estado do Rio. A proposição foi apresentada no período em que houve um movimento pela conservação do terreno, considerado sagrado pelos praticantes de religiões de matriz africana. A prefeitura da cidade localizada na baixada fluminense tinha planos, de forma unilateral, de descaracterizar o local para construir um empreendimento imobiliário.

Na ocasião do debate em torno das mudanças e da apresentação do projeto, Mônica defendeu que era perfeitamente possível aliar o desenvolvimento com o patrimônio histórico-cultural das cidades. No seu entendimento, preservar a história é fundamental para o enriquecimento cultural, a valorização e o reconhecimento das práticas do Candomblé. Além disso, demarca as lutas e a resistência da população negra. “O Terreiro de Joãosinho da Goméia deve ser reconhecido como espaço de memória afetiva, de afirmação identitária e de disseminação da cultura afro-brasileira”.

Um posicionamento coerente também com a história de vida de Marielle e a sua relação com a diversidade religiosa. A vereadora, que tinha referência na religião Católica, com a família bastante comprometida com os preceitos cristãos, também sempre se posicionou, como militante e parlamentar, contra a intolerância religiosa e em defesa das tradições dos povos e religiões de matriz africana.

Outra proposta apresentada por Mônica que tem bastante conexão com as ações realizadas pelo mandato da amiga é o projeto de lei que visa instituir medidas de proteção à saúde integral de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais no Sistema de Saúde, público e privado, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. O PL prevê, ainda, a implementação de protocolos de atendimento, exames e ações de prevenção. Na

⁴² Joãosinho da Goméia é como ficou conhecido João Alves de Torres Filho, sacerdote do candomblé nascido na Bahia em 1914 e falecido em 1971. Foi uma das mais conhecidas lideranças do candomblé no Rio de Janeiro, tendo seu terreiro frequentado por diversas personalidades das décadas de 1950 e 1960, como artistas, intelectuais e políticos.

justificativa da proposta, a deputada estadual ressalta que a implantação de ações de prevenção à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais nos serviços de atendimento de saúde é fundamental, devendo ser um compromisso ético-político para todos os órgãos do SUS, bem como de seus gestores, conselheiros, técnicos e trabalhadores, considerando que o acesso à saúde é uma garantia de todos, devendo ser respeitadas as especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação e práticas afetivas e sexuais.

No contexto da pandemia da Covid-19, Mônica conseguiu aprovar e transformar em lei um projeto de grande relevância especialmente para a população das periferias. Pela nova legislação, o governo tem que prover renda mínima emergencial a trabalhadores informais e desempregados, moradores do estado do Rio de Janeiro, em situações de calamidade pública. Entre os setores mais precarizados e que mais sofreram os impactos da crise sanitária, a deputada cita no projeto a categoria das trabalhadoras domésticas, formada majoritariamente por mulheres negras e com alto índice de informalidade.

Ainda sobre legados e conexões com a atuação de Marielle Franco, na nossa conversa Mônica disse entender que seu mandato tem no centro as bandeiras de luta que já pertenciam a ela enquanto militante e que também eram tratadas no mandato da vereadora. São as pautas relacionadas à favela, economia solidária, direitos humanos, negritude e gênero. Sobre o racismo institucional, a deputada favelada do Borel disse que já sofreu várias vezes ao longo de sua atuação no parlamento, algumas abertas, outras mais veladas, mas estão dentro dos desafios que as mulheres negras enfrentam dentro da institucionalidade.

Que bom que o legado da Marielle vai influenciando cada vez mais mulheres a ocupar esses espaços e a gente não ficar tão sozinha. Vamos sofrer todo mundo junto de bonde, de lote, até que a opressão acabe e a gente faça essa disputa justa. (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

Com uma existência também marcada pelas consequências do racismo e da desigualdade de gênero, Renata disse que, apesar dele (do racismo estrutural), ela não desiste das escolhas que fez e nem do espaço que cavou na política institucional. “O racismo me acompanha todos os dias”. Com essa frase ela começou a responder a minha indagação sobre como é lidar com essa realidade dentro de um espaço tão marcadamente

masculino, branco e elitista. Uma mesma realidade de opressão enfrentada por Marielle em seu pouco mais de um ano de mandato de vereadora.

Foram vários os momentos em que Renata teve a sua condição de deputada eleita questionada pelo fato de ser mulher, negra e vinda da Maré. Sua postura ativa e destemida rendeu a ela o apelido pejorativo de “nariz em pé”, dando a entender que a reação natural de uma mulher, sobretudo preta, é abaixar a cabeça e não se manter firme. Os ataques são de todos os tipos e de toda ordem. A deputada conta que até ilações sobre sua vida pessoal e afetiva são parte dos ataques.

Uma situação lembrada por ela foi quando, à frente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, denunciou à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA) o então governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, por sobrevoar de helicóptero nas favelas da capital ordenando que policiais atirassem. Após a denúncia, os deputados do partido do então governador apresentaram pedido cassação do mandato de Renata.

Eu fui procurar muito rápido se em algum momento na história do Brasil algum governador tinha pedido a cassação, publicamente, de um deputado ou uma deputada e não consegui achar. Ou seja, todo o racismo, todo o machismo, colocado por um governador que queria me destituir das minhas funções enquanto fiscalizadora do seu trabalho, algo previsto na Constituição brasileira, porque ousei denunciá-lo à ONU e à OEA, diante da política de segurança genocida que tocou aqui no Rio de Janeiro. Então isso é muito simbólico, né. Esse foi o mesmo governador que festejou a quebra da placa da Marielle, né. Então isso é muito simbólico. A tentativa de apagar a memória da Marielle, a tentativa de inviabilizar meu trabalho, de me silenciar também enquanto deputada. Isso também é muito simbólico do racismo, do machismo, do classismo e da violência política também. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Para falar do racismo sofrido por mulheres negras, Kilomba utiliza a metáfora da sujeira como expressão do que está fora do lugar, fora da ordem. Segundo ela, sujo é tudo aquilo que não está no lugar certo. Nesse sentido, as coisas não são sujas por elas próprias, mas tornam-se sujas quando postas em um sistema de ordenação que não tem lugar para elas. No caso da política institucional e dos espaços de poder, suja é a mulher negra que ousa se colocar para desempenhar um papel que a sociedade não reservou a ela. Renata, Mônica e Marielle são sujas no parlamento, mas não são sujas na Maré e nem no Borel.

Aquelas/es segregadas/os são vistas/os como “sujas/os”, a partir do momento que transgridem o sistema de ordenamento que as/os

posicionam à margem, como marginais. Nas margens, elas e eles não são “suja” ou “sujos”, mas devido ao fato de o sistema não fornecer um lugar para tais pessoas como iguais, elas se tornam contagiosamente sujas assim que adentram o centro, onde estão fora de sua ordem e, por isso, são vistas como “sujos/as”. (KILOMBA, 2019, p. 172).

As três parlamentares do PSOL fazem parte de uma exceção que fugiu à regra da maioria das mulheres negras e faveladas. Também são a própria expressão das diferentes dificuldades que marcam a vida de brancas e negras. A questão não é disputar quem sofre mais opressão que a outra, mas entender o que dizem os marcadores sociais e econômicos. Como já dito nesta pesquisa, mulheres negras são as que mais sofrem as mais variadas formas de violência e discriminação. As desigualdades de um sistema atravessado por diferenças de classe, pelo sexismo e pelo racismo não se apresentam da mesma forma para as mulheres negras, como se apresentam para as brancas. Reconhecer isso ajuda a entender, para o presente estudo, porque Marielle, Renata e Mônica são minoria na política, mesmo a população negra sendo maioria na formação da sociedade brasileira.

Ao diferenciar o feminismo negro, Sueli Carneiro afirma que o racismo potencializa as diferenças de gênero por meio de privilégios vindos da exploração e da exclusão dos gêneros subalternizados. E aponta que as diferentes concepções e práticas introduzidas pelos grupos subalternizados no feminismo é fruto de um processo dialético, que, ao mesmo tempo eleva às mulheres em geral como novos sujeitos políticos, também exige o reconhecimento da diversidade e das desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres. (CARNEIRO, 2020).

A filósofa também aponta as fissuras no seio do movimento negro em relação às mulheres e do movimento feminista em relação às negras. No caso da luta das mulheres, ela explica que identidade de gênero não se desdobra automaticamente em solidariedade racial intragênero, o que fez com que mulheres negras enfrentassem, dentro do feminismo, as contradições e diferenças produzidas pelo racismo entre negras e brancas no Brasil. Da mesma forma, é possível dizer que não há solidariedade de gênero intragrupo racial, o que levou as mulheres a disputarem os rumos do movimento negro para que a dimensão de gênero fosse incluída como estruturante das desigualdades raciais.

É nessa perspectiva que se localizam, no interior da luta por uma sociedade melhor, as parlamentares protagonistas desta pesquisa, assim como outras mulheres negras eleitas para ocupar um cargo no parlamento Brasil afora. Ao mesmo tempo em que se colocam como agentes da transformação das condições de vida das populações de seus respectivos locais de moradia, considerando a centralidade que classe tem na tradição

política de cada uma, essas mulheres também enfrentam os desafios de construir a militância pela emancipação da população negra e das mulheres, observando também a centralidade de raça e gênero.

A elaboração sobre o que significa o não lugar para essas mulheres com cargos na política institucional esteve presente quase o tempo toda nas conversas que tive com as duas deputadas estaduais. Assim como também é presente nos materiais divulgados por elas em suas redes sociais.

Para Mônica, sobreviver a toda sorte de racismo, machismo e misoginia não é uma tarefa das mais fáceis, especialmente quando se é vista como alguém menos qualificada para ocupar determinado espaço. Sua “licença favelada” lhe permitiu descortinar cada situação para que ela pudesse percorrer essa jornada e garantir sua presença com muita firmeza. “Não é tarefa das mais tranquilas, você sabe bem disso. Nosso corpo, tudo... a gente é vista como alguém muito menos qualificado, sempre” (Entrevista Mônica Francisco, 2020).

Renata encara a presença de mulheres negras na política ainda como um processo muito doloroso, já que elas enfrentam uma realidade marcada pelo pragmatismo político, que ela classifica como racista, machista, classista e LGBTfóbico. As contradições estão em todos os espaços, a começar pelos partidos políticos, inclusive os localizados no espectro da esquerda, como o próprio PSOL, partido das três parlamentares. E questiona, ainda, a conceituação de que as pautas de raça, gênero e orientação sexual sejam consideradas meramente identitárias, e não estruturais como realmente são.

A gente tem um processo muito longo para descortinar que a luta de classes passa, necessariamente, pelas questões de gênero e raça no nosso país. Eu acho que esses são elementos centrais para a gente avaliar o lugar da mulher preta dentro da política, dentro dos espaços de poder, dentro do espaço do partido. São elementos que a gente deve levar em consideração, porque as tentativas de deslegitimação e de isolamento da nossa luta dentro dos partidos e fora dos partidos estão na ordem do dia. Então, é fundamental que nós problematizemos isso antes que inviabilizem nossa construção nesses lugares. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Frente a esses relatos, que podem ser encarados como o retrato das disputas travadas por essas mulheres cotidianamente no parlamento e nos espaços da militância política, incluindo partidos, movimentos antirracista, feminista, sindical, da luta por direitos humanos, ficamos com a formulação de bell hooks, que nos lembra:

Como grupos, as mulheres negras estão numa posição peculiar na sociedade, não apenas porque, em termos coletivos, estamos na base da pirâmide ocupacional, mas também porque o nosso status social é inferior ao de qualquer outro grupo. Isso significa que carregamos o fardo da opressão sexista, racista e de classe (hooks, 2019, p. 45).

A filósofa e professora estadunidense, ao falar dos diferentes feminismos da margem e do centro, elabora sobre o que difere a luta e as urgências das mulheres negras em relação às mulheres brancas e explica como a tradição feminista burguesa se recusou a combater as hierarquias raciais, o que impediu que houvesse a ligação entre raça e classe social. Analisando a sociedade de seu país, moldada pela política racial da supremacia branca, hooks constata que somente reconhecendo o racismo e suas funções na sociedade capitalista é que será possível chegar a uma plena compreensão das relações de classe. “A luta de classe é indissociável da luta pelo fim do racismo” (hooks, 2019, p. 30).

Essa formulação de bell hooks explica bem porque Marielle, Renata e Mônica sempre carregaram a luta feminista combinada com as lutas antirracista e anticapitalista, por entenderem que uma não pode se dar de forma dissociada da outra. A origem de classe das três, vindas da favela, aliada à condição de mulheres e negras fez com que vivenciassem situações de opressão distintas, sobretudo em relação às não negras e oriundas do centro. O relato de bell hooks sobre como se deu a experiência do ativismo em sua vida pode explicar também as experiências vividas pelas três parlamentares, da margem. Segundo a autora, sua consciência feminista foi estimulada pelas situações sociais as quais ela foi submetida: as marcas do racismo em um estado do Sul dos EUA, as condições econômicas de uma família negra e operária, dominada pela figura paterna, fruto dos mais variados graus e tipos de tirania patriarcal (hooks, 2019).

3.3 Da favela para a sétima arte

A necessidade de mostrar para o Brasil e para o mundo que a execução de Marielle Franco não intimidaria outras mulheres negras a se apresentar para disputar a política institucional chegou ao cinema, por meio do documentário *Sementes – Mulheres pretas no poder*. Dirigido por Éthel Oliveira e Júlia Mariano e produzido pela Embaúba Filmes, o filme estreou em 7 de setembro de 2020, no canal da produtora no Youtube. Após ficar disponível por um período de forma gratuita, entrou no catálogo de plataformas que prestam serviços de *streaming*.

Sementes foi rodado no Rio de Janeiro, durante o primeiro turno das eleições de 2018, acompanhando seis candidatas negras: além de Mônica Francisco e Renata Souza, também participaram Talíria Petrone (deputada federal eleita), Rose Cipriano, Tainá de Paula e Jaqueline Gomes (candidatas à época a deputadas estaduais). O filme mostra como é o processo de construção dessas mulheres como figuras políticas, como atuam em áreas dominadas pelas milícias, como driblam as dificuldades financeiras e trazem de volta às urnas eleitores desacreditados que desistiram do voto. No centro da história, o que Marielle representa para essas mulheres e de que forma ela serve de inspiração para que elas não desistam da luta e da resistência por uma sociedade mais justa, sem racismo, sem sexismo, sem classismo e sem LGBTfobia (EMBAÚBA FILMES).

Figura 28: Cartaz de divulgação da estreia do filme



Fonte: Reprodução Instagram Embaúba Filmes

Antes de falar sobre a experiência do filme e a participação de Mônica e Renata, considero importante apresentar as diretoras:

- Éthel Oliveira é documentarista, cineclubista e montadora. Estudou Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), onde desenvolveu inúmeras pesquisas junto ao Laboratório do Filme Etnográfico com povos Guaranis do Rio e de Mato Grosso do Sul. Por dez anos residiu em Olinda onde foi atravessada por todo

universo da cultura popular pernambucana e, junto de alguns grupos, desenvolveu projetos em torno da comunicação popular e dos direitos humanos. Seus últimos trabalhos são *Terceira Diáspora* e *Vinte de Novembro* (2011), *Arremate* (2017) e a *Mostra Baobá de Cinemas Africanos do Recife* (2018).

Figura 29: Éthel Oliveira



Fonte: Site <http://embaubafilmes.com.br>

- Júlia Mariano atua como diretora, produtora e roteirista. Formada em direção na Escola de Cinema e Televisão de San Antonio de los Baños (EICTV), em Cuba (2005), entre 2008 e 2009 foi estudante convidada da Baden-Württemberg Filmakademie, Stuttgart, Alemanha, onde dirigiu o documentário *Gegen den Strom (Contra-Corrente)*. Trabalhou como pesquisadora e roteirista em diversos programas de televisão, tais como *Vai Pra Onde?* (MSW), *Viver para Contar* (Discovery Channel), *Revista do Cinema Brasileiro* (TV Brasil) e *Conexões Urbanas* (MSW). Em 2012, produziu e roteirizou o longa-metragem *A Batalha do Passinho* (Melhor Documentário na Mostra Novos Rumos no Festival do Rio, 2013). Em 2014, Júlia Mariano dirigiu *Ameaçados* (Prêmio do Público no Festival Curta).

Figura 30: Júlia Mariano

Fonte: Site <http://embaubafilmes.com.br>

As duas diretoras, ambas em constante contato com as pautas defendidas por Marielle e pelas candidatas retratadas no filme, encararam o desafio de levar para os quase 100 minutos de filme a história das seis candidatas cujas trajetórias cruzaram em diversos momentos com a vereadora e amiga.

O filme emociona do início ao fim quem tem engasgada a falta de resposta sobre quem orquestrou uma das execuções políticas mais graves da história recente do país. Cenas do dia do assassinato e dos atos ocorridos em frente à Câmara Municipal durante o velório e nos dias seguintes, o choro e o grito das companheiras de luta, recortes de jornais com reportagens sobre a importância da presença de mulheres negras na política marcam a abertura do documentário.

Uma cena de um culto evangélico filmada em maio de 2018 abre a participação de Mônica no filme. Enquanto passa a música no momento do louvor, a hoje deputada estadual fala sobre as dificuldades das mulheres pretas e faveladas e o conjunto de direitos negados a elas. Saúde, educação, moradia digna, saneamento básico, transporte público são algumas das carências sofridas por essas mulheres, segundo afirma Mônica logo no

minuto 7 de *Sementes*. “Praticamente todos os direitos são negados às mulheres negras faveladas”.

Figura 31: Mônica Francisco ministrando culto em sua igreja



Fonte: Reprodução filme Sementes

A participação de Renata no filme não poderia ter sido aberta de outra forma, que não fosse com imagens da Favela da Maré. Com o jingle da dobradinha de sua campanha a deputada estadual com a campanha de Talíria Petrone a deputada federal, imagens mostram uma mareense orgulhosa de seu lugar de origem.

O VT é de uma entrevista concedida à TV espanhola RTVE.ES (o canal de televisão público da Espanha) de cima da “laje” de sua casa, na própria Maré. A repórter abre a entrevista perguntando a Renata se ela se reconhece uma herdeira de Marielle. A resposta vai na mesma linha do que ela me respondeu na nossa entrevista: o que Marielle representa é algo muito grandioso para que uma única pessoa carregue essa marca de ser herdeira. “São mulheres negras que estão na base da pirâmide, na exclusão social que precisam carregar isso com a gente”.

Na mesma entrevista, a repórter indaga o que Renata vê como urgente para as pessoas na favela. A resposta vem em sintonia com o que era defendido pela amiga em seu mandato de vereadora e com o que as duas defenderam ao longo dos anos juntas no ativismo.

É urgente que o olhar da política sobre a favela não seja criminalizante, estereotipada como ocorre. A favela é vista pela política pública como o lugar do medo, porque o próprio Estado vê isso aqui como um local inimigo, como um local que tem que fazer guerra às pessoas que estão aqui. A favela é cidade e é isso que a gente defende em nossa candidatura. (SOUZA, 2020).

Figura 32: Renata Souza concede entrevista para TV espanhola



Fonte: Reprodução filme Sementes

Sementes tem a preocupação de apresentar um desenrolar a partir das vivências das candidatas. O roteiro vai se desenvolvendo de uma forma que seja possível o espectador conhecer o perfil, a história, as propostas, as dores de cada uma. Cenas das campanhas das candidaturas ajudam a cumprir esse papel.

É marcante a cena gravada por um drone na frente da Assembleia Legislativa do RJ, em que, da escadaria e vista do alto, Mônica conta sua origem de mulher cria do Borel, seu trabalho como vendedora de salgadinho e como doméstica, seu ativismo na pauta da Economia Solidária e nos movimentos por melhorias das condições de vida da comunidade. Esse é um trecho do vídeo de apresentação de sua candidatura a deputada estadual. Com imagens de cima do centro do Rio, um *off* com a voz de Mônica lembra a noite de 14 de março de 2018 e nesse momento ela se apresenta:

Nós ficamos com uma responsabilidade coletiva de dar continuidade a um projeto que víamos construindo e de mostrar que não daremos nenhum passo atrás. A nossa luta por uma sociedade mais justa, sem racismo, machismo e LGBTfobia. E é por isso que não vamos parar. Vamos ocupar a Alerj em 2019. É Mônica Francisco 5088, no dia 7 de outubro. (FRANCISCO, 2020).

O documentário de Éthel Oliveira e Júlia Mariano é grandioso exatamente porque mostra a correria, a superação, os desafios para que as seis mulheres retratadas pudessem estar, nesse momento em que a violência política se acirra, sobretudo sobre os corpos negros, vencendo toda a sorte de dificuldades para se apresentarem como candidatas.

Poucos meses depois da execução da companheira, estavam elas enfrentando os mais variados percalços, mesmo quando a conjuntura, num cenário que já se desenhava a vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República, poderia impor medo e sensação de derrota. *Sementes* traz tudo isso, mas também o compromisso dessas mulheres de transformar luto em luta e de não deixar que o medo as paralise.

É emocionante a fala de Mônica Francisco, retratada no filme, no comício eleitoral realizado na esteira do movimento #EleNão - mulheres contra Bolsonaro. Numa cena forte, com muitas palmas, gritos, bandeiras tremulando de diversos candidatos, sons de tambores e apitos, o recado foi muito bem dado: “Nós, mulheres negras, que estamos no centro das opressões, temos autoridade, competência, legitimidade, ancestralidade, para fazer política não só para mulheres negras, mas para todo o conjunto da população”. Uma forma de dizer que mulheres pretas podem falar e lutar por diversas pautas, para além das que envolvem as discussões de gênero e raça.

“Por Marielle, eu digo não, eu digo Bolsonaro não”. Essa era a palavra de ordem entoada pelas milhares de mulheres que aparecem na cena do ato #EleNão, ocorrido em 29 de setembro de 2018, dias antes das eleições de 7 de outubro. Renata, Mônica e as outras candidatas negras se destacam no meio da multidão, panfletando seus materiais de campanha e levantando gritos que mostravam a força da primavera feminista contra o então candidato conservador.

Já caminhando para a parte final do filme, a cena que mostra vários apoiadores de Renata acompanhando a apuração dos votos na porta da sua casa, na Maré, é o retrato de como é forte sua relação com o local de moradia, com o bairro e com as pessoas que constroem o cotidiano daquela favela. Todos acompanham ansiosamente a conferência das urnas, até receber a notícia mais esperada: o resultado final de sua eleição a uma vaga na Alerj, saindo das urnas com 63.937 votos e como a deputada mais votada do campo da esquerda.

No filme, é emocionante a cena da mãe de Renata, Dona Jorgelita Pereira, na cozinha, enquanto preparava o arroz e o peixe frito, dizendo que ao mesmo tempo que ela sentia alegria e satisfação com a vitória da filha, também sentia um misto de medo, exatamente pelo que aconteceu com Marielle, amiga de toda a família.

Ao mesmo tempo que eu tô feliz com isso tudo, eu tenho um grande medo, entendeu? Porque a Marielle era nossa companheira aqui em casa. A campanha da Marielle foi toda feita aqui na minha casa, que nem vocês estão vendo agora. Era isso aqui todo o final de semana,

praticamente todos os dias. E acabou dando no que deu. Aí eu tenho muito medo pela minha filha, mas eu acredito muito nela e deposito toda minha confiança nela. E é aquilo: o que tiver de ser, será. Tá nas mãos de Deus, entendeu?”. (PEREIRA, 2020).

Do lado de fora, quase uma multidão recebe a recém-eleita deputada estadual com os gritos da vitória. O batidão do funk que foi o jingle principal da campanha e os abraços nos apoiadores, familiares e amigos selam a conquista não de apenas uma pessoa, mas de todo um projeto político preto, feminista e favelado.

Figura 33: Renata comemora a vitória e recebe o abraço dos apoiadores na porta de sua casa



Fonte: Reprodução filme Sementes

Na tomada seguinte, surge Mônica também celebrando sua vitória, acompanhada de apoiadores, companheiros de anos de militância e integrantes da equipe de campanha. A palavra de ordem é o lema de sua campanha: “não dá mais pra fazer política sem nós”. Refletindo o resultado das urnas com dois apoiadores na cozinha de sua casa, Mônica lembra o quanto foi difícil enfrentar essa tarefa sem a presença física de Marielle, ao que eles respondem que a tragédia do dia 14 de março de 2018 não será em vão.

Na sequência dessas lembranças doloridas, a deputada eleita conta que não conseguiu ir ao enterro da amiga, de quem era assessora na Câmara Municipal do Rio. “Foi ela que uniu a gente. Tô escutando a risada dela aqui”, afirmou a apoiadora, ao abraçar Mônica, fortemente emocionada e tentando conter o choro. “Eu não consegui ir ao enterro dela. Eu não conseguia nem sair do lugar. Me sentaram... eu queria só levar uma rosa pra ela”, desabafou Mônica, chorando um choro de dor e saudade, e ao mesmo tempo de quem entende a responsabilidade sobre o significado daquela vitória eleitoral.

Figura 34: Mônica Francisco festeja sua eleição junto com apoiadores



Fonte: Reprodução filme Sementes

Logo depois de receber o resultado confirmando sua eleição e a de Mônica, dentro de um carro indo encontrar outros companheiros de partido, Renata faz uma avaliação do que talvez seja a síntese do que representa o legado de Marielle para mulheres negras que ocupam a política.

A minha ida, a ida da Mônica e de todas as outras mulheres negras bem votadas, demonstram o quanto que nós, mulheres, mulheres negras, da favela e da periferia, estamos na vanguarda de um processo que é muito interessante, que mostra pra gente o quanto que política tem que ser a cara do povo. Tem que se relacionar com as nossas experiências cotidianas de Estado, de cidade. E a gente experimenta de tudo, de uma forma totalmente diferenciada do resto da sociedade. Experimenta com a dor na carne”. (SOUZA, 2020).

As cenas finais de *Sementes* trazem parte do cotidiano das eleitas na Assembleia Legislativa do RJ, o dia da posse como deputadas, as conversas sobre a realidade da política do Estado e uma série de desafios que elas viriam enfrentar a partir daquele momento, de mulheres que vão da margem para o centro. Uma nova jornada na política, que, com certeza, deixaria Marielle orgulhosa de suas companheiras.

3.4 Carta a Marielle

“Não queremos vingança”. Esse é o título de uma carta escrita por Renata e dedicada a Marielle, sobre a qual já mencionei no Capítulo II desta pesquisa. Publicada

em 21 de dezembro de 2018, o texto é um relato da amiga sobre os vários fatos ocorridos em 2018 depois do assassinato da vereadora. Um texto sofrido, que mostra a preocupação da autora com a ascensão do conservadorismo, mas ao mesmo tempo cheio de esperança a partir da luta das mulheres negras eleitas naquela eleição.

Termino este capítulo com a parte final da carta em que Renata conta para a amiga a conjuntura política do Rio, as vitórias das candidaturas do PSOL e o que significa dizer que “Marielle virou semente”.

Não é “mimimi”, as notícias boas andam realmente raras. Mas aqui no Rio de Janeiro fizemos algo inédito, que te encheria de orgulho. Mônica Francisco, Dani Monteiro e eu – isso mesmo, três negonas vindas da sua mandata – fomos eleitas deputadas estaduais, e nossa Talíria Petrone foi eleita deputada federal. Ela vai estar lá em Brasília, junto com Marcelo Freixo, Luiza Erundina, Áurea Carolina e mais seis companheir@s do PSOL. Essas pequenas vitórias são essenciais para nos dar fôlego, Mari. 2019 promete exigir muito da gente.

Mari, você não sabe o tamanho de nossa responsabilidade, enquanto mulheres, negras e periféricas, em ocupar esses espaços de poder. Você nos representou, e representa muito bem, você é respeitada e lembrada pelo trabalho que fez para superar as desigualdades raciais, sociais e econômicas. Nossa eleição, assim como será nossa mandata, é carregada de muita responsabilidade. Ela representa um grito que estava retraído na garganta da sociedade, não apenas por mais representatividade, mas também por mais presença de trabalhos concretos e qualificados no que diz respeito às políticas públicas. Nossos votos representam milhares de pessoas que decidiram não se render ao ódio, ao medo e à barbárie como método político. Negona, você não está aqui como gostaríamos – viva, sorridente e cheia de gás para a luta. Mas, de várias formas, sua presença está por todos os lados. Seu rosto estampa blusas, está grafitado nas paredes, virou tatuagem. Na verdade, Mari, você virou o símbolo e é uma chama viva no peito dos que lutam pela democracia e pelos direitos humanos. Você sempre foi e continua gigante, mulher! E, agora, é semente de um mundo novo. Seguimos por você, por nós e pelos outros.

Obrigada por tudo, principalmente por nos trazer luz em tempos de trevas!

Saudades infinitas. Com amor, Rê. (SOUZA, 2020, p. 194).

Um texto marcado pela dor e a saudade de quem perdeu uma companheira e amiga do cursinho popular, da favela, da política, da militância, do feminismo preto, dos sambas. Protagonistas de uma história que é o retrato da frágil democracia brasileira, de um país que é um dos mais violentos contra defensoras e defensores de direitos humanos, que é cada vez mais violento contra mulheres que ousam se apresentar na política e nos espaços de poder. A resposta dada por Marielle quando interrompida por um homem na sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2018, seis dias antes

de ser executada, nunca fez tanto sentido. As rosas da resistência brotam da luta no asfalto.

4- TRÊS ANOS DEPOIS CONTINUAMOS PERGUNTANDO QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

*“Na avenida deixei lá
 A pele preta e a minha voz
 Na avenida deixei lá
 A minha fala, minha opinião
 A minha casa, minha solidão
 Joguei do alto do terceiro andar
 Quebrei a cara e me liberei do resto dessa vida
 Na avenida dura até o fim
 Mulher do fim do mundo
 Eu sou e vou até o fim cantar”.*

(Rômulo Froes / Alice Coutinho – Mulher do Fim do Mundo)

Chegamos no último capítulo desta pesquisa, concebida em meio a uma pandemia que já tirou a vida de mais de 454 mil pessoas no Brasil, dilacerou famílias inteiras, mostrou a negligência do governo federal com a saúde pública e expôs, ainda mais, como o racismo estrutural é implacável com a população negra e periférica. Uma crise sanitária, econômica e política que deixou milhões de pessoas sem emprego, sem renda e sem comida na mesa.

Ao longo do meu percurso pela escrita desta dissertação, me peguei elocubrando como seria a atuação de Marielle Franco nessa conjuntura de caos. Arrisco a dizer que certamente seria como tem sido a atuação de suas companheiras de vida, de luta e de militância. Apresentando diversas iniciativas para conter os impactos da Covid-19 nas populações mais empobrecidas, sobretudo na vida de homens e mulheres negras.

Também encerro esta escrita três anos e três meses depois da execução ocorrida na noite de 14 de março de 2018 sem que o país tenha a resposta concreta de quem foram os mandantes. Três anos e três meses que a pergunta “Quem mandou matar Marielle” segue ecoando ainda atual e sem resposta. Sabemos que quem apertou o gatilho que levou as balas até as cabeças de Marielle e Anderson não são os mesmos que tramaram, elaboraram, ordenaram e pagaram a execução. Dois dias antes do crime político completar um ano, em março de 2019, as investigações conseguiram chegar nos dois que cometeram os assassinatos. O policial militar reformado Ronnie Lessa e o ex-policial Elcio Queiroz, que havia sido expulso da corporação, são os dois considerados autores dos disparos. Ambos ainda não foram julgados, mas, após serem denunciados pelo Ministério Público do Rio, seguem presos.

Várias linhas de investigação, muitos indícios, mas a única certeza é que a atuação da vereadora incomodava e, por meio dela, tentaram passar um recado para outras mulheres negras, feministas, socialistas e faveladas: “esse espaço da política não pertence a vocês e faremos o que for preciso para mostrar isso”.

Embora os nomes dos executores sejam de conhecimento público, pouco se sabe dos desdobramentos das investigações até o momento. O processo, desde seu início até hoje, vem sendo marcado por alguns erros básicos que podem ter dificultado a solução do crime. Testemunhas dispensadas num primeiro momento; falhas na coleta e no processamento das imagens de câmeras de segurança, impedindo de conferir o que ocorreu em todo o percurso do carro dos assassinos, desde a saída da Barra da Tijuca até o momento do crime, no bairro do Estácio; trocas de chefias na Polícia Civil e mudanças nas equipes; desvios de rota e suspeitas de fraude são alguns dos problemas que acompanham o caso até hoje (BBC BRASIL, 2021).

São diversas histórias que, entre outros fatores, fazem com que três anos depois ainda continuemos sem resposta.

Figura 35: Deputados estaduais do PSOL do Rio de Janeiro perguntam “Quem mandou matar Marielle?”



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Francisco

Para marcar os três anos do crime político, a Anistia Internacional⁴³, entidade de direitos humanos à frente da campanha por justiça por Marielle e Anderson, entregou, no dia 12 de março de 2021, ao governador do Rio em exercício, Cláudio Castro, e ao

⁴³ Organização internacional que realiza ações e campanhas para que os direitos humanos internacionalmente reconhecidos sejam respeitados e protegidos. A Anistia Internacional está presente em mais de 150 países.

procurador-geral de Justiça do RJ, Luciano Mattos, mais de 1 milhão de assinaturas de pessoas do Brasil e de outros países que, há três anos, exigem resposta.

A entidade também organizou o ato “Vozes por Marielle e Anderson”. Um caminhão com um painel de *led* circulou em algumas regiões, como no local onde ocorreu o assassinato de Marielle, na porta do Palácio Guanabara (sede do Governo do Estado do Rio) e também em frente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, entre outros, propagando a mensagem: “Três anos é muito tempo sem respostas! Exigimos justiça para Marielle e Anderson”.

A Anistia Internacional Brasil cobra por justiça desde o início do caso. Três anos é tempo demais para não se saber quem mandou matar Marielle e por quê. Nossa mobilização exigindo justiça rompeu as fronteiras do Brasil e ganhou adesão de milhares de pessoas ao redor do mundo. Assim como nós, elas levam a injustiça feita com Marielle e Anderson para o lado pessoal e se unem para exigir que o caso seja solucionado definitivamente e os executores e mandantes sejam processados, julgados e responsabilizados. (WERNECK, 2021).

No contexto de um país que é o terceiro mais perigoso para defensores de direitos humanos, é urgente cobrar que o Estado garanta segurança e liberdade para que essas pessoas possam atuar sem que suas vidas sejam ameaçadas ou violadas, conforme ressalta a Anistia Internacional.

A impunidade não pode ser a resposta para o brutal assassinato de Marielle. É preciso impedir que a impunidade seja a mensagem que o Rio de Janeiro e o país enviam às famílias, a todas e todos que agem em favor dos direitos, a sociedade brasileira e ao mundo. (WERNECK, 2021).

O objetivo deste último capítulo é abordar menos os detalhes das investigações e mostrar mais as cobranças pela solução do caso. O Instituto Marielle Franco promoveu, durante todo o mês de março, diversas ações para marcar os três anos da execução da vereadora. Foram 197 ações, 87 cidades e 17 países clamando justiça por Marielle e Anderson. Como exemplo, vale citar a ação Plantando Sementes, na qual cerca de 70 parlamentares de 45 cidades do Brasil protocolaram doze projetos de lei apresentados por Marielle no Rio de Janeiro, com o objetivo de multiplicar a ideia em outras cidades, adaptando a partir das suas realidades. As parlamentares também apresentaram em suas respectivas casas legislativas um projeto que cria, no dia 14 de março, o Dia Marielle

Franco de Enfrentamento à Violência Política contra Mulheres Negras, LGBTQIA+ e Periféricas.

Em nível internacional, uma iniciativa que marcou a repercussão dos três anos do assassinato foi a instalação de uma placa em homenagem à Marielle na estação de metrô “Rio de Janeiro”, em Buenos Aires, na Argentina. A ação foi aprovada pela Câmara Municipal da cidade e durante a solenidade de lançamento vários coletivos feministas de brasileiras residentes na Argentina realizaram um ato em memória à vereadora. Confira na imagem abaixo.

Figura 36: Postagem do Instituto Marielle Franco sobre a placa instalada no metrô de Buenos Aires



Placa em homenagem à vereadora brasileira Marielle Franco será instalada na estação "Rio de Janeiro" do metrô de Buenos Aires

Fonte: Reprodução Instagram Instituto Marielle Franco

Uma publicação merece destaque neste terceiro ano sem Marielle: o *Dossiê 3 anos do caso Marielle e Anderson*, lançado em 12 de março, trazendo uma linha do tempo da noite do dia 14 até aqui e 14 perguntas sobre o crime, que seguem sem respostas. A linha do tempo, que vai até março de 2021, tem desde atos realizados no Brasil e mundo afora, fatos referentes às investigações, até ações realizadas pelas famílias pedindo justiça e eleições que garantiram vitórias das sementes de Marielle.

Já em relação às perguntas, o Instituto buscou apresentar, de forma sistematizada, os questionamentos mais importantes a respeito da investigação e o árduo caminho de

luta por justiça para o caso. São perguntas que demonstram que, após dolorosos três anos, a falta de resposta para todas elas não apagou o legado de Marielle, que segue inspirando milhares de pessoas ao redor do mundo.

Entre as 14 perguntas, abertas pela retumbante “Quem mandou Matar Marielle?”, tem uma que mostra a conivência do Estado brasileiro, representado atualmente por Bolsonaro, com a falta de solução do crime: “Por que o governo brasileiro não forneceu todas as informações demandadas pelo Alto Comissariado de Direitos Humanos das Nações Unidas?”. Uma pergunta que é o retrato da falta de compromisso do governo federal em encontrar respostas para a execução, ainda mais sendo este mesmo governo comandando por alguém que tem forte relação com as milícias, grupos armados que dominam mais de 50% do território da capital fluminense.



Fonte: Reprodução Instagram Instituto Marielle Franco

4.1 Execução de Marielle: expressão da frágil democracia

No dia em que a execução da amiga completou três anos, Renata Souza cobrou pelas redes sociais a falta de resposta de um crime político que mostra o quanto a frágil democracia brasileira está sob ameaça. Antes de ser vereadora, Marielle Franco era defensora de direitos humanos. E num país que é um dos que mais matam defensores de direitos humanos no mundo, o assassinato da vereadora do PSOL é também uma ameaça às liberdades democráticas.

“Quem mandou matar a Marielle? São três anos sem repostas. São três anos sem a Marielle e o Anderson. São três anos de ameaças ao Estado Democrático de Direito”, perguntou a deputada estadual, se somando às milhares de pessoas que cobraram uma

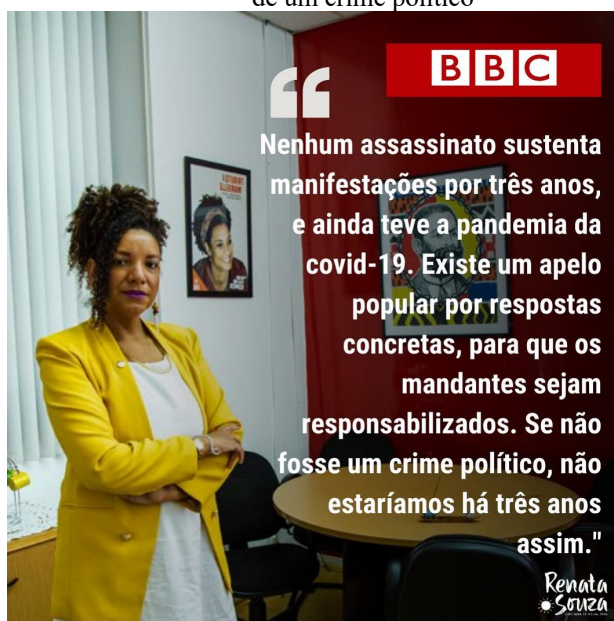
resposta do Estado no 14 de março deste ano. Retomando o que Renata disse em nossa entrevista, ao lembrar desses anos sem resposta, considero importante trazer novamente mais um dos momentos em que ela afirmou a influência de Marielle em sua atuação como parlamentar.

Sem dúvida nenhuma, as pautas defendidas pela Marielle também têm relação com as pautas que eu defendo. A gente cresce na política juntas, então essa é uma construção coletiva, né? O mandato da Marielle foi costurado por nós. Então hoje, o meu mandato também parte dessa construção do reconhecimento da ancestralidade da nossa população preta, da nossa população pobre, das mulheres, da população LGBTQI+, então, o nosso mandato coaduna com as pautas políticas que o mandato da Marielle defendia. (Entrevista com Renata Souza, 2020).

Numa das lembranças do terceiro ano sem a amiga, a deputada ressalta que todo esse tempo sem que o país saiba efetivamente quem foram os mandantes do crime também coloca em risco a possibilidade de se estabelecer uma verdadeira democracia no Brasil. E destacou, ainda, que Marielle encarnava várias das vulnerabilidades do corpo “matável” da sociedade, que é o da mulher preta, pobre, favelada e lésbica.

Foi um feminicídio político. Um aviso geral: ainda que você ultrapasse todas as barreiras, estude, se forme, trabalhe, se torne parlamentar, isso não te livra de ser assassinada. Marielle foi vítima de um feminicídio político. Por isso, a solução do seu caso e a responsabilização dos mandantes é um marco necessário para que possamos falar em “estado de direito”. (SOUZA, 2021).

Figura 38: Renata fala do que significam três anos sem respostas de um crime político



Fonte: Reprodução Facebook Renata Souza

Mônica Francisco também vê os três anos sem resposta do assassinato de Marielle Franco como uma grande ameaça à democracia. Da mesma forma, entende que a execução atinge não só os familiares e amigos da vereadora, mas toda a sociedade. Uma parlamentar democraticamente eleita, mas que teve sua presença física silenciada por tudo que ela representava. O corpo político tombado na noite daquele 14 de março de 2018 era também mãe, filha, irmã e esposa. Ao lembrar a ausência da amiga, Mônica promete: “não nos calarão”.

Três anos sem respostas. Três anos que uma mulher negra, favelada, LBT, defensora dos direitos humanos e vereadora eleita foi violentamente arrancada de nós. Essa mulher também era filha, mãe, companheira de vida de outra mulher, amiga, um ser humano com todas as suas nuances, e era uma parlamentar eleita em uma democracia. O assassinato de Marielle e Anderson não foi um tapa na cara apenas de nós amigas, familiares e companheiras/ros/res de luta. Foi um tapa na cara de toda a sociedade. E as autoridades continuam nos atingindo repetidamente quando não respondem: quem mandou matar Marielle e Anderson e por quê? Nós, que defendemos uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, sua família, amigas/os, companheiras/ros, não nos calaremos enquanto estas e outras perguntas não forem respondidas. (FRANCISCO, 2021).

Figura 39: Card do mandato de Mônica Francisco cobrando respostas pelos três anos do assassinato de Marielle Franco



Fonte: Reprodução Facebook Renata Souza

Lembro o que Mônica Francisco disse quando perguntei na entrevista qual a sua leitura sobre o recado que tentaram passar com a execução de uma vereadora democraticamente eleita. Da mesma forma que a companheira de bancada na Assembleia Legislativa do RJ, Mônica também entendeu a execução como a tentativa de intimidar outras mulheres negras, ativistas, defensoras de direitos humanos, feministas negras e anticapitalistas. E como já fora dito antes nesta pesquisa, mesmo com todo o medo que tentaram impor a essas mulheres, isso foi suficiente para fazê-las desistirem.

Óbvio que a gente leu como um recado. Óbvio que a gente sentiu medo. O medo natural que acompanha sempre a gente, que é militante de favela e milita contra essa violência do Estado. Isso é um medo constante. Porque a gente sabe como é, qual é o enfrentamento que a gente faz. A gente acaba naturalizando, porque a gente faz isso a vida inteira. Então você naturaliza, mas isso não é uma coisa natural, é um enfrentamento muito duro. A gente naturaliza mesmo, porque para mim é muito natural, sabe? E até as circunstâncias que a gente esteve juntas, eu e a Mari, eu passei pelo menos um ano lembrando com muito medo porque eu fazia o enfrentamento direto no Borel. (Entrevista com Mônica Francisco, 2020).

4.2 Marielle era muitas e segue em milhares de nós

A ONG Anistia Internacional tem tido papel fundamental nas cobranças para que as investigações sobre o assassinato avancem e o fato seja devidamente solucionado. Num

vídeo com narração da atriz Taís Araújo⁴⁴, lançado por ocasião do terceiro ano da execução, a entidade explica o significado da frase “eu sou, porque nós somos”, como forma de ressaltar o legado político de Marielle Franco. “Pedir justiça por Marielle é não se calar e cuidar para que a história não se repita com tantas outras defensoras de direitos humanos que colocaram suas vidas em risco”, afirma trecho inicial do vídeo.

A organização, que também entregou as mais de 1 milhão de assinaturas ao governo do estado do Rio e à Procuradoria-geral do RJ, também lançou a pergunta: “desde quando lutar por direitos humanos se tornou sinônimo de perigo?”. Um questionamento que se depender da política em curso, de criminalização dos movimentos sociais e de todos que lutam, continuará sem ser respondido.

“Negra, LGBTQIA+, feminista, Marielle era muitas e segue em milhares de nós, que transformaram o luto em luta”, afirma um trecho do vídeo.

Figura 40: Imagem do vídeo divulgado pela Anistia Internacional no dia em que completaram três anos do assassinato de Marielle Franco



Fonte: Reprodução – Anistia Internacional Brasil

Em entrevista o jornal Brasil de Fato no dia 14 de março de 2021, Renata Souza lembrou que Marielle, infelizmente, não foi a primeira e não será a última mulher negra a trazer em seu corpo político a história de vida da população mais oprimida e “descartável” da sociedade.

Lembrando a saudade que sente da amiga e a necessidade de transformar o luto em luta, na mesma entrevista Renata Souza afirma que Marielle faz falta para o mundo.

Marielle tinha o ímpeto da decisão, da assertividade em seu perfil. E era muito carinhosa sempre, acolhedora. Uma mulher que nos abraçava

⁴⁴ Atriz e apresentadora brasileira. Uma das mulheres negras mais reconhecidas na televisão e no teatro.

muito, ainda que todas as pautas que tocasse fossem duras. Ela faz falta no nosso cotidiano e em nossas decisões políticas. A Marielle faz falta, não só para mim, mas para o movimento de mulheres negras, da população de favela e de periferia, da população LGBT. A Marielle faz falta pro mundo” (SOUZA, 2021).

Durante encontro promovido pelo Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz e pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco⁴⁵, que debateu o significado desses três anos da execução, Mônica Francisco disse que a amiga levou a favela para dentro do parlamento, espaço retrógrado, engessado e articulado a partir do racismo institucional, onde os corpos negros são sempre vistos como subalternos. Observou, ainda, que a execução de Marielle está atrelada a uma tentativa de ruptura das conquistas que vinham sendo alcançadas.

A deputada também comentou o que significa essa execução política três anos.

A atuação política no Brasil, sobretudo de mulheres negras, a partir da execução de Marielle, passa a ser uma atuação de alto risco. Nossos corpos vão vivenciar violências impetradas contra nós, não importa onde estejamos ou quem nós sejamos. Vai ser mais um corpo de mulher preta, matável e violável, seja na universidade do Texas, seja em Japeri. (FRANCISCO, 2021).

Assim como as amigas e companheiras de partido e de luta feminista e antirracista, a deputada federal Talíria Petrone também lembra a execução de Marielle como um dos momentos mais tristes de sua história. A própria Talíria enfrenta ameaças de morte desde antes de seu mandato de deputada federal, mas que se acirraram em 2020, com denúncias que chegaram pelo canal do Disque Denúncia do Rio de Janeiro, relatando que grupos ligados à milícia e à disputa no território tramaram seu assassinato para ocorrer ainda antes das eleições municipais de 2020. A deputada teve que se mudar de sua cidade, Niterói, para se proteger das ameaças e só se locomove com escolta garantida pela Polícia Legislativa, da Câmara dos Deputados.

Em uma postagem numa rede social para marcar os três anos do assassinato de Marielle e Anderson, ela traz uma sequência de fotos na qual é possível ver como o amor, a solidariedade, a cumplicidade e a admiração permeavam a relação das duas. Depois de lembrar cada momento retratado, Talíria fala da dor, da saudade e como o legado de Marielle deslocou a atuação das mulheres negras na política.

⁴⁵ Plataforma virtual de acesso público para a coleção e produção de conhecimentos sobre favelas, de forma aberta. Visa estimular e permitir a coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas, por meio da articulação de uma rede de parceiros que já se dedicam a este tema, tanto nas academias quanto nas instituições produtoras de conhecimentos existentes nas próprias favelas.

Que droga de saudade. Dos abraços na Maré, das mesas de debate que compartilhávamos, das celebrações, dos almoços. Saudade de ter você nos momentos mais duros da tarefa pra qual emprestamos nosso corpo. A saudade é uma droga. E é bonita também. Uma beleza tão triste. Há três anos, Mari, desde que te executaram com tiros em seu rosto, muitas de nós fomos obrigadas a lutar de outro jeito. Com mais preocupação, cuidado e com mais raiva e urgência também. Diferente do que se diz por aí, na melhor das intenções, Marielle não vive. É preciso gritar isso pra que não percamos a dimensão: três anos sem resposta do Estado brasileiro sobre um crime político. Mas as lutas de Mari, nossas lutas - essas sim - seguem vivas. Os que planejaram seu assassinato brutal fizeram ecoar gritos no mundo inteiro. Sabemos que estão por aí com sua política miliciana de morte, mas nós estamos de pé, atentas e firmes, defendendo a vida. Os que mandaram matar Marielle não contarão NUNCA com nosso silêncio. Por todas que tomaram e também por minha parceira executada, seguimos vivas e na luta. Até que todo corpo seja livre. (PETRONE, 2021).

Figura 41: Marielle Franco e Talíria Petrone no carnaval



Fonte: Reprodução Instagram Talíria Petrone

Mônica Benício, viúva de Marielle e hoje vereadora do Rio de Janeiro, eleita em 2020 pelo PSOL, lembrou da militante política e parlamentar, mas, sobretudo, da companheira de vida e de sonhos. Desde a noite do 14 de março de 2018 que ela não descansa percorrendo o mundo, denunciando o crime bárbaro e as graves violações de direitos humanos praticados no Brasil de Jair Bolsonaro e das milícias. Foram dias e noites mostrando os direitos da população LGBTQIA+, explicitamente vilipendiados com a destruição de uma família como a delas.

No dia de celebração dos três anos, a viúva, esposa e companheira mostrou sua indignação e revolta com a falta de respostas para as diversas perguntas sobre a execução política que levou o seu amor de vida.

Hoje completam 3 anos que Marielle foi arrancada daqui, de mim, da gente. Três anos em que temos muito mais perguntas do que respostas. Três anos em que perco a voz e o sono por perguntar todos os dias a mesma coisa, por contar os dias que trazem perguntas que não calam. Perguntas que não podem ser caladas enquanto não forem devidamente respondidas! Marielle foi homenageada numa placa de metrô em Buenos Aires, numa praça de Paris, em um lugar na Itália, etc. No Brasil são incontáveis as placas e murais colocados e feitos por tanta gente. São muitas homenagens, que se dão de diferentes formas, com diferentes gestos. Todas as homenagens são bem vindas, pois reafirmam o que muita gente tentou negar: Marielle é gigante! Seguimos com o coração desmontado, mas inspirados pela energia de amor e alegria que ela nos deixou. Seguimos para que ninguém esqueça, para que não se silencie, para que nunca se repita! Ela foi porque nós somos. E nós somos porque ela sempre será. Sempre. Gigante. (BENÍCIO, 2021).

Figura 42: Mônica Benício exibe uma foto com a esposa Marielle Franco



Fonte: Reprodução Instagram Mônica Benício

Também ex-assessora de Marielle e hoje deputada estadual, eleita no mesmo pleito de Renata e Mônica, Dani Monteiro lamentou os três anos dizendo que “quanto mais o tempo passa, mais evidente fica a nossa perda”. Numa escrita emocionada, que nitidamente consegue expressar a dor de alguém que perdeu uma referência de resistência e força, a jovem deputada explica que o luto, ao invés de ficar mais brando, se intensifica, porque são três anos sem aprender com a amiga.

Meu luto não é brando porque há três anos não escuto seus conselhos, não aprendo com aquele coração, não ouço aquela voz, não sinto aquele abraço...Eu sei o quanto perdi. O quanto perco todos os dias sem ela mostrando os caminhos. Não há como perdoar ou esquecer porque

quando essa covardia brutal atravessou seu corpo, também atravessou o meu. Atravessou o corpo de todas as mulheres que estavam naquele evento. E de todas as que conheceram a sua história depois. O que desperta a vontade de colocar fogo no mundo em que você não está, é saber que não foram capazes de te interromper em plenário, resolveram interromper a sua vida. Esse tipo de covardia só desperta sentimentos de ódio. Quando me vejo pensando nisso, me sinto grata por ter te conhecido, porque me vejo capaz de pensar amor, de pensar na luta. De manter o foco para que você continue a ser o movimento que sempre foi porque não vamos permitir que eles pensem nem por 1 segundo que conseguiram te calar. (MONTEIRO, 2021).

Figura 43: Marielle Franco e Dani Monteiro



Fonte: Reprodução Instagram Dani Monteiro

Com essas lembranças, de mulheres que sonhavam junto com Marielle o mesmo sonho de um mundo mais justo, livre de opressões, encerro o último capítulo desta escrita. Companheiras que, de alguma forma, honram a memória e o legado da amiga para que seu assassinato não seja em vão. Ainda que não possam trazê-la de volta em seu corpo físico, conseguem manter presente a chama de suas ideias e bandeiras. Mulheres que não se intimidaram mesmo com o “recado” que tentaram passar de que o lugar de mulher negra não é na política. Mulheres, cujo corpos são considerados matáveis e, portanto, são alvos de ameaças e perseguições. Mas que seguem dizendo que não serão interrompidas!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Ninguém nos disse que seria fácil
 Segurar a onda, dá na cara e continuar
 Não deixe que tentem te colonizar
 Te converter, te doutrinar
 Te alienar
 Eu quero voar
 Escrever o meu enredo
 Liberdade é não ter medo!!
 Eu não vou entrar nessa jaula
 Eu não nasci pra ser adestrada
 Me deixa correr no espaço
 Deixa eu exibir a minha pele pintada”*
 (Larissa Luz / Pedro Itan – Descolonizada)

Com o Brasil despontando entre os países mais perigosos para defensores de direitos humanos e o número cada vez maior de perseguições e agressões contra mulheres que se colocam na política, o assassinato de Marielle Franco se insere como um dos episódios mais marcantes desse momento de ameaça escancarada à nossa frágil democracia. Pensar o legado de Marielle Franco para mulheres negras que não se abateram, mas, ao contrário, se viram provocadas a ocupar esses espaços de disputas, é pensar na resistência cotidiana de quem não teve outra alternativa que não fosse a luta e o enfrentamento às opressões. Como disseram Renata Souza e Mônica Francisco nas nossas conversas: desistir não é mais uma opção por tudo que elas precisam enfrentar.

Não é mais possível analisar a participação de mulheres negras na política institucional sem pensar nas consequências que a execução ocorrida há três anos e três meses teve na militância organizada do feminismo negro, do ativismo LGBTQIA+, da luta antirracista, das pautas dos direitos humanos e da luta na favela. As eleições ocorridas no mesmo ano da execução já aconteceram com o país devendo uma resposta sobre a morte de uma vereadora legitimamente eleita no pleito anterior, para um cargo na Câmara Municipal da segunda maior cidade do país.

A opção de ouvir duas das três assessoras eleitas deputadas estaduais no mesmo ano da execução considerou a proximidade afetiva e política dessas mulheres com a própria Marielle, o fato de, em grande medida, serem também protagonistas das iniciativas que o mandato conseguiu executar e, por fim, pelo compromisso que assumiram de inserir as pautas da amiga em suas ações. Nesse sentido, a elaboração dos quatro capítulos explica por que a história oral, aliada à análise documental e à revisão

bibliográfica sobre os temas que perpassam a escrita, foi a metodologia escolhida para contar a história desse legado, por meio dessas duas mulheres: uma cria da Maré e outra cria do Borel. Ambas pretas e faveladas.

Importante resgatar, no entanto, que antes de Marielle, de Mônica e de Renata outras pretas velhas vieram para preparar o terreno. E o primeiro capítulo, no qual foram lembradas as mais velhas e o que elas construíram para que tivessem seu nome cravado na história da luta das mulheres negras, cumpriu o papel de lembrar que, antes dessa geração das mulheres negras que hoje disputam os espaços de poder, outras lutaram e enfrentaram dificuldades dos mais variados níveis. Fazer o percurso de tantas que enfrentaram as mais variadas dificuldades desde a primeira metade do século XX foi uma forma justa de reverenciar o legado da vereadora. É comum no movimento de mulheres negras pedir licença às mais velhas antes de chegar. Assim, iniciar essa dissertação passando pela trajetória de 22 mulheres que dedicaram sua vida à política, seja na via institucional, seja formulando na academia ou seja no ativismo, foi a forma de expressar esse respeito que a própria Marielle carregou consigo ao longo de sua vida.

Após mergulhar na fonte de nossa ancestralidade, resgatar a trajetória dessas três mulheres com tantas referências na luta concreta e cotidiana no território de onde vieram, no movimento de mulheres negras (feministas ou não), nas organizações populares e no chão batido da favela, combinada com as formulações utilizadas ao longo da pesquisa, foi também uma forma de revisitar parte do conteúdo teórico estudado ao longo do meu percurso acadêmico no mestrado no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília. As experiências relatadas por Renata Souza e Mônica Francisco, junto com os dados da memória de Marielle, foram exemplos de como podemos reconhecer a teoria na prática.

Um percurso que também foi capaz de mostrar o sentido da consigna “não seremos interrompidas”, tão utilizada por tantas mulheres que estão no cotidiano da militância política. Não só Renata e Mônica, mas Dani Monteiro, Talíria Petrone, Mônica Benício, citadas nesta pesquisa, são a mostra viva de que o medo imposto a elas pela execução de Marielle não foi suficiente para impedi-las de se dedicarem à política. Durante as diversas páginas é possível compreender que o recado foi dado, mas não como sinônimo de calar suas vozes. O medo não as paralisou, não as tirou das trincheiras do enfrentamento a um Estado que opera a partir de uma lógica estruturada pelo racismo, pelo classismo e pelo sexismo. Que funciona para impedir que mulheres negras ultrapassem as fronteiras do trabalho doméstico ou precário, para matar jovens negros e favelados e para privar uma

população inteira de ter condições dignas de moradia. Onde tem luta lá estão as mulheres citadas nessa pesquisa, ao lado de tantas outras que, pelos limites da metodologia, não puderam vir para cá.

Audiência pública realizada pela Comissão de Legislação Participativa (CLP) da Câmara dos Deputados⁴⁶, organizada conjuntamente com o mandato de Talíria Petrone, sobre a violência política contra mulheres negras sintetiza parte do que abordamos nessa escrita. Os ataques e as agressões são muitas, mas não suficientes para parar essas mulheres, que combinaram de viver e resistir. Uma das participantes do debate, Anielle Franco, irmã de Marielle e diretora do Instituto Marielle Franco, após apresentar análise realizada com candidatas negras nas eleições de 2020, endossou a compreensão de que o ocorrido na noite de 14 de março de 2018 é um grave ataque à democracia. Em sua reflexão, ela destacou a necessidade de pensar em saídas para proteger as diversas que colocaram seus corpos à disposição para a luta. Disse, ainda, que preferia que ela e sua família não estivessem cumprindo esse papel, que em 2018 o país já tivesse avançado nesse debate e que, por óbvio, preferia que sua irmã estivesse aqui. “Mas já que não foi possível, agora a gente se sente na obrigação de ir lutando, fazendo, pautando, não só por ela, mas pelas que vieram depois e pelas que ainda virão” (FRANCO, 2021).

Autora do requerimento para a realização da audiência pública, Talíria ressaltou que a execução de Marielle foi um marco nas discussões sobre a participação de mulheres negras na política e lembrou que muitas delas não puderem nem viver o luto da perda e também de uma democracia que ficou escancaradamente fraturada. A violência, que já era muito presente no cotidiano de ativistas e parlamentares por ocuparem um não lugar, chegou a patamares inaceitáveis. A deputada pontuou ser inaceitável que tanto tempo depois não saibamos que mandou matar Marielle e ainda cobrou que o Estado devolva essa resposta ao povo brasileiro. Segundo Talíria, é inaceitável que tantas mulheres negras, mulheres transexuais, mulheres lésbicas ocupem espaços de poder e sejam todos os dias violentadas porque estão tocando uma tarefa para a qual foram eleitas. “Chega de tentar silenciar mulheres como nós”.

Resgatar esse debate aqui nas considerações finais cumpre o papel de reafirmar o que dissemos ao longo dessa dissertação: uma vereadora eleita democraticamente foi assassinada, a tentativa de passar um recado foi cumprida, mas esse recado não interrompeu Renata, Mônica e muitas outras. O legado de Marielle está aí estampado

⁴⁶ Audiência pública Violência política contra mulheres negras. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfpueAxpVY>.

nesses dois mandatos, mas também em outros nas assembleias legislativas e câmaras municipais Brasil afora. Também na luta concreta, de sol a sol, nas ruas, universidades, favelas e praças. A cada pronunciamento feito pelas deputadas aqui retratadas, a cada discurso proferido por Talíria Petrone e Benedita da Silva na Câmara Federal, a cada projeto de lei aprovado por outra parlamentar negra em outro canto do país, a cada iniciativa desenvolvida por Mônica Benício, como vereadora, e pelo Instituto Marielle Franco é a memória dela que está sendo reverberada para fora dos muros, ainda que seu nome sequer seja dito.

A referência ao filme *Sementes* também foi uma forma de apontar o percurso dessas mulheres durante a primeira campanha eleitoral pós assassinato da vereadora. Resgatar as falas no filme, as lembranças das iniciativas que tiveram juntas, os percalços que enfrentaram durante os meses de campanha e a dor da ausência da companheira e amiga serviram para mostrar os desafios de fazer política nesse país que historicamente fez de tudo para impedir que muitas de nós estejamos nesses espaços. As falas de Renata, Mônica e as demais candidatas apresentadas no documentário são a expressão de que, além de lidar com uma realidade dura e hostil a elas, sabendo o que poderia vir com uma possível vitória, também tiveram que elaborar todo um luto que sequer deu tempo de ser vivido. É o verdadeiro sinônimo do termo “transformar luto em luta”. Foi a saída que essas mulheres tiveram naquele momento e seguem tendo até hoje.

Esta dissertação é finalizada num dos momentos mais tristes da história recente do país e do mundo. Em meio a uma pandemia, que interrompeu vidas, dilacerou famílias e escancarou a negligência do governo federal com a saúde pública. Desde março de 2020, a crise política, econômica e sanitária vem evidenciando, ainda mais, a urgência de projetos políticos que pensem alternativas para proteger efetivamente a dignidade das pessoas e que não coloquem o lucro acima das vidas. Como em todo momento de colapso, a população negra e favelada foi a mais afetada, não só pela Covid-19, mas também pelo desemprego, pela fome, pela escassez de água, pela alta dos preços e pelo esgotamento das unidades públicas de saúde.

Contextualizo esse momento para reafirmar o que trouxemos nessas mais de cem páginas: que o legado de Marielle e a atuação inesgotável de Renata Souza e Mônica Francisco nunca foram tão necessários. E com as palavras da música de Larissa Luz trazida no início deste tópico, eu encerro esta jornada: “ninguém disse que seria fácil, segurar a onda, dá na cara e continuar”. Nunca foi fácil para as milhões de mulheres negras no Brasil, nem antes e nem depois de Marielle, mas o entendimento de que a

organização e a irmandade entre irmãs são imperativos para que não sejam interrompidas segue cada vez mais evidente e pulsante. É nada mais sem nós.

REFERÊNCIAS

A COR DA CULTURA. **Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991)**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/laudelina>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres negras se mobilizam para ampliar presença na política**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/mulheres-negras-se-mobilizam-para-ampliar-presenca-na-politica>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

ALMA PRETA. **Por que o Brasil teve uma falsa abolição da escravidão?**, São Paulo. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/por-que-o-brasil-teve-uma-falsa-abolicao-da-escravatura>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. **Por que mulheres negras são pouco valorizadas no mercado de trabalho?**, São Paulo. Disponível em: <<https://www.almapreta.com/editorias/realidade/por-que-mulheres-negras-sao-pouco-valorizadas-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Quem matou e quem mandou matar Marielle? As investigações devem continuar**, São Paulo. Disponível em: <<https://anistia.org.br/entre-em-acao/email/quem-matou-e-quem-mandou-matar-marielle-investigacao-devem-continuar/>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. **Anistia Internacional Brasil reúne mais de 1 milhão de vozes para exigir justiça para Marielle e Anderson**, São Paulo. Disponível em: <<https://anistia.org.br/informe/anistia-internacional-brasil-reune-mais-de-1-milhao-de-vozes-para-exigir-justica-para-marielle-e-anderson/>>. Acesso em 20 abr. 2021.

BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados**. Cadernos feministas, p. 458-453, nº 2, 1995. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Nossos_Feminismos_Revisitados_Luiza_Bairros.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BATISTA, Jurema. **Negras no poder**. Entrevista concedida à Pública: Agência de Jornalismo Investigativo, 2018. Disponível em: <<https://apublica.org/2018/08/negras-no-poder/>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

BBC BRASIL. **Caso Marielle e Anderson: o que se sabe sobre problemas da investigação**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56378215>>. Acesso em 20 abr. 2021.

BENÍCIO, Mônica. **Marielle gigante**. Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Instagram: @monicaterzabenicio. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CMZYcldpu35/>>. Acesso em 27 abr. 2021.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASIL. **Jornal Mundo Novo**. Ano I, n. 5, p. 5, setembro de 1950. Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=845116&pagfis=1>>. Acesso em: 3 fev. 2021.

BRANDÃO, Leci. **Marielle foi assassinada pelo Estado, racismo e machismo**. In site do PCdoB, São Paulo. Disponível em: <<https://pcdob.org.br/noticias/14361/>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

_____. **O Povo quer saber: Quem mandou matar Marielle? Fazem 2 anos e nada de respostas sobre as mortes da vereadora e do motorista Anderson Gomes. Um absurdo! Marielle é semente que brota em nossos corações para lutar por uma sociedade justa! Marielle, presente!** São Paulo, 14 mar. 2020. 8:00. Twitter: @lecibrandao. Disponível em: <<https://twitter.com/lecibrandao/status/1238782171021705218>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO. Relatório da Comissão de Defesa da Mulher, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://issuu.com/mariellefranco/docs/relatorio_comissao_da_mulher_1>. Acesso em 5 mar. 2021.

CARMO, Beatriz. **A pobreza brasileira tem cor e é preta**. In Nexo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Editora Loyola, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Epistemologia feminista negra**. In Decolonialidade e pensamento diaspórico. COSTA, Joaze Bernadino; GROSFOGUEL, Ramón; TORRES, Nelson Maldonado (Org.). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência a política do empoderamento**. Plataforma Edisciplinas-USP, p. 1-35, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DMT EM DEBATE. **16 de maio de 1899: nasce Almerinda Farias Gama, pioneira na presença de mulheres negras no sindicalismo e na política brasileira**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dmtemdebate.com.br/16-de-maio-de-1899-nasce-almerinda-farias-gama-pioneira-na-presenca-de-mulheres-negras-no-sindicalismo-e-na-politica-brasileira>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

DOUGLAS, Franklin. **Amor com amor se paga – Maria Aragão: 110 anos**. In Fundação Lauro Campos e Marielle Franco. Disponível em:

<http://www.laurocampos.org.br/2020/02/11/amor-com-amor-se-paga-maria-aragao-110-anos>. Acesso em: 2 fev. 2021.

EMBAÚBA FILMES. **Sementes**. Disponível em: <https://embaubafilmes.com.br/distribuicao/sementes/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil é o país com mais mortes de defensores de direitos humanos e ambientais**, São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/07/brasil-e-o-pais-com-mais-mortes-de-defensores-de-direitos-humanos-e-ambientais.shtml>. Acesso em: 19 mai. 2019.

_____. **Brasil está entre os quatro líderes globais em homicídios de ativistas**, São Paulo. <Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/brasil-esta-entre-os-quatro-lideres-globais-em-homicidios-de-ativistas.shtml>> Acesso em: 19 mai. 2019.

FRANCISCO, Mônica. **Queremos saber quem mandou matar e por que mandou matar Marielle Franco**. Rio de Janeiro. 12 mar. 2019. Facebook: @monicafranciscopsol. Disponível em: <https://www.facebook.com/monicafranciscopsol/posts/391314631686300>. Acesso em 1 mar. 2021.

_____. **Emocionante! Discurso de Mônica Francisco na ABI**. Rio de Janeiro. 15 jun. 2018. Facebook: @monicafranciscopsol. Disponível em: <https://www.facebook.com/159543051530127/videos/204596637024768>. Acesso em 3 mar. 2021.

_____. **Três anos sem respostas**. Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Facebook: @monicafranciscopsol. Disponível em: <https://www.facebook.com/monicafranciscopsol/posts/907356053415486>. Acesso em 25 abr. 2021.

_____. **Três anos sem Marielle Franco: o legado de uma nova forma de lutar e de fazer política**. Entrevista concedida ao Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz, 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Tres-anos-sem-Marielle-Franco>. Acesso em 25 abr. 2021.

FRANCO, Anielle. **Comissão de Legislação Participativa - Violência política contra mulheres negras**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfpueAxpVY>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FRANCO, Marielle. **UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

_____. **O novo sempre vem**. Site do PSOL Nacional, Brasília. Disponível em: <http://psol50.org.br/marielle-franco-o-novo-sempre-vem/>. Acesso em: 27 fev. 2019.

_____. **A emergência da vida para superar anestesiamento social frente a retirada de direitos:** O momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada. In BUENO, Winnie; et al (Orgs.). **Tem saída?** Ensaios críticos sobre o Brasil. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

_____. **Eu sou vereadora porque nós somos luta.** Rio de Janeiro, 3 out. 2016. Facebook: @MarielleFrancoPSOL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/photos/a.219501235102143/290233508028915>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

_____. **Marielle fala sobre a Intervenção Federal no Rio.** Rio de Janeiro, 20 fev. 2018. Facebook: @MarielleFrancoPSOL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/212989092420024/videos/535872706798326>>. Acesso em: 28 fev. 2021.

G1. **RJ é o estado com o maior número de ações policiais do país; 5 cidades têm só negros entre os mortos por agentes de segurança, Rio de Janeiro.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/07/14/rj-e-o-estado-com-maior-numero-de-acoes-policiais-do-pais-pelo-menos-cinco-cidades-tem-apenas-negros-entre-vitimas-da-policia.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

_____. **Pretos e pardos são 78% dos mortos em ações policiais no RJ em 2019:** “É o negro que sofre essa insegurança”, diz mãe de Ágatha, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/06/pretos-e-pardos-sao-78percent-dos-mortos-em-acoes-policiais-no-rj-em-2019-e-o-negro-que-sofre-essa-inseguranca-diz-mae-de-agatha.ghtml>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras:** Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

hooks, bell. **Teoria feminista:** da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Quem somos nós?** Disponível em: <<https://www.institutomariellefranco.org/>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

JUSTIÇA GLOBAL. **Pesquisa revela que a cada 13 dias ocorre um caso de ataque à vida contra representantes de cargos eletivos, candidatos/as ou pré-candidatos/as no Brasil, Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/pesquisa-revela-que-cada-13-dias-ocorre-um-caso-de-ataque-vida-contr-representantes-de-cargos-eletivos-candidatos-as-ou-pre-candidatos-as-no-brasil/>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MARÉ DE NOTÍCIAS. **A Maré em dados,** Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/a-mare-em-dados/>>. Acesso em 7 fev. 2021.

MONTEIRO, Dani. **Três anos.** Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Instagram: @danimonteiro.psol. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CMZ4D03psMP/>>. Acesso em 28 abr. 2021.

MULHERES NEGRAS DECIDEM. **Eleições 2016-2020 e o panorama de mulheres negras candidatas e eleitas**, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mulheresnegrasdecidem.org/estejaPreparada>. Acesso em: 30 nov. 2020.

NASCIMENTO, Maria. **O Congresso Nacional de Mulheres e a regulamentação do trabalho doméstico**. Coluna “Fala a mulher”, Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro. Rio de Janeiro, n. 4, p. 3, jul. 1949 (EFS, p. 49).

O GLOBO. **As dez favelas mais populosas do Rio**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/rio/as-dez-favelas-mais-populosas-do-rio.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. **Pesquisa mostra violência política sofrida por mulheres negras durante campanha**, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/pesquisa-mostra-violencia-politica-sofrida-por-mulheres-negras-durante-campanha-1-24729776>. Acesso em: 3 mar. 2021.

OLIVEIRA, Marylu Alves de; PEREIRA, Geovane; SALES, Jesica Carvalho; LIMA, Nilsângela Cardoso. **Sofia Campos Teixeira e a atuação política da mulher negra no jornalismo brasileiro (1940-1950)**. In *Compública*, Brasília. 2019. Disponível em: <http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Oliveira_et_al.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Benedita da Silva**. Biografia publicada no site do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <<https://pt.org.br/benedita-da-silva/>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

PETRONE, Talíria. **Quanta dor deixaram quando nos tiraram a Mari**. Brasília, 14 mar. 2021. Instagram: @taliriapetrone. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMZpMX_JHox/. Acesso em 27 abr. 2021.

PETRONE, Talíria; JESUS, Andréia de; MALUNGUINHO, Érica et al. **A violência política contra parlamentares negras**. Folha de São Paulo, 18/11/2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/11/a-violencia-politica-contra-parlamentares-negras.shtml>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

RIBEIRO, Theodosina. **O parlamento é uma grande escola**. Entrevista concedida à Revista do Parlamento Paulistano, da Câmara Municipal de São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/wp-content/uploads/sites/20/2016/04/ENTREVISTA_THEODOSINA_REVISTA_DO_PARLAMENTO_PAULISTANO.pdf. Acesso em: 3 fev. 2021.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRASIL, Érico. **Mulheres negras no Brasil**. São Paulo: Senac, 2006.

SEMENTES. Direção de Éthel Oliveira e Júlia Mariano. Rio de Janeiro: Embaúba Filmes, 2020. 1 DVD (100 min).

SILVA, Benedita. **“Marielle tinha potencial para ser deputada, senadora, presidente da República”, diz Benedita da Silva, 1ª vereadora do Rio negra e da favela, Rio de Janeiro.** Entrevista concedida ao Portal G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/marielle-tinha-potencial-para-ser-deputada-senadora-presidente-da-republica-diz-benedita-da-silva-1a-vereadora-do-rio-negra-e-da-favela.ghtml>>. Acesso em: 4 fev. 2021.

SITE MARIELLE FRANCO. **Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária.** Disponível em: <<https://www.economiasolidaria.mariellefranco.com.br/>>. Acesso em: 7 fev. 2021.

SODRÉ, Jaime. **Maria Brandão: negra e comunista.** In A Tarde, Salvador. Disponível em: <<http://mundoafro.atarde.uol.com.br/tag/maria-brandao>>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SOUSA, Fernanda Kalianny Martins. **“A filha da Dona Lecy”:** estudo da trajetória de Leci Brandão. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SOUZA, Renata. **Cria da favela.** São Paulo: Boitempo, 2020.

_____. **Lançamento da nossa pré-candidatura a deputada estadual – 16/06.** Rio de Janeiro, 17 jun. 2018. Facebook: @RenataSouzaPSOL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/media/set/?vanity=RenataSouzaPSOL&set=a.1671961812902300>>. Acesso em 5 mar. 2021.

_____. **Confira no @jornalglobo, @revistaepoca e @portalg1 as matérias sobre a invasão de hackers na plenária de lançamento da nossa pré-candidatura.** Rio de Janeiro, 20 ago. 2020. Facebook: @RenataSouzaPSOL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RenataSouzaPSOL/photos/a.1634091540022661/3142388129192987>>. Acesso em 5 mar. 2021.

_____. **Quem mandou matar Marielle?** Rio de Janeiro, 14 mar. 2021. Facebook: @RenataSouzaPSOL. Disponível em: <<https://www.facebook.com/RenataSouzaPSOL/posts/3736366256461835>>. Acesso em 20 mar. 2021.

_____. **Caso Marielle Franco segue sem respostas três anos após assassinatos.** Entrevista concedida ao site Brasil de Fato, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/14/caso-marielle-e-anderson-segue-sem-respostas-tres-anos-apos-assassinatos>>. Acesso em 25 abr. 2021.

UOL. **Taxa de homicídios de negros aumenta 33% em dez anos,** São Paulo. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/06/05/taxa-de-homicidio-de-negros-aumenta-33-em-10-anos-segundo-o-ipea.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

XAVIER, Giovana. **Maria de Lurdes Vale Nascimento, uma intelectual negra do pós-abolição.** In Biblioteca Virtual Consuelo Pondé, Salvador. Disponível em: <<http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=196>>. Acesso em 3 fev. 2021.

APÊNDICES

1) ROTEIRO DE ENTREVISTA

Aspectos gerais sobre as entrevistadas:

- Nome completo, data e local de nascimento.
- Tempo que mora o Rio de Janeiro e local onde reside.
- Escolaridade.
- Quantas pessoas moram na residência?
- Frequenta alguma instituição religiosa? Se sim, qual?
- Autodeclararão em relação à cor ou raça e orientação sexual.

Concepções sobre militância e a relação com Marielle Franco:

- Quantos anos você tinha quando começou na militância?
- Em quais organizações políticas já militou?
- Quando conheceu Marielle Franco?
- Como se deu o convite para trabalhar com ela no mandato de vereadora?
- Como era sua relação com Marielle?
- As pautas defendidas por Marielle têm relação com as suas pautas como militante?
- Como soube do assassinato de Marielle?
- Em algum momento se sentiu ameaçada por ser militante?
- Passou a ter medo depois do assassinato de Marielle?
- O que significa pra você o lema “Nosso passos vêm de longe”?

Concepções sobre a atuação no Legislativo:

- Quando decidiu ser candidata a deputada estadual?
- A atuação de Marielle teve influência direta em sua decisão?
- Quais os principais compromissos firmados durante a campanha que tinham relação direta com a luta de Marielle?
- Na sua avaliação, como o legado de Marielle pode influenciar na atuação de outras mulheres negras?
- Como se sente agora como deputada estadual?
- Como avalia a presença de mulheres negras na política?

- Já sofreu ou sofre racismo na Alerj?

2) TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Senhora está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa da aluna Leonor Soares Costa, mestranda do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (UnB) e orientanda do professor Wanderson Flor do Nascimento, cuja pesquisa é intitulada “**As rosas da resistência nascem do asfalto: o legado de Marielle Franco para mulheres negras na política institucional**”.

Nesta pesquisa, pretendo investigar o legado político da vereadora Marielle Franco, assassinada na noite do dia 14 de março de 2018, para mulheres negras que atuam, sobretudo, na política institucional.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos:

- A Senhora participará de uma entrevista e sua identidade será citada no trabalho com o devido consentimento;
- Espera-se que esta pesquisa possa contribuir com o registro do legado histórico de luta de Marielle Franco;
- Para participar deste estudo, a Senhora não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A Senhora terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento;
- Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada antes da publicação.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, em Brasília, e a outra será fornecida à Senhora. A pesquisadora tratará da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informada dos objetivos da pesquisa da aluna Leonor Soares Costa, de maneira nítida e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar.

Cidade, _____ de _____ de 2020.

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora